UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MAURO PISANESCHI AZEVEDO

O processo de transformação socioespacial de Embu das Artes: um diálogo com a metropolização de São Paulo

São Paulo - SP

2017

Versão Corrigida

Capa: Obra *“Meu Embu”* da artista plástica Meire Lopes

MAURO PISANESCHI AZEVEDO

O processo de transformação socioespacial de Embu das Artes: um diálogo com a metropolização de São Paulo

Tese apresentado ao Programa de Geografia Humana no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

São Paulo – SP

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

AZEVEDO, MAURO PISANESCHI
A994p O processo de transformação socioespacial de Embu das Artes: um diálogo com a metropolização de SãoPaulo / MAURO PISANESCHI AZEVEDO ; orientador FRANCISCO CAPUANO SCARLATO. - São Paulo, 2016. 136 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.Departamento de Geografia. Área de concentração:Geografia Humana.

1. Embu das Artes. 2. Região Metropolitana de São Paulo (RMSP. 3. Urbanização. 4. Uso e Apropriação do Espaço. 5. Plano Diretor. I. SCARLATO, FRANCISCO CAPUANO, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

AZEVEDO, Mauro Pisaneschi

O processo de transformação socioespacial de Embu das Artes: um diálogo com a metropolização de São Paulo

Tese apresentado ao Programa de Geografia Humana no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em ___ de _____ de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

Instituição: DG – USP / São Paulo – SP Assinatura: _____

Profa. Dra. Amália Inés Geraiges Lemos

Instituição: DG – USP / São Paulo – SP Assinatura_____

Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves

Instituição: DG – USP / São Paulo – SP Assinatura: _____

Profa. Dra. Bernadete A.C. de Castro Oliveira

Instituição: UNESP / Rio Claro – SP Assinatura: _____

Profa. Dra.Marisia Margarida Santiago Buitoni

Instituição: UERJ / Rio de Janeiro – RJ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste projeto exigiu transformação, empenho e dedicação. Alcancei um objetivo, não sou o mesmo e devo agradecer,

aos Deuses por me ensinarem que todo sonho é possível, desde que se ame o que se faz,

aos meus pais, Luiz e Giovanna, pelo amor incondicional e pelos valores da vida; sei que vocês compreendem minha “ausência presente”, necessária para finalizar este trabalho,

aos demais familiares e amigos pelo incentivo,

ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato pela oportunidade, pela confiança, pelo apoio, pela amizade e pelas boas risadas que demos juntos,

ao Prof. Dr. Luis Antônio Bittar Venturi, à Profª. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz, à Profª. Dra. Amália Inés Geraiges Lemos e Profª. Dra. Glória da Anunciação Alves pelo apoio recebido,

ao município de Embu das Artes e a todos os embu-das-artenses pelo apoio durante o projeto. Uma saudação especial para Márcio Amendola, Renato Gonda, Sílvia Vieira Martins, Joselicio Freitas dos Santos Junior (o Juninho), Wilson Nobre, Carlos Mas, Paulo Oliveira (o Paulo Jóia), Meire e Mário C. Ramos (o Mário Palhoça), Maria das Graças de Souza, Fernanda Fontebassi, Hillmann Albrecht, Ricardo Moares Simi e Rodolfo Almeida.

Se pudesse pedir algo aos governantes da cidade, Claudiana pediria que dessem maior assistência à população mais pobre. Afinal, não é dali que sai a maioria dos votos que os elege? "O ser humano deve ter compaixão pelo outro. Tem que conseguir pensar no outro que está lá, vivendo naquela situação insuportável. Só eles podem ajudar".

Do livro "O lado B de Embu".

Ninguém é alguém sem um outro alguém (Ubuntu - filosofia africana que tem a humanidade como essência)

RESUMO

A região metropolitana de São Paulo (RMSP) expandiu-se de forma caótica desde meados na segunda metade do século XX. Este estudo teve por objetivo analisar os impactos no município de Embu das Artes frente ao processo de expansão da RMSP. No decorrer da formação do seu território o município passou por diversas modificações espaciais, sociais e econômicas e nos últimos 40 anos ocorreu um exponencial aumento populacional, um caótico processo urbanização e de transformação da paisagem urbana e a transformação do espaço em mercadoria. Embu das Artes que no início do século XX era um município pequeno e de pouca relevância, se transformou em uma região de vital importância para a economia do estado de São Paulo. O resultado final para o município são profundas mudanças sociais e econômicas, transformação no espaço geográfico e urbano, mudanças nos processos de ocupação e propriedade do espaço transformado em mercadoria e o surgimento de novas funções. Para o estudo foram executadas pesquisas bibliográficas e documentais e a abordagem da pesquisa foi qualitativa com pesquisa exploratória.

Palavras-chave: Embu das Artes. Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Urbanização. Uso e apropriação do espaço. Plano Diretor.

ABSTRACT

The Metropolitan Area of São Paulo (RMSP) has expanded itself in a chaotic way, since the second half of the XX century. This study analyses the impacts upon the city of Embu das Artes, through the process of expansion of that Metropolitan Area. Throughout the formation of its area, the city has gone through several alterations related to space, society and economy and in the last 40 years there has been an exponential increase of population and a chaotic urbanization process and transformation of the urban scenery, changing the urban space into commodity. Embu das Artes which was a small and irrelevant city at the beginning of the XX century transformed itself in a region of vital importance for the economy of São Paulo state. The result for the city is deep social and economic changes, alterations in the geographical and urban space, changes in the processes of propriety and occupation of spaces which were transformed in merchandise and the coming of new functions. For this study, some bibliographical and documental researches were performed and the approach of the research was qualitative with exploring researches.

Keywords: Embu das Artes. São Paulo Metropolitan Area (RMSP). Urbanization. Use and appropriation of space. Director Plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região metropolitana de São Paulo de 1881 a 2002.....15
Figura 2 – Região metropolitana de São Paulo.....18
Figura 3 – Jesuítas em São Paulo.....25
Figura 4 – Aldeamentos e povoamentos região de São Paulo até fins do século XVII.....28
Figura 5 – Cinturão caipira de São Paulo e aldeamentos (século XIX).....32
Figura 6 – Área urbanizada de São Paulo de 1882 a 1914 e de 1915 a 1929.....36
Figura 7 – Área urbanizada de São Paulo de 1930 a 1949.....39
Figura 8 – Área urbanizada de São Paulo de 1950 a 1962.....40
Figura 9 – Embu das Artes, rodovias e Estrada de Itapecerica 46
Figura 10 – Área urbanizada de São Paulo de 1963 a 1974.....53
Figura 11 – Mancha urbana e Embu das Artes.....54
Figura 12 – Uso de solo em Embu das Artes.....61
Figura 13 – Regiões administrativas e bacias hidrográficas de Embu das Artes.....62
Figura 14 – Bacia do rio Cotia e evolução da pedreira.....63
Figura 15 – Vista aérea e rua do bairro Jardim Colibri.....65
Figura 16 – Vista aérea e rua do bairro Jardim Tomé.....66
Figura 17 – Bacia do rio Embu Mirim e as mudanças no espaço.....69
Figura 18 – Proposta de loteamento inicial do bairro Jardim Sílvia.....70
Figura 19 – Vista aérea e moradias no bairro Jardim Sílvia.....71
Figura 20 – Proposta de loteamento do bairro Jardim Vicente e foto aérea da configuração atual do bairro.....75
Figura 21 – Mudanças espaciais no bairro Jardim São Vicente.....76
Figura 22 – Casa do bairro Jardim da Luz construída sobre leito de rio.....77
Figura 23 – Mudanças no bairro Jardim Santo Eduardo.....78
Figura 24 – APA Mata do Roque na bacia do Pirajuçara.....80
Figura 25 – Plano Diretor 2012.....86
Figura 26 – Plano Diretor Revisão 2015.....94

Figura 27– Região da avenida Rotary / Vaquejada.....98
Figura 28 – Avenida Rotary / construção de galpão logístico.....99
Figura 29 – Avenida Rotary e galpão construído.....100
Figura 30 – Região dos bairros Itatuba e São Leonardo.....101
Figura 31 – Alteração plano diretor 2016.....102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados demográficos região administrativa oeste.....64
Tabela 2 – Dados demográficos região administrativa centro.....68
Tabela 3 – Dados demográficos região administrativa leste.....72

SUMÁRIO

1. Introdução e problemática 13

1.1 Problemática 21

1.2 Método de pesquisa 22

2. Embu das Artes e sua inserção no espaço metropolitano: do cinturão de aldeamentos ao cinturão verde 25

3. O processo de especulação imobiliária e o espraiamento de São Paulo: o turismo, a nova função e a mudança de nome de Embu das Artes 41

3.1 O retrato espacial de Embu das Artes 60

3.1.1 Região Administrativa Oeste 63

3.1.2 Região Administrativa Centro 67

3.1.3 Região Administrativa Leste 72

4. Plano diretor 2012: o novo espaço em produção 81

5. Reflexões e considerações finais 103

Referências 122

Apêndice A – Roteiro de pesquisa 131

Apêndice B – Un. Administrativas Oeste (dados demográficos) 134

Apêndice C – Un. Administrativas Centro (dados demográficos) 135

Apêndice D – Un. Administrativas Leste (dados demográficos) 136

1. Introdução e problemática

Fato marcante da urbanização brasileira é o contínuo crescimento das regiões metropolitanas. Entre todas, a de São Paulo é a maior, não somente por sua população, mas, sobretudo, pela extensão de sua área. São 8.051 km² que formam a Grande São Paulo, um aglomerado de municípios em grande parte conurbados[1] (SCARLATO, 2001).

Essa grande região constitui-se hoje no polo de maior rede urbana[2] do país, uma metrópole nacional. A etimologia define o termo metrópole como cidade-mãe, mas para a geografia a palavra só pode ser aplicada se forem atendidas as seguintes características: a ocorrência do fenômeno da conurbação quando uma cidade se expande para fora de seu perímetro e absorve aglomerados rurais e outras cidades com vida autônoma, até então, mas que se comportam como parte integrante da metrópole. Com a expansão e a integração desaparecem os limites físicos entre os diferentes núcleos urbanos e a existência de um único espaço edificado resultante da conurbação, porém com várias administrações políticos-administrativas independentes, como, São Paulo e a região do Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano

[1] Geddes (1994) é o introdutor do termo conurbação nos estudos do urbanismo, definido na obra “Cidades em Evolução” como grandes aglomerações urbanas que se sucederam ao processo de industrialização na Grã-Bretanha e de outras regiões da Europa. O autor, inicialmente, trata estas aglomerações urbanas e usa denominações como cidades-região, cidades-agrupamento ou conglomerações, mas não as julga adequadas até que chega à expressão conurbações. Segundo o autor, a denominação conurbação expressaria uma nova forma de agrupamento demográfico que já estaria, subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social e, em seguida, de governo e administração bem definidos.

[2] Redes urbanas são nós que ligam lugares para viabilizar a circulação de pessoas e mercadorias. Elas se consolidam em um território e refletem desenvolvimento econômico, político e cultural em dado período histórico e com processos de instabilidade e fluidez impactam a configuração do território (O´NEILL, 2015). Para Corrêa (2006) uma rede urbana são centros urbanos e seus territórios contíguos, funcionalmente articulados, que envolvem complexa diferenciação entre cidades.

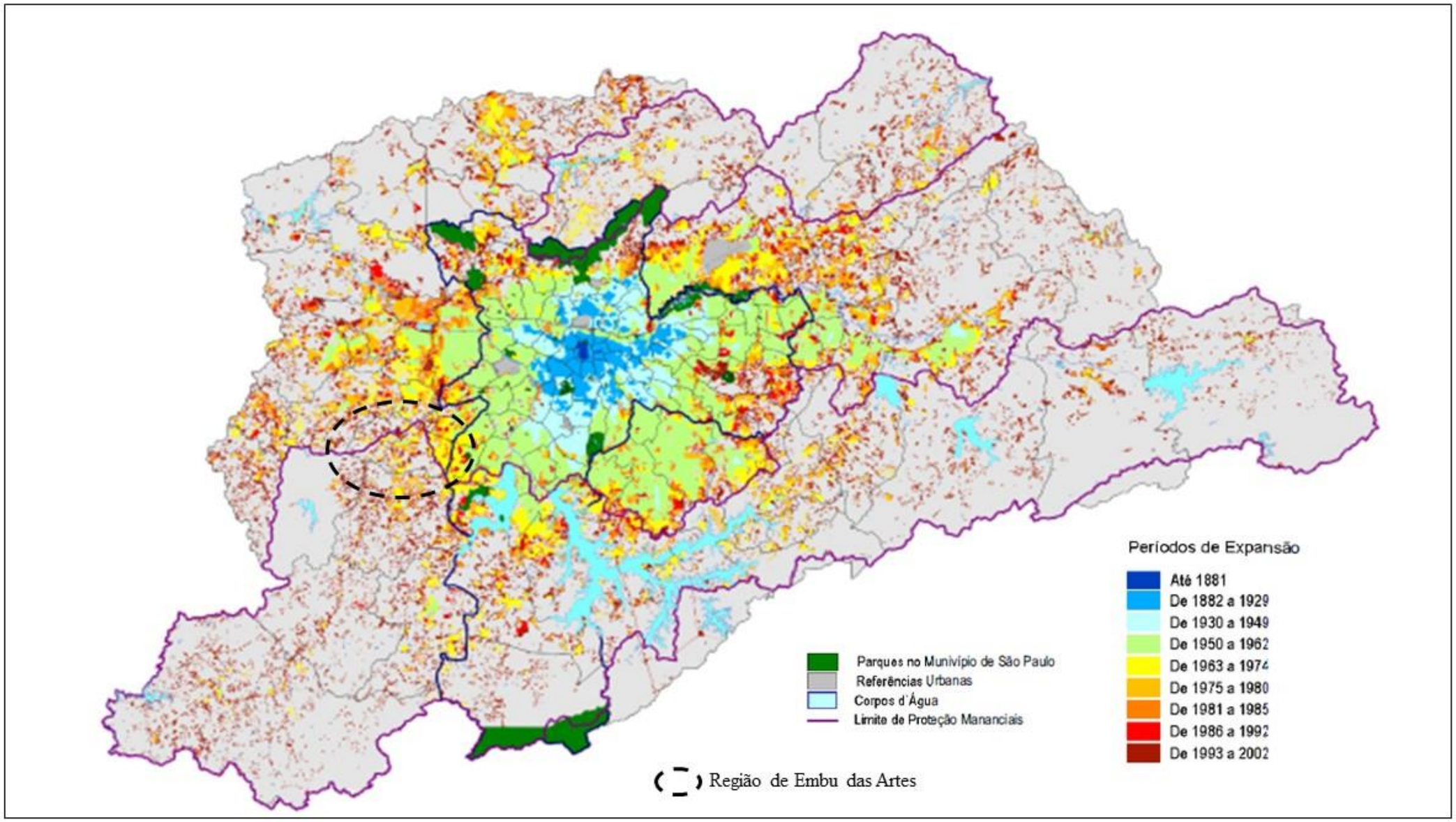
e Diadema (ABCD). Cada uma dessas cidades tem seu centro administrativo municipal autônomo e juntas formam uma conurbação. (SCARLATO, 2001).

O desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo ganha força a partir da 1ª Guerra Mundial e os fatores que corroboram para tal fato são: a expansão do parque industrial, o crescimento da população, o aumento dos impostos territoriais e a cafeicultura. No final da década de 60, Penteado (1958) aponta para exemplos de conurbação dos subúrbios e, assim, não se incorre em erro ao definir, já nesta época, São Paulo como uma metrópole. O crescimento da população agrava o problema do custo da moradia e origina um movimento em direção às vilas suburbanas.

A expansão do parque industrial requeria áreas com bom tamanho para instalar fábricas e São Paulo, em seu 4º centenário, vivia um grande período de industrialização. Estes fatores marcaram o início da integração dos limites urbanos da cidade com os municípios vizinhos por meio de um complexo sistemas de rodovias e ferrovias em várias direções, sobretudo, em virtude das características topográficas do planalto paulistano no sentido leste-oeste do que no norte-sul. (SCARLATO, 2001; PENTEADO, 1958) (Figura 1)

O processo de expansão e integração acaba por incorporar núcleos antigos que cresciam isoladamente, como o de Pinheiros, na zona oeste e porta de saída para a região oeste. As rodovias Raposo Tavares, Regis Bittencourt e a ferrovia Fepasa são parte do sistema viário em direção ao oeste e se constituíram em um eixo onde ocorreu a concentração de indústrias. Até o final do século passado, inúmeros núcleos constituíam subúrbios distantes da capital e, em poucos anos, foram integrados ao núcleo central da cidade e às demais áreas da região metropolitana de São Paulo, o que fortaleceu o plano viário radial concêntrico de expansão do município de São Paulo. (SCARLATO, 2001)

Figura 1 – Crescimento da região metropolitana de São Paulo de 1881 a 2002



Fonte: Adaptado pelo autor – Prefeitura do Município de São Paulo - O Município em Mapas

O solo urbano não se reproduz na medida em que cresce a população e torna-se escasso e valorizado. A especulação imobiliária, com aumento do valor dos lotes, a verticalização e o surgimento do chamado “solo criado”, inacessível para camadas de baixa renda, tem como consequência o movimento destas classes em direção às periferias nos extremos da Região Metropolitana, em busca de locais para adquirir uma propriedade ou aluguéis mais baratos. A especulação é o fator que contribui para o crescimento fragmentado da metrópole paulistana. Em alguns casos, os municípios se transformam em cidade-dormitório[3]. (SANTOS, 2009; PENTEADO, 1958).

Scarlato (2001) aponta que as concentrações humanas, inicialmente, se distribuem pela Grande São Paulo, constroem suas residências e, somente depois, o estado executa os processos de urbanização. Segundo o autor, o Estado sempre foi omisso, age no ajuste da desordem, quase sempre de forma paternalista, como com a urbanização de favelas ou oferecendo títulos de posse para ocupações irregulares. Esta ação do Estado foi sempre a mesma durante o processo de industrialização que comandava a produção do espaço, com metrópoles em expansão e reprodução do processo de segregação espacial.

A superação das contradições dramáticas que surgem em função de um Estado paternalista e clientelista, somente poderia ocorrer com a criação de uma política de renovação urbana, bem como com o amadurecimento das formas organizacionais da sociedade civil e com o crescimento de sua força decisória junto ao Estado. O que se percebe, com o passar dos anos, é que o Estado ainda trata as políticas de urbanização da mesma forma, com graves consequências para os municípios próximos às regiões metropolitanas. (SCARLATO, 2001)

---

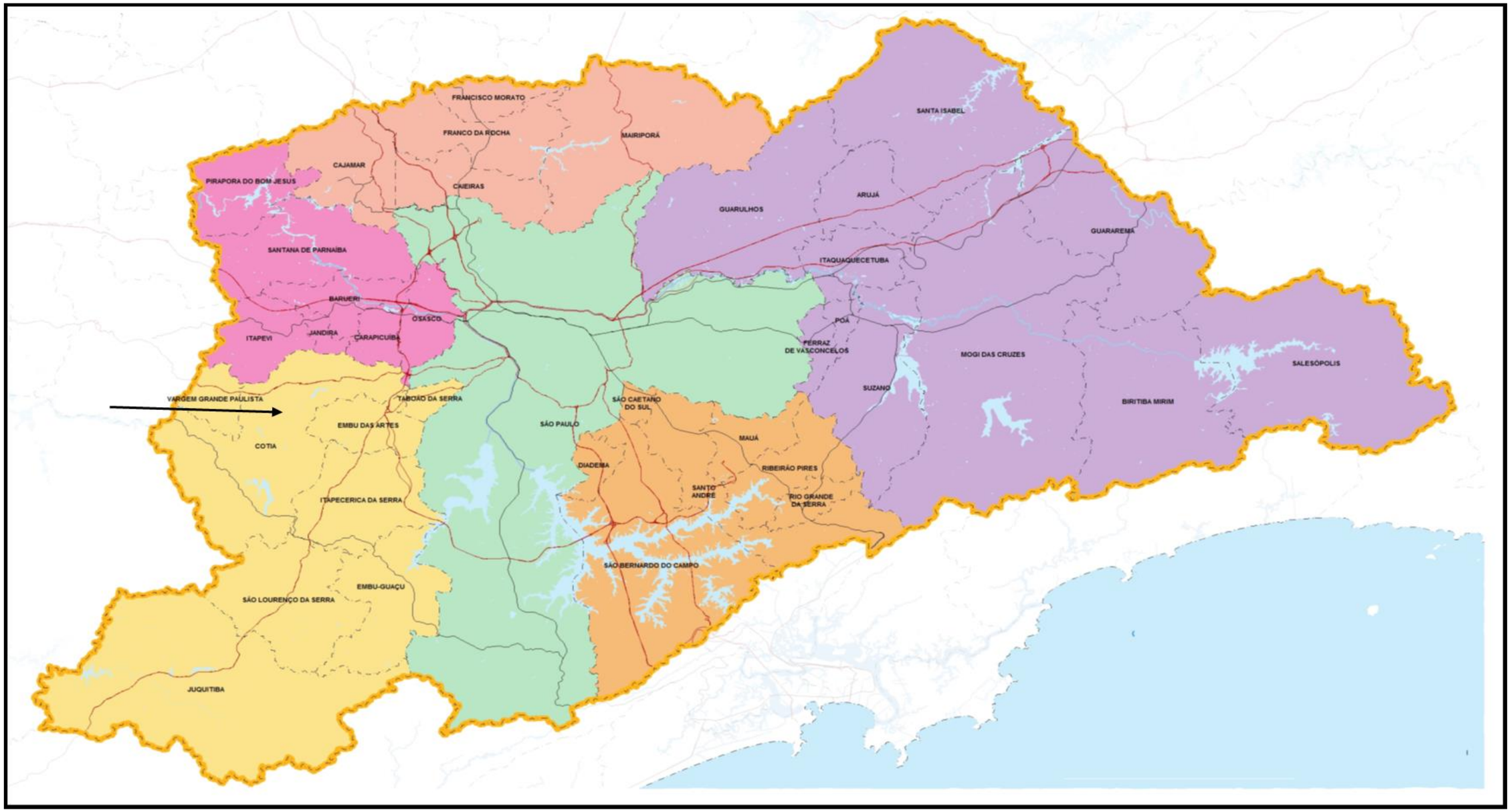
[3] Cidades-dormitório são aquelas que possuem as seguintes características: pouca dinâmica econômica, alto crescimento populacional, expansão urbana em residências precárias, trabalhadores de baixa renda que saem, na maioria, para trabalhar em outra cidade, voltam para dormir, o que determina uma maior intensidade de movimento pendular. (MIGLIORANZA, 2005; JARDIM & BARCELLOS, 2006; CAIADO, 2005; ARANHA, 2005).

No início dos anos 70, surgem as áreas metropolitanas, criadas segundo parâmetros político-institucionais definidos pelo Congresso Nacional. Na Constituição de 1988, a competência por criar e modificar as regiões metropolitanas passou para os estados, que definiram em suas respectivas Constituições Estaduais os parâmetros legais sobre suas regiões metropolitanas. (GOUVÊA, 2005).

A área conhecida como a Grande São Paulo reúne 39 municípios do estado homônimo e passou por intenso processo de conurbação, ou seja, um processo de espraiamento urbano da capital que formou com seus municípios vizinhos uma mancha urbana contínua. Nadalim e Igliori (2010) definem espraiamento urbano como uma área urbanizada menos concentrada e com mais vazios urbanos. Os autores estudaram a transformação urbana da Região Metropolitana de São Paulo no período de 1962 a 2002 e apontam que a dinâmica do espraiamento ocorreu com maior ou menor ênfase em determinados períodos. Os autores tinham por hipótese que, se tivesse havido espraiamento, o crescimento da área urbanizada deveria ter sido maior do que o crescimento da população, mas a análise dos dados referentes ao aumento da população e da área urbanizada demonstrou que as dinâmicas foram diversas conforme os períodos estudados: entre 1974 a 1985 as taxas de crescimento populacional e da área urbanizada foram iguais; entre 1985 e 1997 a taxa de crescimento populacional foi superior à taxa de crescimento da área urbanizada; entre 1997 a taxa de crescimento da área urbanizada foi superior à taxa de crescimento populacional.

Como causas deste espraiamento corroboram fatores como modelo de cidade monocêntrica, já que São Paulo se desenvolveu e se expandiu a partir de uma região dentro de si mesma, a partir de seu centro. Outro fator causador do espraiamento foi a periferização da população pobre e a opção das classes altas por condomínios, que obriga as primeiras a buscar um espaço urbano de menor custo. (NADALIM; MIGLIORI, 2010)

Figura 2 – Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: adaptado pelo autor - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo

Um dos municípios que fazem parte desta região metropolitana e que se encontram na situação descrita é Embu das Artes, objeto de pesquisa neste trabalho. Situado na Microrregião de Itapecerica da Serra e distante cerca de 27 km do município de São Paulo (Figura 2), a cidade tem território de 70,1(km²) com 59% inserido em Área de Proteção aos Mananciais da Bacia Hidrográfica Cotia–Guarapiranga, que alimenta a Represa de Guarapiranga. Dessa bacia, o Rio Embu–Mirim, que cruza o município, é um dos principais contribuintes. Além disso, o município possui um patrimônio ambiental que faz parte da Zona de Amortecimento e Conectividade e da Zona de Transição e Cooperação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde do município de São Paulo, de relevância vital para as condições ambientais da Região Metropolitana de São Paulo.

Até o final do século XIX e início do século XX, Embu das Artes ainda era pouco explorada e atuava como fornecedora de frutas e verduras. No início do processo de expansão da região metropolitana, nos anos 40, a cidade faz parte do que Penteado (1958) denominou como subúrbio agrícola e residencial. No início dos anos 70, Oliveira (1972) aponta que ela participava ativamente do conjunto periférico da Região Metropolitana de São Paulo com os problemas decorrentes desta proximidade com a metrópole e que, mantido o ritmo de crescimento do comércio imobiliário, a tendência seria de um agravamento da situação, o que tornaria mais premente a tomada de medidas que visassem à melhoria do processo de urbanização do município e das condições de vida. Tal previsão foi corroborada por Morato (2004).

O impacto que o espraiamento da Região Metropolitana de São Paulo causou sobre Embu das Artes nota-se com mais força quando analisamos o crescimento de sua população, que passou de 18 mil habitantes, no final da década de 70, para cerca de 150 mil habitantes no início da década de 90. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 a população do município era de 240 mil habitantes com o crescimento apontado para uma estabilização com taxa de 1,46% ao ano, no período 2000 a 2010, uma das menores taxas da Região Metropolitana de São Paulo, que

teve um crescimento da ordem de 10,1%. A população estimada para 2014 é de 259 mil habitantes.

O crescimento populacional decorreu, em sua maior parte, em decorrência do espraiamento da região metropolitana de São Paulo. O item Desenvolvimento Sócio e Econômico do plano diretor aponta como consequências deste crescimento o forte processo de urbanização e de comunidades carentes, com alta concentração de habitantes por quilômetro quadrado, especialmente alta na região Leste (setor leste), devido ao tipo de urbanização. Embu das Artes sofreu um processo de urbanização desordenado e grande aumento populacional, processo de especulação imobiliária e sua transformação e já não é possível defini-la como periferia[4] ou subúrbio[5] de São Paulo, uma cidade-dormitório, um município-subúrbio ou um município do interior[6].

O Plano Diretor, lançado em 2012, é mais um fator de pressão neste processo de urbanização. Embu das Artes passou de um aldeamento para

---

[4] Periferias são espaços urbanizados desordenadamente, uma negação do propriamente urbano e de um modo de habitar e viver urbanos. Na periferia predominam loteamentos irregulares normalmente de dimensões pequenas. Na periferia falta quase todo tipo de esquipamento social (hospital, escola, creche) e infraestrutura (pavimentação, água encanada, luz). Na periferia normalmente reside uma população de baixa renda, geralmente migrantes vindos de todas as partes. A periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização. A periferia é o local onde se concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra. (MARTINS, 2001; SOTO, 2008; ALVES, 2011)

[5] A noção de subúrbio contém uma nova concepção de espaço, uma nova sociabilidade, onde ocorre a ruptura e a transição para a modernidade da cidade. O subúrbio representa o ser dividido entre o urbano e o propriamente rural. O termo na sua definição geográfica, refere-se às áreas que circundam as áreas centrais dos aglomerados urbanos e deriva da palavra inglesa *suburb* que significa subcidade. No subúrbio, a população residente carece de infraestrutura básica. No caso do subúrbio brasileiro podem ser identificados enclaves das camadas ricas a exemplo da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e Alphaville em São Paulo. No Brasil o termo muitas vezes é utilizado para designar a periferia que é na verdade seu contrário. (SOTO, 2008)

[6] Um município do interior caracteriza-se por ter uma população mais diversificada do ponto de vista de classes sociais. Um município-subúrbio é mais homogêneo do ponto de vista das classes sociais com população constituída na maior parte por pessoas de classe baixa e média baixa. (VILLAÇA, 1998).

um centro econômico, de cultura e lazer. Hoje, no contexto do espraiamento da Região Metropolitana de São Paulo e pelas propostas do novo Plano Diretor, tem como perspectiva transformar-se em importante polo industrial e logístico.

1.1 Problemática

A problemática da pesquisa será desvendar as transformações sócio-territoriais no município de Embu das Artes e como se desenvolveu o processo de interação do município com a dinâmica da metropolização de São Paulo. Pretende-se analisar os impactos decorrentes do processo de transformação ao considerar:

a) As mudanças sociais e econômicas provocadas pelo espraiamento da região metropolitana de São Paulo;

b) A transformação no espaço urbano e o surgimento de novas funções;

c) As mudanças nos processos de ocupação e apropriação do espaço e suas possíveis consequências;

d) Os impactos no perfil e função da Feira de Artes e Artesanato;

O trabalho analisará as fases pelas quais passou o município de Embu das Artes, desde suas origens, no século XVI, o surgimento e transformação dos cinturões (indígena, caipira e verde), o crescimento de São Paulo, no início do século XX, o processo de especulação imobiliária em São Paulo, o surgimento das atividades turísticas no início dos anos 70, a continuidade do

espraiamento de São Paulo, a mudança no nome do município, em 2011, as revisões do Plano Diretor, nos anos de 2012 e 2015.

1.2 Método de pesquisa

Para o estudo, serão executadas pesquisas bibliográficas e documentais. A abordagem da pesquisa será qualitativa com exploratória. A escolha da pesquisa qualitativa será devido a representatividade numérica não ser o objetivo inicial, mas, sim, o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. A abordagem qualitativa se opõe ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que supõe uma metodologia própria que não pode ser relativizada para estudo da vida social, já que não serão feitos julgamentos, não serão permitidos preconceitos e crenças que venham a contaminar o processo da pesquisa. (GOLDENBERG, 1997; YIN, 2001).

A pesquisa será exploratória, que além de permitir a análise de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, oferecerá uma forma de apresentar dados relevantes sobre as localidades que serão estudadas. Os procedimentos adotados não apenas permitirão descrever os fenômenos, mas também fazer uma análise e interpretação, por meio de uma compilação das complexidades que interatuam no ambiente, o que faculta o entendimento dos fatores que regem as relações. A pesquisa exploratória permite conhecer como e por que um dado fenômeno ocorre, por meio do acesso a dados, por observação ou entrevistas. Desta forma, será possível generalizar as proposições teóricas por expansão da teoria. As fontes de evidências para este estudo de caso serão documentação e os registros em arquivo.

Minayo (2001) afirma que a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não se pode quantificar, centrada na compreensão e

explicação da dinâmica das relações sociais. Para o autor, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O autor finaliza com afirmação de que a pesquisa qualitativa é o lugar da intuição, da exploração e do subjetivismo.

Foram efetuadas pesquisas de campo, utilizada a técnica das entrevistas por meio de questões sem roteiro pré-determinado (Apêndice A). Conforme Gil (1994) as vantagens de um questionário são: a boa relação abrangência *versus* tempo de resposta, facilidade de tabulação dos dados, o respondente tem tempo suficiente para refletir sobre suas respostas, a possibilidade de garantia do anonimato, a boa relação custo benefício e a possibilidade de ocorrer um estreito contato entre pesquisador e pesquisado. A técnica da entrevista é recomendada para assuntos que envolvam relações humanas e é mais útil para obter informações qualitativas que irão validar ou não os argumentos do pesquisador.

Foi elaborada uma lista de respondentes possíveis que foram contatados e a eles explicado o projeto, seus objetivos, o processo da pesquisa e a informação que seria gravada. Para a seleção, buscaram-se perfis diferentes de respondentes que permitissem obter visões dialéticas sobre o mesmo fato para emergir, desta forma, o contraditório, as diferenças. O principal fator de escolha foi a entidade que os respondentes representavam e, assim, selecionaram-se atuantes do setor público, do setor privado, expositores da Feira de Artes e Artesanato, responsáveis por gerir as associações de moradores de bairro e que atuantes de entidades ligadas a movimentos ambientalistas.

As entrevistas foram gravadas e, sempre que possível, procurou-se assegurar condições favoráveis do ambiente para garantir uma boa compreensão das respostas. (VENTURI, 2011; BARROS; LEHFELD,1986)

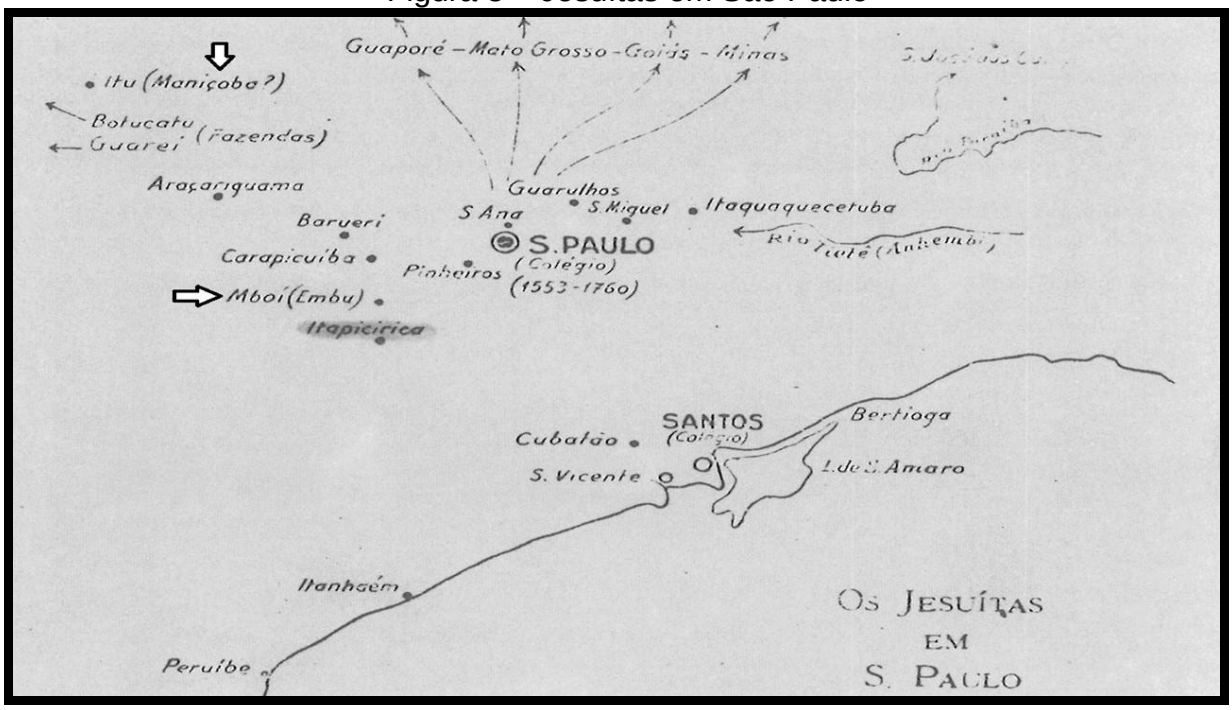
As entrevistas transcritas foram analisadas por método da análise de conteúdo. Optou-se por este método, pois permite, de forma sistemática, a

descrição das mensagens e das atitudes atreladas nas declarações dos respondentes, bem como as inferências sobre os dados coletados. A escolha do método explica-se ante a intenção de minimizar as incertezas que surgem em função das hipóteses e pressupostos, para enriquecer a leitura, compreender os significados e para necessidade de revelar as relações que se estabelecem além dos discursos. (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014)

2. Embu das Artes e sua inserção no espaço metropolitano: do cinturão de aldeamentos ao cinturão verde

Escrever sobre Embu das Artes é escrever sobre a história da Companhia de Jesus no Brasil, pois da atuação desta ordem, fundada por Inácio de Loiola, surgiu o primitivo Embu das Artes. Foram diversas as aldeias indígenas controladas por jesuítas (Figura 3). A aldeia de Maniçoba, fundada pelo padre Manuel da Nóbrega em 1535, situada a 35 léguas dos campos de Piratininga, no mesmo caminho para o Paraguai, tinha como objetivo a aproximação com os índios carijós que estavam sob o domínio da Espanha e que não podiam ser atingidos, por determinação do governo de Portugal. (JORDÃO, 1960)

Figura 3 – Jesuítas em São Paulo



Fonte: CORRÊA (1999)

Por volta do ano de 1554, o impedimento imposto pelo governo português leva os jesuítas a realizarem ações de atração e usarem os espanhóis como intermediários. No entanto, os índios tupiniquins, naturais da região, foram instigados pelos portugueses a não aceitarem a situação e estes passam,

então, a atacar os carijós que se dirigiam à aldeia de Maniçoba. O insucesso da ação de aproximação faz com que os jesuítas abandonem a aldeia de Maniçoba e se estabeleçam em uma aldeia mais próxima, de nome “Bohi” e assim ficariam localizados na confluência do caminho do sertão com o caminho do mar, apartados do núcleo do Colégio, em São Paulo, porém não tão afastados como estavam em Maniçoba. A data do estabelecimento dos jesuítas em Bohi foi 18 de julho de 1554, que pode ser considerada como a data da fundação da primitiva aldeia que passa se chamar M´Boi e, futuramente, Embu das Artes. (JORDÃO, 1960)

Neste período, de surgimento de Embu das Artes, os campos da Vila de Piratininga, como era conhecido o povoamento que deu origens a São Paulo, eram ocupados por uma tribo indígena dos Goyanás, cujo chefe era Tibiriçá que habitava o centro da vila, então localizado em frente ao atual mosteiro de São Bento. Nestes tempos, a vila era um verdadeiro campo de guerra, mas sua topografia protegia lugar. A necessidade de manter próximos os indígenas se dava em função dos trabalhos na lavoura e para a segurança dos fazendeiros da época. A guarnição de milicianos era formada por escravos próprios e por uma aldeia de indígenas amigos que pudessem fornecer braços para as bandeiras em guerra. (JORDÃO, 1960)

Segundo Jordão (1960), é fundamental reconhecer a contribuição de Embu das Artes, nesta época, para a economia de São Paulo. Podem-se destacar: o movimento das bandeiras, que utilizavam os índios assentados em aldeias, para a conquista dos sertões; as culturas do trigo e do algodão, na agricultura e pecuária, além de cabeças de gado vacum; e, também, o pioneirismo de Clemente Alves, ferreiro e minerador que habitava a aldeia de Embu das Artes, no projeto e implantação do primeiro moinho de trigo instalado no vale do Anhangabaú, em São Paulo.

Do surgimento da Embu das Artes até meados do século XIX, São Paulo pouco cresceu e era considerada extremamente modesta, se comparada ao tamanho atual ou com o tamanho de outras cidades da época. Embora pequena, ela já exercia um papel polarizador na organização de seus

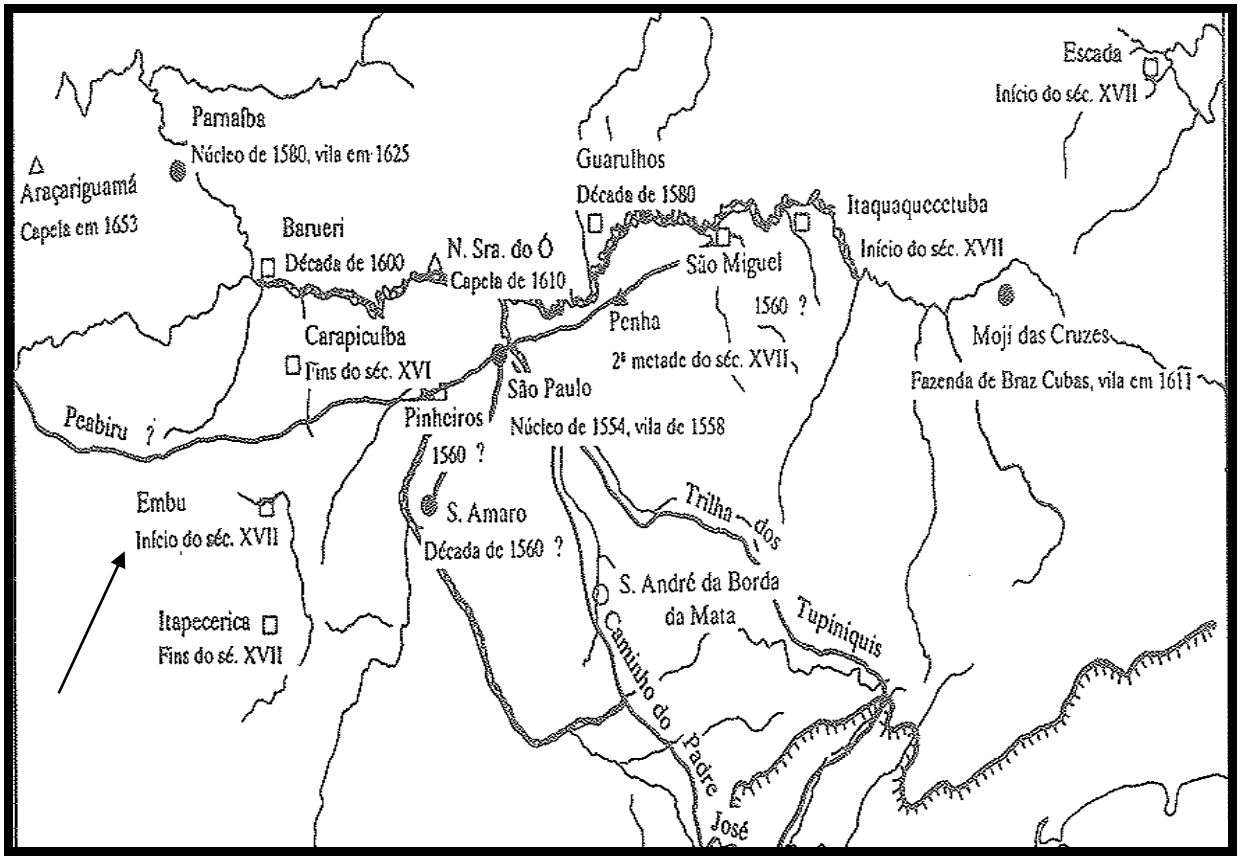
arredores, com duas faixas formadas por um cinturão de chácaras e um cinturão caipira. O cinturão de chácaras foi organizado para uso dos seus habitantes, que as utilizavam como residência para finais de semana ou para a produção de frutas. Nesse cinturão, encontravam-se elementos de serviços ali estabelecidos em função de requererem espaço ou de necessário isolamento, dentre os quais destacamos: os pousos de tropas, os cemitérios, os colégios e os depósitos de pólvora. (LANGENBUCH, 1971)

No cinturão caipira, por sua vez, praticavam-se a agricultura de subsistência e as atividades de abastecimento, como produção agrícola de extração e artesanato. Ao contrário do cinturão das chácaras, a organização dos cinturões caipiras não se dá apenas em função de São Paulo, haja vista as atividades de subsistência e da presença de extensas áreas não cultivadas. A organização das atividades de abastecimento, entretanto, se dá em função de São Paulo, ou seja, este cinturão tinha como um de seus objetivos o abastecimento de capital. O cinturão caipira será o mais afetado pela expansão suburbana da cidade de São Paulo. Já o cinturão das chácaras sofrerá mais com a expansão urbana. (LANGENBUCH, 1971)

No século XIX, as designações para povoados consideravam suas funções religiosas / político-administrativas, seu tamanho e sua ordem de importância. Langenbuch (1971) aponta as seguintes designações (da maior para a menor importância): cidade, vila, freguesia, capela curada. Existiam, além dessas, povoados tratados por autores da época, de maneira não oficial, com as expressões: aldeia, arraial, povoação, capela e bairros. Cabe, ainda, apontar a argumentação feita por Petrone (1995) sobre as expressões “aldeia” e “aldeamento”, que diferem, segundo o autor, de acordo com a motivação no processo de formação. Para ele, a expressão aldeamento define aglomerados criados, ou seja, que não se formaram espontaneamente. Eram inúmeros os aldeamentos ao redor de São Paulo, até os fins do século XVII (Figura 4). Os que surgem de forma espontânea seriam tratados como aldeia. Complementa que falar em aldeamento implica na existência de um processo de criação de núcleos ou aglomerados frutos de uma intenção e, nesse sentido, aponta com

mais clareza o fenômeno dentro de um processo de colonização de forma mais fiel do que se fosse utilizado o termo aldeia.

Figura 4 – Aldeamentos e povoamentos na região de São Paulo até fins do século XVII



Fonte: adaptado pelo autor, de Petrone (1995)

São Paulo era considerada uma cidade e, em 1836, a área compreendida por sua influência abrangia quatro vilas, seis freguesias, e três capelas curadas. Nos arredores da cidade podiam ser encontrados aldeamentos indígenas, como o de Guarulhos, São Miguel, Pinheiros, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Santo Amaro, Itapecerica e o de Embu das Artes (M`Boy, nome como era conhecido em meados do século XIX e que, em língua tupi significa cobra) de onde originou-se, posteriormente, a corruptela Embu das Artes. Estes aldeamentos, que também constituíam outro cinturão ao redor da cidade, formaram-se por concessão oficial de terras da colônia, denominadas aldeias do Padroado Real, e terras doadas por colonizadores, chamadas de Fazendas Jesuítas. (LANGENBUCH, 1971; OLIVEIRA, 1972)

Independentemente da categoria, os administradores desses aldeamentos tinham um objetivo em comum: a contenção do movimento dos indígenas. No entanto, existiam também diferenças: os aldeamentos jesuítas buscavam catequizar os indígenas e deixá-los livres, enquanto os colonizadores viam os indígenas como importante reserva de mão-de-obra para ser utilizada a seu bel-prazer. (LANGENBUCH, 1971; OLIVEIRA, 1972).

Ao descrever a formação dos aldeamentos, Petrone (1995) acrescenta um ponto importante na sua concepção e administração: os aldeamentos sob o controle do Padroado Real constituem-se de um grupo de indígenas que aceitavam viver uma vida em comunhão com os invasores; já o segundo grupo forma-se por indígenas libertos ou fugitivos que ficavam sob a proteção e a tutela dos jesuítas. O tipo de instituição e administração do aldeamento foi fator preponderante para o seu crescimento e desenvolvimento. Aldeamentos jesuíticos eram mais estáveis e apresentavam maior desenvolvimento, ao passo que os administrados pelo Padroado Real apresentavam altos índices de fuga. (OLIVEIRA, 1972).

Até o século XVI, a região de Embu das Artes era habitada pelos índios tupiniquins e carijós. Em 24 de janeiro de 1624, Fernão Dias e sua mulher, Catarina Camacho, grandes proprietários da região, doaram à igreja uma quadra de terras para a construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, iniciada em 1628 pelo Padre Belchior de Pontes. Ele transferiu, para suas proximidades, a então aldeia de M'Boy. Esta doação de terras se prestava, fundamentalmente, como instrumento de fixação dos indígenas ou, como mencionado anteriormente, para evitar sua movimentação. O indígena não tinha noção de propriedade particular e passou a depender, exclusivamente, do colonizador que, por ato de posse colonial, torna-se o seu real proprietário. Indígenas eram, por direito, proprietários das terras, mas nunca o foram de fato. Permaneciam tutelados e suas terras eram controladas pelo município ou por uma ordem religiosa. (PETRONE, 1995; JORDÃO, 1960)

Corrêa (1999) aponta para alterações significativas no papel dos indígenas para a transformação da economia paulista, que passam de figuras essenciais no trabalho das fazendas ao redor da cidade, nas últimas décadas do século XVIII; tornam-se mão-de-obra transitória, diante da possibilidade de compra do africano, no início do século XIX; e, finalmente, são vistos como um grande estorvo, pois ocupavam terras produtivas e não desenvolviam agricultura comercial. Portanto, no século XIX o indígena se transforma em uma questão de terra.

A designação oficial de Embu das Artes era capela curada e, em alguns casos, não oficiais, uma povoação (LANGENBUCH, 1971). O local compreendia-se por uma igreja, casas de religiosos e residências dos indígenas, tudo administrado pela ordem dos jesuítas, o que possibilitou uma fase de grande estabilidade e desenvolvimento. O crescimento do aldeamento decorreu de sua função de celeiro da capital, além da produção de algodão, que era fiado e tecido para ser exportado para o Rio de Janeiro e Bahia (OLIVEIRA, 1972; LANGENBUCH, 1971). Oliveira (1972 p.110, apud ARROYO, 1954) aponta que: *"a aldeia se desenvolvia a olhos vistos e graças à sua organização pode-se sobressair das demais em meados do século XVIII"*.

A estabilidade dos aldeamentos foi rompida durante a segunda metade do século XVIII, com o confisco dos bens dos jesuítas e a transferência para controle do então governo da Capitania. Os indígenas passam a ser administrados pelos colonizadores que, diferente dos jesuítas, não gostavam dos indígenas e os viam como escravos para uso de acordo com as necessidades, fossem particulares ou oficiais. Inicia-se, então, um processo lento de declínio, causado pela a impossibilidade de praticar a agricultura, e um movimento de dispersão dos indígenas. (PETRONE, 1995; LANGENBUCH, 1971; JORDÃO, 1960)

A decadência tornou-se comum e era rara a continuidade do progresso destes aldeamentos. Em parte, por terem perdido suas funções originais e, em parte, pelo desenvolvimento de São Paulo. Embu das Artes sofreu,

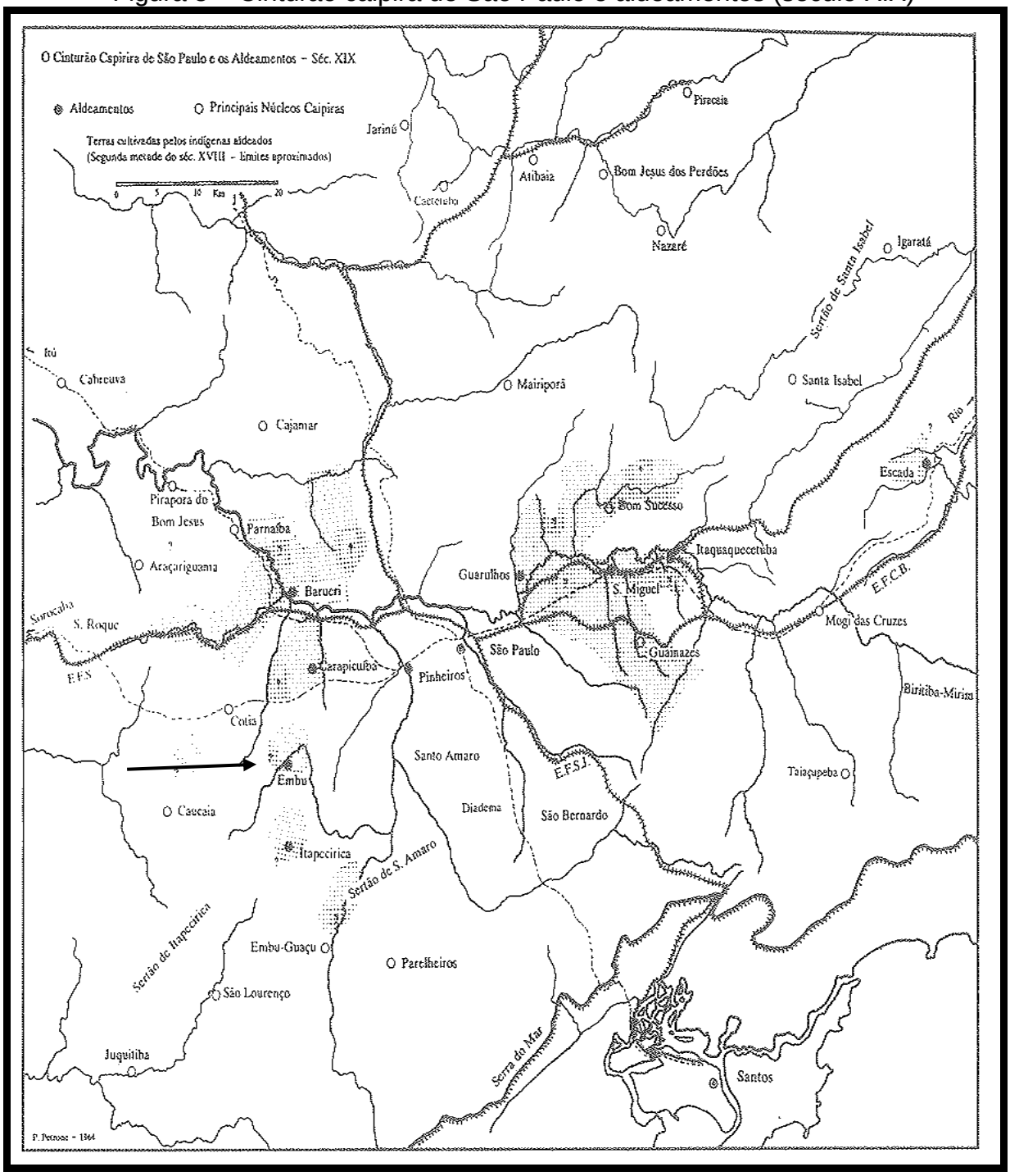
especificamente, com o crescimento da capital paulista, pois, se no tempo dos jesuítas desenvolvia uma agricultura que gerava bons rendimentos e contribuía para o seu sustento, este processo de desenvolvimento cessa quando Embu das Artes passa a fornecer mão de obra indígena para os trabalhos em São Paulo. (PETRONE, 1995; LANGENBUCH, 1971)

Os aldeamentos não pertenciam aos índios e sim ao Estado ou aos jesuítas, que não tinham projetos em relação a eles a não ser utilizá-los como mão de obra. Isso resultou no esvaziamento destes aldeamentos e seu processo de decadência foi comum para a quase totalidade deles. No caso de Embu das Artes, o decréscimo populacional aumenta a partir da segunda metade do século XVIII e segue até o início do século XIX, quando o governo decide estabelecer um plano que visa a miscigenação e a transformação dos aldeamentos em freguesias. No ano de 1829, o antigo aldeamento passa a ser designado freguesia. (OLIVEIRA, 1972; LANGENBUCH, 1971; CORRÊA, 1999)

A condição de freguesia sofreu contínuas desautorizações e restabelecimentos entre os anos de 1829 e 1880, o que reforça, ainda mais, a situação de decadência e dispersão, verificada anteriormente, que reflete a situação vivenciada por todos os antigos aldeamentos indígenas. (PETRONE, 1995)

Aldeamentos indígenas começam a desaparecer, devido ao movimento de dispersão e se transformam, étnica e funcionalmente, em povoados roceiros (caipiras). Os arredores de São Paulo, durante o século XIX, são caracterizados por estes povoados que formam o cinturão caipira (ou núcleos caipiras) (Figura 5). Diferentemente do cinturão de chácaras, não tinham sua existência totalmente organizada em função da capital, onde se praticava uma agricultura de sobrevivência e uma produção agrícola e artesanal. (LANGENBUCH, 1971; OLIVEIRA, 1972)

Figura 5 – Cinturão caipira de São Paulo e aldeamentos (século XIX)



Fonte: Petrone (1995)

Embu das Artes permaneceu no ciclo de decadência sem indícios de um processo de cultura comercial, como era comum em outras partes do território paulista. As culturas da cana e do café esgotaram o solo, que foi utilizado por muito tempo e já não tinha condições de alcançar o melhor rendimento pretendido (OLIVEIRA, 1972). Esta situação, entretanto, começaria a se

alterar durante o último quarto do século XIX, com o crescimento de São Paulo.

Langenbuch (1971) aponta que, no século XIX, esse crescimento se dá de forma impressionante. A expansão urbana da capital ocorre nas áreas do cinturão de chácaras, enquanto que a expansão suburbana se dá justamente no cinturão caipira. Acrescenta o autor que o cinturão caipira passa, cada vez mais, a organizar as suas funções em relação a São Paulo e que, se o crescimento desta é o fato gerador da metamorfose, o surgimento da ferrovia irá funcionar como fator de arranjo espacial da nova organização.

A ferrovia reorganiza, pois, ao não seguir os antigos trajetos das estradas ordinárias, provoca a desvalorização das regiões por elas servidas e a valorização de outras regiões, quando segue o trajeto de estradas ordinárias transversais. Os povoados-estação[7] cresciam, enquanto povoados afastados da linha ficavam estagnados. Embu das Artes foi uma exceção a esta regra, pois, mesmo longe da ferrovia, conheceu um razoável crescimento neste período. A região possuía recursos naturais aproveitáveis e terras não ocupadas e, desta forma, despertou atenção no processo de organização da localidade. O setor público entendia que deveria facilitar às famílias a aquisição de terras, o que dá início ao preparo de projetos de colonização para o que se chamavam de “os sertões de Itapecerica” (neste período o município de Itapecerica compreendia as áreas de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu e Juquitiba). (LANGENBUCH, 1971)

A transformação dos arredores de São Paulo tem uma correlação importante com o processo das ferrovias. Languenbuch (1971) aponta que, à época, o poder público entendia que só haveria o desenvolvimento destas regiões se fosse possível fazer a ferrovia chegar até estes locais. No ano de 1908, prepara-se um projeto que prolongaria a ferrovia de Santo Amaro até o município de São Lourenço e passaria por Embu das Artes, que é descrita da

[7] Povoados-estação são os que se estabeleceram em torno das estações ferroviárias (LANGUEBUCH, 1971)

seguinte forma por Languenbuch (1971, p.121 e 122, apud BOCCOLINI, 1908):

> Nas imediações do km 27 o traçado contorna a área destinada à fundação da futura cidade de Hygea. Nesta bela e pitoresca localidade, há mais de cem possuidores de pequenos lotes de terra situados ao longo das avenidas traçadas; estes terrenos são destinados à construção de chalets para recreio e vilegiatura. Os donos dos lotes referidos representam a fina flor da sociedade paulistana.
>
> No km 28 a antiga Freguesia do M´Boy, logar este excessivamente pitoresco e de um clima excepcional. É rodeado de collinas ricamente vestidas de mattas e de verdes pastagens, suavemente inclinadas.
>
> As terras do território de M´Boy são aráveis e fertilíssimas, preduzindo cana, arroz, milho, feijão e fructas em abundância, sua especial produção é de cebolas, alhos, batatinhas.
>
> Existem no M´Boy diversas fábricas de aguardente, uma bem montada serraria a vapor, diversos engenhos para fabricar farinha e uma prospera e acreditada fabrica de vellas de cera que abastece diversas das principais egrejas da capital.
>
> Além disso a industria extractiva é representada pela fabricação do carvão em grande escala, casca para uso de cortume e lenha. Todos estes productos são transportados para o mercado da capital pelo meio insufficiente do carro de boi. Na estação chuvosa, o transito para São Paulo fica paralisado, por causa do pessimo estado dos caminhos.

O projeto não foi levado adiante, mas o relatório aponta para certo nível de desenvolvimento de Embu das Artes. Pode-se notar um apelo à especulação imobiliária, quando da referência ao loteamento para recreação e é interessante perceber que este processo, precoce, tenha se tornado o grande problema dos arredores da cidade nos dias atuais. (LANGUENBUCH, 1971)

O período ora em estudo definiu a vocação dos arredores de São Paulo, especialmente nos arredores alcançados pelas ferrovias. Estes acabavam por ter uma vocação suburbana, ainda insipiente, e as estações ferroviárias uma vocação de polarização industrial e de povoamento suburbano. Os povoados-estação seriam os embriões de núcleos suburbanos que surgiriam

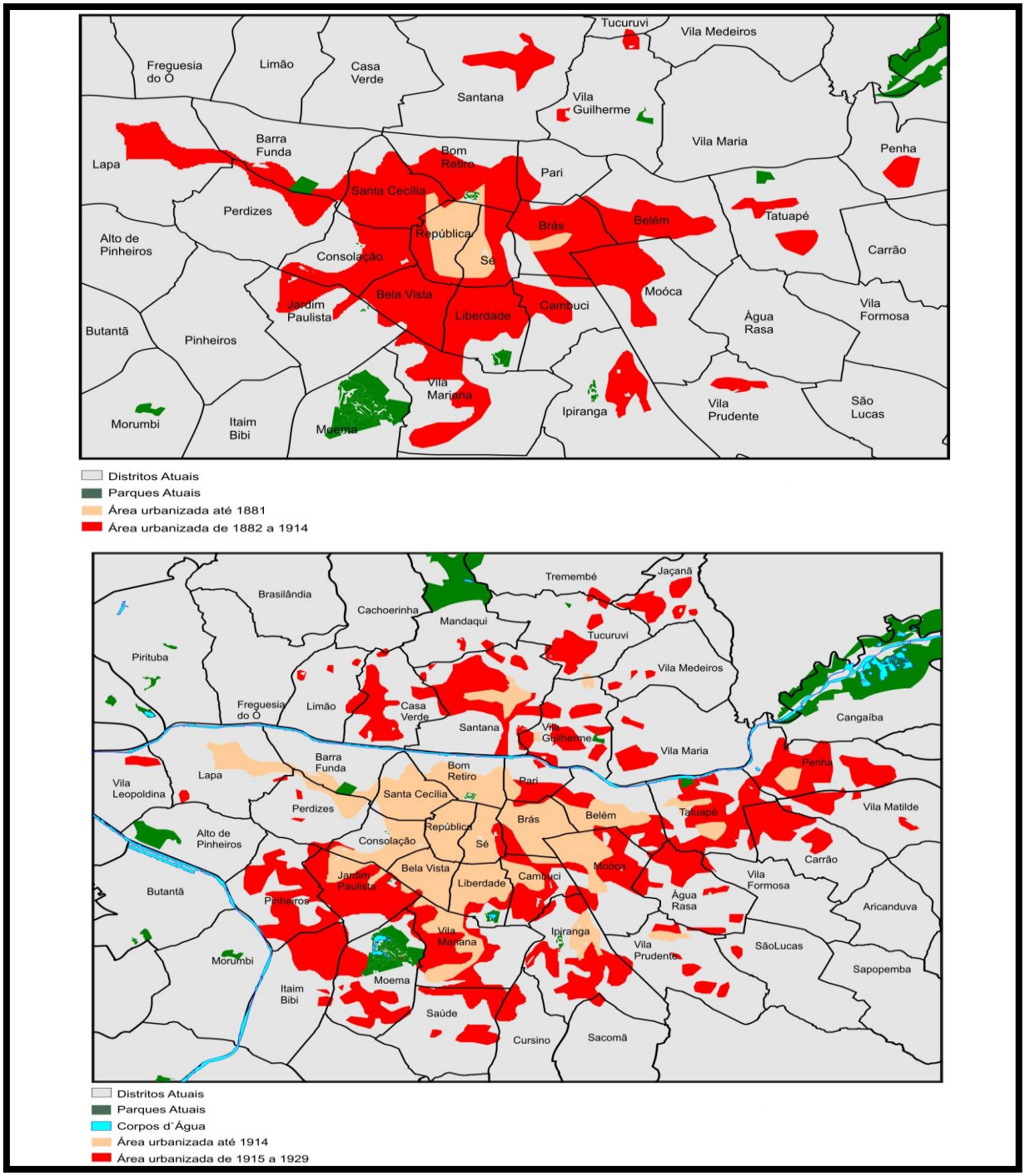
futuramente. Embu das Artes, que não pode ser definido como povoado-estação, foi menos impactado com a introdução da ferrovia por estar longe dela e por não se situar no trajeto de antigas estradas extrarregionais. (LANGUENBUCH, 1971)

Embu das Artes, exaltada por Bucolini, apresentava certo desenvolvimento, sem traços de atividades urbanas e, portanto, a antiga freguesia entrou no século XX ainda sem qualquer papel de fundamental relevância, apesar da proximidade com São Paulo. Servia apenas com as funções de fornecedor de víveres agrícolas e, em alguns casos, como opção de recreação. (OLIVEIRA, 1972; LANGUENBUCH, 1971). Durante todo o século XIX, os antigos aldeamentos permaneceram esquecidos e é evidente que o seu desenvolvimento não se deu em função da condição de aldeamento, mas, sim, em função do desenvolvimento de São Paulo. (PETRONE, 1995)

Os primeiros trinta anos do século XX correspondem ao período marcado pela pré-metropolização de São Paulo. O processo de explosão demográfica nos arredores paulistanos modesto, em seu início, em contraste com o que ocorria na capital. Quando o crescimento de São Paulo arrefece, o processo acelera nos arredores. Embu das Artes, apesar do crescimento da capital, manteve suas características caipiras. (LANGUENBUCH, 1971)

A metropolização de São Paulo ganha força no final dos anos 30 (Figura 6), enquanto que a chegada do elemento japonês, em Embu das Artes, constitui um fator de mudança na função do município, o que provoca alterações em seu meio rural. Os primeiros japoneses chegam em 1934 e começam a mudar a situação reinante à época, que era a pobreza da cidade. O imigrante japonês inicia o processo de desenvolvimento das atividades hortifrutigranjeiras e este modelo de agricultura, diferente do que acontecia anteriormente, tem sua produção direcionada a São Paulo. O elemento caipira pouco participou deste novo processo e continuou a agricultura de sobrevivência a qual estava habituado. (LANGUENBUCH, 1971)

Figura 6 – Expansão da área urbanizada de São Paulo de 1882 a 1914 e de 1915 a 1929



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo – O Município em Mapas

Oliveira (1972) também aponta para as mudanças decorrentes da chegada do elemento japonês. Entre essas mudanças, tem-se o afastamento do caipira, que não possuía condições de disputar a ocupação do solo e de marcar a paisagem da qual fora membro por mais de um século. Oliveira

(1972 p.123, apud SEABRA, 1971) afirma que o novo formato da agricultura comercial se baseava em evoluções técnicas, o que naturalmente afastava o caipira.

Denominado cinturão verde, o meio rural apresentava um forte crescimento em razão de sua função de abastecer São Paulo. Este desenvolvimento, no entanto, não se observa em Embu das Artes que, na década de 40, permanece estagnado em razão de duas circunstâncias apontadas por Oliveira (1972): a não transformação da cidade em subúrbio-estação[8], em função da distância da ferrovia; e a impossibilidade de Embu das Artes exercer um papel polarizador, em razão da sua proximidade com São Paulo, o que favoreceu os contatos constantes.

Oliveira (1972) aponta que mesmo sem demonstrar um crescimento econômico como outras localidades mais próximas às ferrovias, Embu das Artes passou por um período de aumento populacional. Em 1929, contavam-se 1.127 habitantes, número que duplicou no final da década de 40 e chegou a quase 2.300 habitantes, dos quais 90% habitavam a área rural. O percentual reflete a pouca significância da área urbana de Embu das Artes, especialmente se comparado com Barueri, que nesta época tinha 75% de sua população residida em área urbana. Languenbuch (1972) aponta que somente 9% da população de Itapecerica (município em que a vila de Embu – denominação à época – estava incorporada) exerciam atividades no setor secundário (indústria de transformação, no comércio e serviços) o que reforça a baixa feição urbana.

No processo de metropolização de São Paulo, até 1940, a circulação rodoviária contribuiu como transporte suplementar e complementar para desenvolver ainda mais os subúrbios-estação e propiciou o surgimento dos

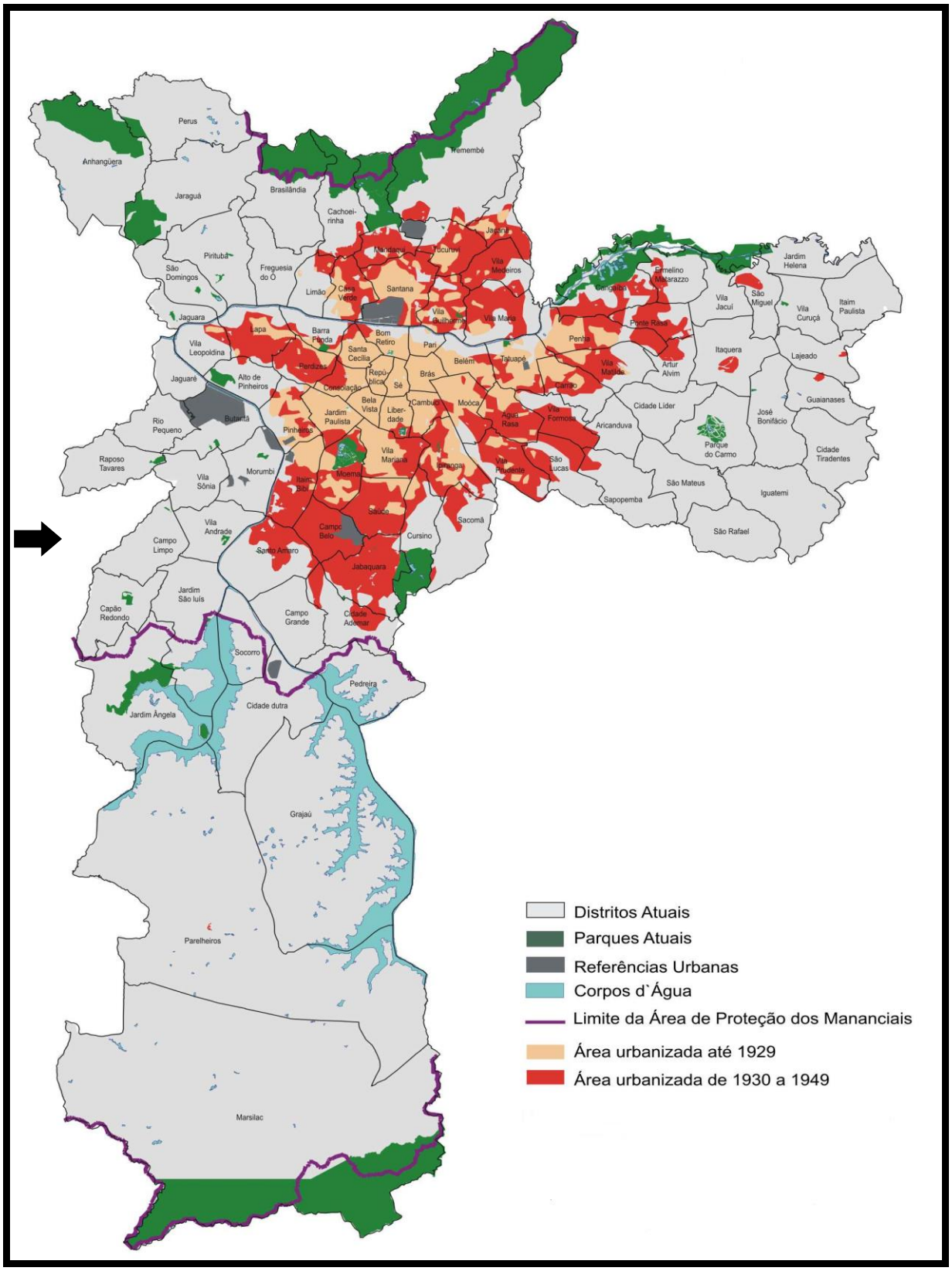
[8] Subúrbio-estação surgem em áreas mais distantes das cidades e são aqueles formados em torno das estações ferroviárias. São os sucessores dos povoados-estação. (LANGUEBUCH, 1971)

subúrbios-loteamentos[9], que se encontravam à pequena distância da cidade. Ao longo das estradas, formou-se uma infraestrutura de transporte e pontos de polarização que comandariam o processo de metropolização nos anos seguintes. Os ônibus destinados a Embu das Artes constituíam o meio de transporte destes passageiros que, nos anos seguintes, se sentiriam encorajados a tornarem-se moradores destes loteamentos. (LANGUENBUCH, 1971)

O aumento da circulação rodoviária, no início da década de 1940, entretanto, não trouxe grande desenvolvimento para Embu das Artes, assim como ocorrera em relação à ferrovia. Languenbuch (1972) cita as impressões deixadas por um jornalista que visitou a cidade de Itapecerica, em 1934, e mencionou uma cidade de casas fechadas e abandonadas, pois seus proprietários viviam na roça e só retornavam para as festas religiosas. O autor conclui que, a despeito do progresso rodoviário, Itapecerica continuava caipira e que a vila de Embu das Artes apresentava-se da mesma forma, o que perdurou até por volta do final de 1950.

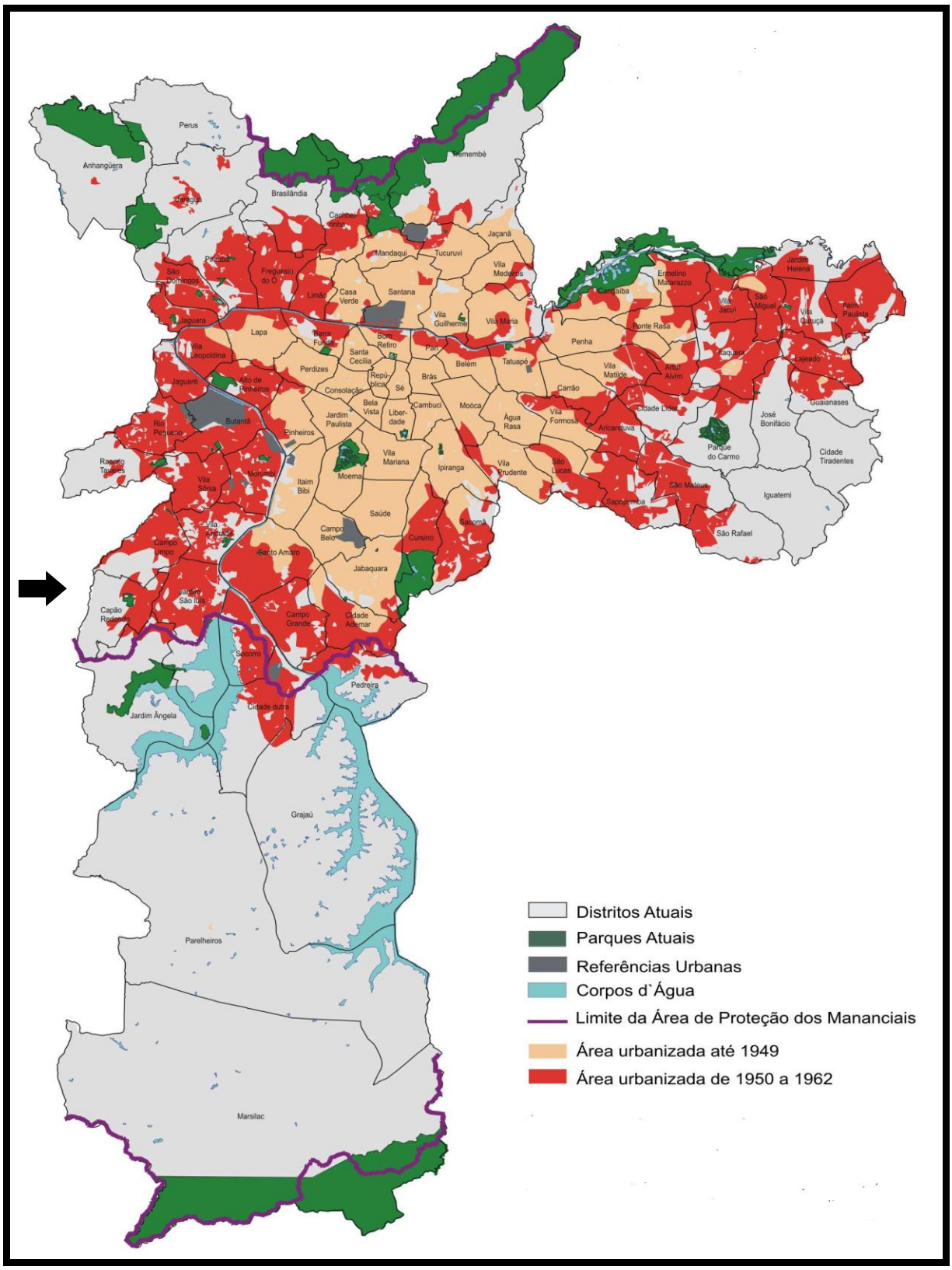
[9] Subúrbios-loteamento se contrapõem aos subúrbios-estação. Surgem em áreas mais próximas às cidades e surgem em função da expansão rodoviária, ou seja, eles se desenvolvem nos locais atendidos pelo transporte rodoviário. (LANGUEBUCH, 1971).

Figura 7 – Expansão da área urbanizada de São Paulo de 1930 a 1949



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo – O Município em Mapas

Figura 8 – Expansão da área urbanizada de São Paulo de 1950 a 1962



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo – O Município em Mapas

3. O processo de especulação imobiliária e o espraiamento de São Paulo: o turismo, a nova função e a mudança de nome de Embu das Artes

O período final dos anos 50 é um marco para a história de Embu das Artes já que, em 1959, é elevada à categoria de município, emancipado de Itapecerica da Serra. A década de 50 marca, ainda, outro fato iniciado no final dos anos 30: o grande aumento da área urbanizada de São Paulo (Figuras 7 e 8) com índices que superam todo o desenvolvimento visto em períodos anteriores. Destacam-se, nestas figuras, o início da urbanização do bairro Capão Redondo (assinalado nos mapas) que faz divisa com o município de Embu das Artes (Figura 9).

O desenvolvimento suburbano, que anteriormente fora apoiado pelas ferrovias, ganha um novo impulso: a circulação rodoviária. Novos núcleos suburbanos surgem a maiores distâncias, apoiados nessa circulação rodoviária e, em pouco tempo, são absorvidos por São Paulo. (LANGUENBUCH, 1971)

Esses núcleos não se desenvolveram em função de algum tipo de atrativo local; eles provêm de novos fenômenos de organização do espaço, não dependem de fatores geográficos. Pode-se citar: a especulação imobiliária, a agressividade nas vendas e as facilidades oferecidas aos moradores. Estes novos espaços são denominados “subúrbios-loteamentos”. Estavam situados em áreas fora dos principais eixos de circulação rodoviária, em estradas secundárias, onde os primeiros moradores eram pessoas humildes, que desempenhavam o papel de pioneiros. (LANGUENBUCH, 1971)

O processo de loteamento na região de Embu das Artes teve início na década de 50 e, entre 1954 e 1959, foram aprovados oito loteamentos. No período entre os anos de 50 e 60, observa-se um crescimento demográfico de 169,12%, com preponderância nas áreas urbanas, o que marca uma

diferença entre o crescimento demográfico ocorrido entre as décadas de 40 e 50, onde o maior índice se concentrou no meio rural. (OLIVEIRA, 1972)

O início da década de 50 marca o surgimento de um novo tipo de rodovia: a autoestrada, que tem por objetivo atender o tráfego entre as regiões. Seu papel ganhou destaque no processo de metropolização de São Paulo, pois permitiam um trânsito rápido e intenso, por serem instaladas em áreas pouco urbanizadas e estavam, portanto, à disposição do processo de suburbanização. Uma das novas autoestradas é a Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), inaugurada no ano de 1961. Seu trecho suburbano era, na verdade, uma retificação e alargamento de antigas estradas pré-existentes, das quais se aproveitaram alguns fragmentos. Esta rodovia se inicia na avenida Professor Francisco Morato, que é a antiga estrada de Itapecerica, e que já apresentava sinais de desenvolvimento urbano. (LANGUENBUCH, 1971)

A inauguração da Rodovia Régis Bitttencourt contribuiu, significativamente, com o crescimento populacional. Acentuou-se o movimento de ocupação dos loteamentos urbanos autorizados e a oferta de novas áreas para ocupação. Observa-se, neste período, o início dos movimentos migratórios para São Paulo, o que reforça o processo de suburbanização da região. Segundo Oliveira (1972), o processo de ocupação dos espaços pode ser dividido em duas etapas distintas:

a) até o ano de 1965 a ocupação se dá, sobretudo, ao longo do núcleo da estrada São Paulo-Itapecerica e nas áreas ao longo da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116);

b) de 1965 até o início dos anos 70, a ocupação abrange um conjunto espacial mais amplo e se constitui em um dos eixos da expansão de São Paulo; esta etapa marca o início de loteamentos destinados a lazer (chácaras para finais de semana) e novos loteamentos em trechos na porção oriental do município, até então intacto.

A ocupação da porção leste ocorre com grande velocidade e pode-se observar um forte processo especulativo, situação reforçada pela vizinhança do bairro Capão Redondo, que também passava pela especulação. A

ocupação decorre da expansão suburbana, onde espaços ainda não integrados a São Paulo passam a ser absorvidos em raios cada vez maiores e em velocidade crescente. (OLIVEIRA, 1972)

Quanto ao bairro Capão Redondo, especialmente, pode-se apontar como vertiginoso o seu crescimento populacional. Segundo dados do IBGE, sua população era de, aproximadamente, 5,2 mil habitantes, em 1950; saltou para 57,2 mil, em 1970; para 193,5 mil, em 1990; até que, em 2010, o número de habitantes chega a 268,7 mil. A taxa de crescimento foi de 34,01%, no período compreendido dos anos 50 até o final dos anos 70. Após este, arrefece, com taxa de 7,37%, do início dos anos 80 até 2010. A título de comparação, as taxas de crescimento populacional da RMSP foram de 14,06%, dos anos 50 ao final dos anos 70 e de 2,80%, do início dos anos 80 até 2010.

A especulação imobiliária marcou, efetivamente, o espaço de Embu das Artes e alterou, significativamente, a forma como este passa a ser utilizado. Tal fato decorre da proximidade com São Paulo e este processo especulativo parte, essencialmente, dos moradores da metrópole paulistana. (OLIVEIRA, 1972)

Oliveira (1972), em relação ao comércio imobiliário em Embu das Artes, no início dos anos 70, aponta que poderia ocorrer um aumento do processo especulativo e que esta tendência seria mais forte em decorrência da aprovação da Lei de Zoneamento em São Paulo, que estabelecia uma série de exigências para futuras construções. Supunha-se que, face às exigências, os grupos que se dedicavam ao comércio imobiliário e que tinham unicamente o objetivo do lucro, certamente se voltariam para os municípios vizinhos.

No início dos anos, 70 Embu das Artes ainda era um aglomerado inexpressivo e podia ser rotulado como um subúrbio rural para que pudesse ser distinguido de áreas rurais situadas a maiores distâncias e que não mantinham com São Paulo as mesmas relações funcionais. Estes subúrbios foram organizados para servir São Paulo com alimentos, água e matéria-prima industrial, entre outros itens. A simbiose destas áreas e a vantagem da

proximidade são tão óbvias que a população da capital buscava estas áreas até mesmo para a sua recreação, nos finais de semana. (LANGUENBUCH, 1971)

Languenbuch (1971) aponta para o variado uso do solo nestes subúrbios rurais. Para Embu das Artes, especificamente, esse uso se concentrava em dois tipos:

a) extrativismo mineral e seu beneficiamento: principal fonte de renda advinda das olarias, uma indústria eminentemente rural e característica desses subúrbios, que atendia a demanda por matérias de construção para servir a crescente expansão de São Paulo (o autor denomina estas áreas onde se concentravam as olarias, como o “cinturão suburbano periférico”, pois atendiam basicamente às indústrias de São Paulo que se concentravam na sua região suburbana);

b) recreação campestre: ao longo da rodovia Raposo Tavares, especialmente na região de Embu das Artes, foram construídos espaços para recreação e piqueniques aos finais de semana. Esta recreação traz consigo o surgimento de loteamentos de chácaras, o que provoca um processo especulativo no uso do solo.

A expansão e a integração incorporavam núcleos antigos que cresciam isoladamente. As rodovias Raposo Tavares, Regis Bittencourt e a ferrovia Fepasa, partes do sistema viário que segue em direção ao oeste, promoveram a expansão das áreas urbanizadas, eixo onde ocorreu a concentração de indústrias. Languenbuch (1971) aponta o cinturão suburbano periférico, com diversos e pequenos subúrbios de cunho urbano, como a área de expansão embrionária para São Paulo. A construção de loteamentos residenciais, a maioria para a classe operária, e a instalação de fábricas constituíram os primórdios de futuros núcleos suburbanos e antigos aglomerados passaram a ter vínculos de fundo suburbano com São Paulo. Sobretudo, ao longo das rodovias que eram denominadas “eixos de urbanização embrionária”.

A rodovia Raposo Tavares (desde o município de Osasco, que passa por Cotia e chega à vila Raposo Tavares, sede do município homônimo) e o Vila Issi-Itapecerica (que compreendia o percurso seguido pela rodovia Regis Bittencourt e a estrada de Itapecerica, que cortam os municípios de Embu das Artes e Itapecerica da Serra) são dois eixos que atuavam diretamente sobre o município, que deixa de ser o cinturão das chácaras, do século XIII, e evolui para um cinturão suburbano periférico, mais amplo e diversificado, mas que guardava semelhanças com o anterior por sua vinculação com São Paulo. Importante, também, apontar que a inauguração do trecho sul do Rodoanel, em 2010, colabora ainda mais para o processo de urbanização de Embu das Artes. (LANGUENBUCH, 1971) (Figura 9)

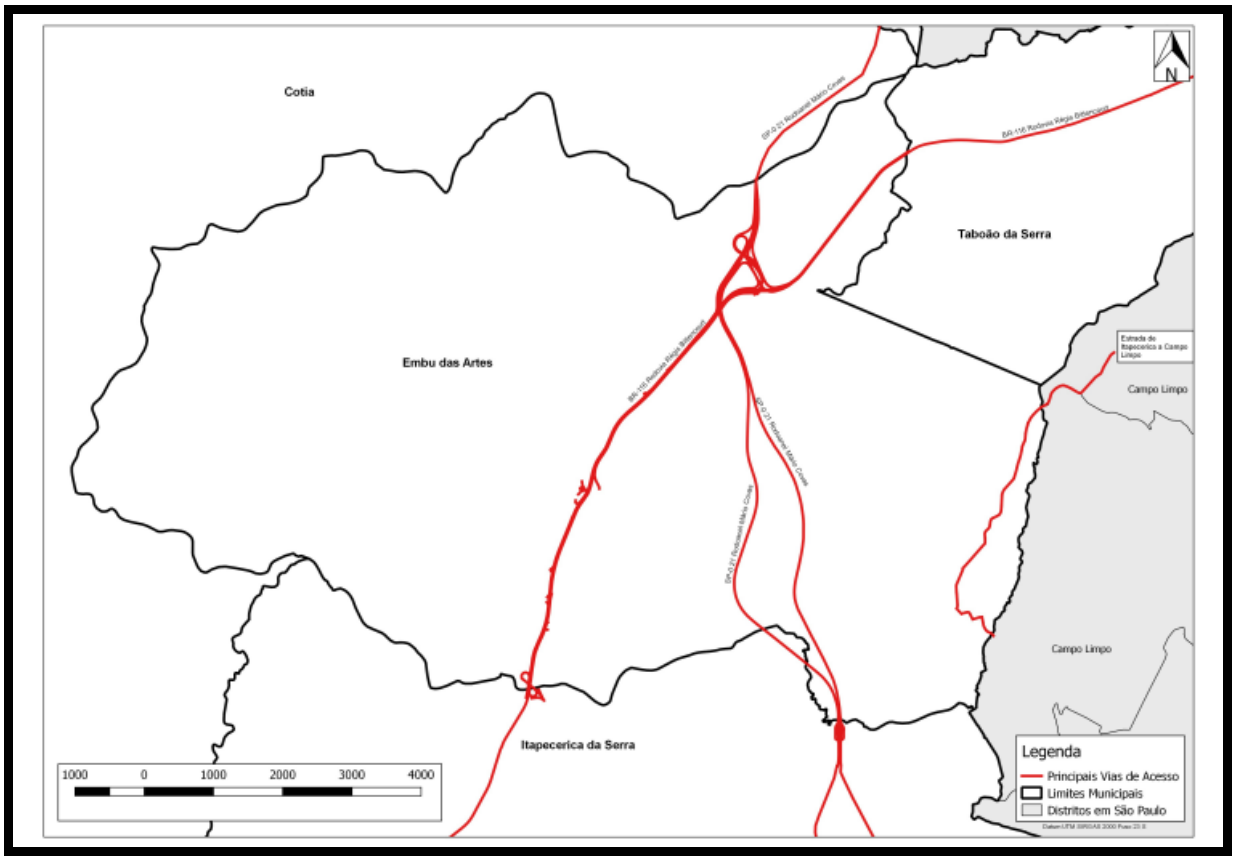
A proximidade com São Paulo já apontava para problemas específicos decorrentes. Segundo Oliveira (1972, p. 141 e 142):

> As atividades mais importantes que o núcleo comporta, e que melhor definem suas funções, estão, portanto, estreitamente vinculadas à sua proximidade com São Paulo. A função industrial e a função turística que vêm ganhando destaque, possivelmente não teriam se definido, se não fosse a proximidade desta área em relação a São Paulo. O espaço atual de Embu das Artes apresenta, assim, formas de ocupação nitidamente vinculadas ao seu caráter de periferia de São Paulo. A sua área rural, tem seu espaço totalmente voltado para a satisfação das necessidades da população paulistana ou envolvida por processos e formas de ocupação por ela comandados (a especulação imobiliária).

Este processo especulativo, mencionado por Penteado (1958) e Scarlato (2001), provoca um aumento da demanda por habitação no interior da região metropolitana e a previsão de Oliveira (1972), ao final do capítulo anterior, se confirma como pode ser notado no estudo de Morato (2004), que aponta, no início dos anos 70, forte processo de imigração, compra de terrenos pela população de baixa renda e a construção de residências por autoconstrução, já que o estado não oferecia soluções para a habitação tradicional. Casas em regime de autoconstrução correspondiam a 70% do volume total e este processo era frequente no anel externo da região metropolitana de São Paulo,

que poderia chegar a 90% em municípios como Embu das Artes. Áreas que mais cresciam eram as que tinham menos acesso aos serviços públicos, já que a velocidade dos investimentos em serviços públicos e equipamentos urbanos é inversamente proporcional à velocidade do processo de urbanização. (SANTOS, 1990; BRANT,1989; CARLOS, 2007)

Figura 9 – Embu das Artes, rodovias e estrada de Itapecerica



Fonte: Adaptado pelo autor - Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretarias e Subprefeituras

Grande parte dos que imigravam era oriunda dos bairros denominados “periferia de São Paulo”, sobretudo bairros que faziam divisa com o município, como o bairro Capão Redondo. Este processo foi estimulado pela especulação imobiliária, que oferecia lotes a custo muito inferior aos da cidade de São Paulo, como aponta Lemos (1980, p.170):

> Com o valor adquirido pela terra na cidade, essa massa de população que demandava São Paulo não teve outra

> alternativa para se localizar que a periferia da metrópole. Embora ali a especulação imobiliária seja altamente exploradora e abusiva, o poder aquisitivo dessa gente de menores recursos ainda permite instalar-se nessas áreas.

Este movimento especulativo foi abordado por Spörl e Seabra (1997), quando do estudo sobre a ocupação da bacia do Guarapiranga. Segundo os autores, o movimento do mercado imobiliário se dá pela transformação das cidades, por meio da valorização e incorporação de novos usos a diferentes localizações. Compram-se terrenos que, transformados em estoques, aguardam sua valorização. Inicia-se, na sequência, um processo de loteamento em regiões mais distantes da urbanizada, o que deixa áreas não loteadas no meio. Pratica-se a venda de lotes a baixo preço para os interessados e originam-se os bairros de baixa renda, que não dispõem dos serviços públicos essenciais. A valorização começa quando estes lotes passam a contar com serviços públicos. Fecha-se o círculo e, agora, as áreas não loteadas são valorizadas e novos loteamentos são lançados a preços mais elevados.

À medida que os lotes ganham infraestrutura urbana, ocorre um processo de expulsão para regiões cada vez mais periféricas. A razão é simples: o custo dos serviços públicos como água, energia elétrica e limpeza urbana são inversamente proporcionais à renda, e consomem uma parcela substancial dos ganhos dos moradores. A melhoria dos serviços públicos, então, só é positiva para uma parte dos moradores (SANTOS, 1990). Inicialmente, ocuparam-se os melhores terrenos que estavam nas mãos de especuladores e, posteriormente, ocupam-se os terrenos mais problemáticos em relação às suas características físicas. Surgem os loteamentos clandestinos, que não serão atendimentos prontamente pelo Estado (CARLOS, 2007).

Enquanto a vida urbana do município se desenrolava para atendimento às demandas de São Paulo por espaço para moradia, o espaço rural também atendia a outras necessidades da metrópole, com a produção de hortifrútis, com as olarias e os portos de areia. A produção de artesanato alavanca as atividades campestres e o turismo de final de semana ganha destaque no

início dos anos 70, quando se inicia o processo de consolidação das atividades turísticas do município, que se transformou em um mosaico de processos de ocupação distintos e em diferentes estágios de desenvolvimento. No mesmo momento em que ocorria a especulação imobiliária na parte leste da cidade, no centro e em algumas partes da região oeste ocorria um crescimento na construção de chácaras e bairros destinados às classes média e alta. (OLIVEIRA, 1972; LANGUENBUCH, 1971)

A atração das classes média e alta, além do aumento na quantidade de turistas que corriam para a cidade em busca da arte e do artesanato local impulsiona, definitivamente, a função turística do município. Confirma-se, assim, a vocação como “Terra das Artes”, que já despontara desde os anos 30, quando Cássio M'Boy, santeiro de Embu das Artes, ganhou o primeiro grande prêmio na Exposição Internacional de Artes Técnicas, realizada em Paris. Antes disso Cássio, professor de vários artistas, tinha por hábito receber em sua casa artistas que foram expoentes do Movimento Modernista de 1922.

Em 1938, a pedido do escritor Mário de Andrade, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) decretou como patrimônio histórico o conjunto jesuítico Nossa Senhora do Rosário, composto por igreja e residência anexa no centro da cidade (Processo 180 – T – 38/Registros de Tombamento de 21.10.38, livro do Belas Artes, vol. I, fls. 38, inscrição 221, e livro histórico, vol. I, fls. 20, inscrição 111).

Em razão da sua importância histórica, o conjunto também foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT (Processo 336/73). Estas medidas governamentais foram fundamentais para o desenvolvimento de atividades artísticas, que impulsionaram as atividades turísticas, que passaram a importante fonte de renda para o município.

Seguindo-se a Cássio M'Boy surge Sakai do Embu, que começou por ser discípulo de Cássio e veio a ser reconhecido internacionalmente como um grande ceramista-escultor brasileiro. Sakai forma um grupo de artistas

plásticos, ao qual pertence Solano Trindade, que chegou ao município em 1962, trouxe consigo a cultura negra, congregava um grupo de artistas em seu redor e introduzia a tradição dos orixás. Em 1964, realiza-se no município o Primeiro Salão das Artes, o que consolida a tradição artística do município que obtém projeção dentro e fora do Brasil.

Ainda no início dos anos 70, o município recebe vários simpósios ecológicos internacionais e passa a ser reconhecida como “capital da ecologia”. Nesta época, foi fundada a Sociedade Ecológica Amigos de Embu, considerada uma das mais antigas entidades ambientais em atividade no País. Em 1979, o município passa a ser considerado como “estância turística”, por atender a pré-requisitos definidos por lei estadual. Além de utilizar oficialmente o título de estância turística, Embu das Artes passa a receber do governo estadual recursos que devem ser, obrigatoriamente, utilizados para promover o turismo regional. O município é considerado como de grande potencial para o turismo ecológico e de pesquisas científico-ambientais.

Outro fato importante que contribuiu para o desenvolvimento da atividade turística foi o Decreto Estadual nº 13.426/79 da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo que regulamenta a proteção de bens que compõem o patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado. No caso de Embu das Artes, o foco foi o centro histórico e a conservação teve por foco os elementos arquitetônicos inseridos no conjunto de valor histórico e moldura onde estavam implantados, ou seja, o seu entorno também foi objeto de restrição a mudanças.

No final de 1969, o município passou a polo de atração para o movimento *hippie* e teve início a Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes. O turismo ganha, então, destacada importância na economia do município, que define sua função. Essa definição tem como causa a proximidade com São Paulo e tudo o que essa função requeria para se desenvolver resultou nos fatores que determinaram as ações urbanísticas no município. Oliveira (1972) afirma que o espaço de Embu das Artes apresentava formas de ocupação claramente atreladas a um caráter de periferia de São Paulo e ressalta que

embora o turismo fosse uma atividade de destaque, apenas o núcleo ou mesmo sua porção central participava deste processo, o que não representaria uma solução para o conjunto da área.

A Feira, que no início contava com 40 expositores, reúne hoje cerca de 800 expositores entre os segmentos de artesanato, artes plásticas, gastronomia, entre outros. Para se tornar expositor, é necessário passar por um processo seletivo onde são aplicados testes práticos, analisados por uma comissão avaliadora. Um fato que chama atenção é o de que o município, conhecido por esta Feira de Artes e Artesanato, ainda era confundido com Embu-Guaçu, município vizinho. Para receber o sobrenome “das Artes” e consolidar a sua função turística, foi realizado um plebiscito em maio de 2011, quando mais de 65% da população optou pela nova denominação e, em setembro de 2011, o governo do estado sancionou a Lei Estadual nº 14.537/11 que nomeou ao município, oficialmente, como Embu das Artes.

O movimento da mancha urbana de São Paulo tem continuidade nos anos 60 e meados da década de 70. Do início dos anos 70 até o início da década de 90 a população de Embu das Artes passou de aproximadamente 18 mil para cerca de 150 mil habitantes. São Paulo continuava em seu processo de expansão da área urbana e os efeitos da Lei de Zoneamento, aprovada no início dos anos 70, anteriormente citada por Oliveira (1972), continuam sendo percebidos. A Figura 10 demonstra o crescimento da área urbana neste período, com especial destaque à região sudoeste de São Paulo, especificamente o bairro Capão Redondo, já quase que totalmente urbanizado.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o aumento no deslocamento de pessoas entre São Paulo e Embu das Artes chama a atenção. Languenbuch (1971) aponta a quantidade de 73 ônibus diários em cada sentido que, entre os anos de 1960 e 1965, estabeleciam a ligação com São Paulo. Oliveira (1972) menciona a grande percentagem de população alóctone que se deslocava diariamente para São Paulo, o que indicava o nível de integração da área como receptora de moradores que haviam saído da cidade de São

Paulo. O movimento pendular atingia 25% da população ativa que se dirigia para São Paulo e para outros arredores paulistanos. O movimento pendular[10] em direção a São Paulo poderia ser um demonstrativo de que, para parte da população, Embu das Artes seria apenas uma cidade-dormitório.[11]

O ritmo de crescimento da mancha urbana de São Paulo arrefece nos anos 2000 e, da mesma forma, em Embu das Artes. A população do município, em 2010, era de 240.230 habitantes, um crescimento de 15,6% em relação a 2000 (207.663). O crescimento nessa década foi metade do crescimento da década anterior (1991 e 2000, a 33,12%) e quatro vezes menor do que a taxa de crescimento entre 1980 e 1991 (62,82%). O IBGE estima em 261.781 a população para o ano de 2015. A Figura 11 demonstra o estágio de urbanização alcançado, principalmente, na região leste, área vizinha do bairro Capão Redondo, e a área central de Embu das Artes até maio de 2016. A observação desse processo remete a Oliveira (1972), quando a autora se refere à expansão nos eixos da rodovia Régis Bittencourt (região centro) e o da estrada de Itapecerica (região leste) e formam uma malha urbanizada contínua que parte da região central da cidade de São Paulo e se prolonga em direção às principais rodovias. Esse crescimento, associado à abertura da rodovia BR-116, em meados da década de 60, possibilitou a instalação de indústrias ao longo da rodovia, o desenvolvimento da atividade turística e, principalmente, a participação de Embu das Artes em relação às forças hegemônicas do sistema metropolitano.

---

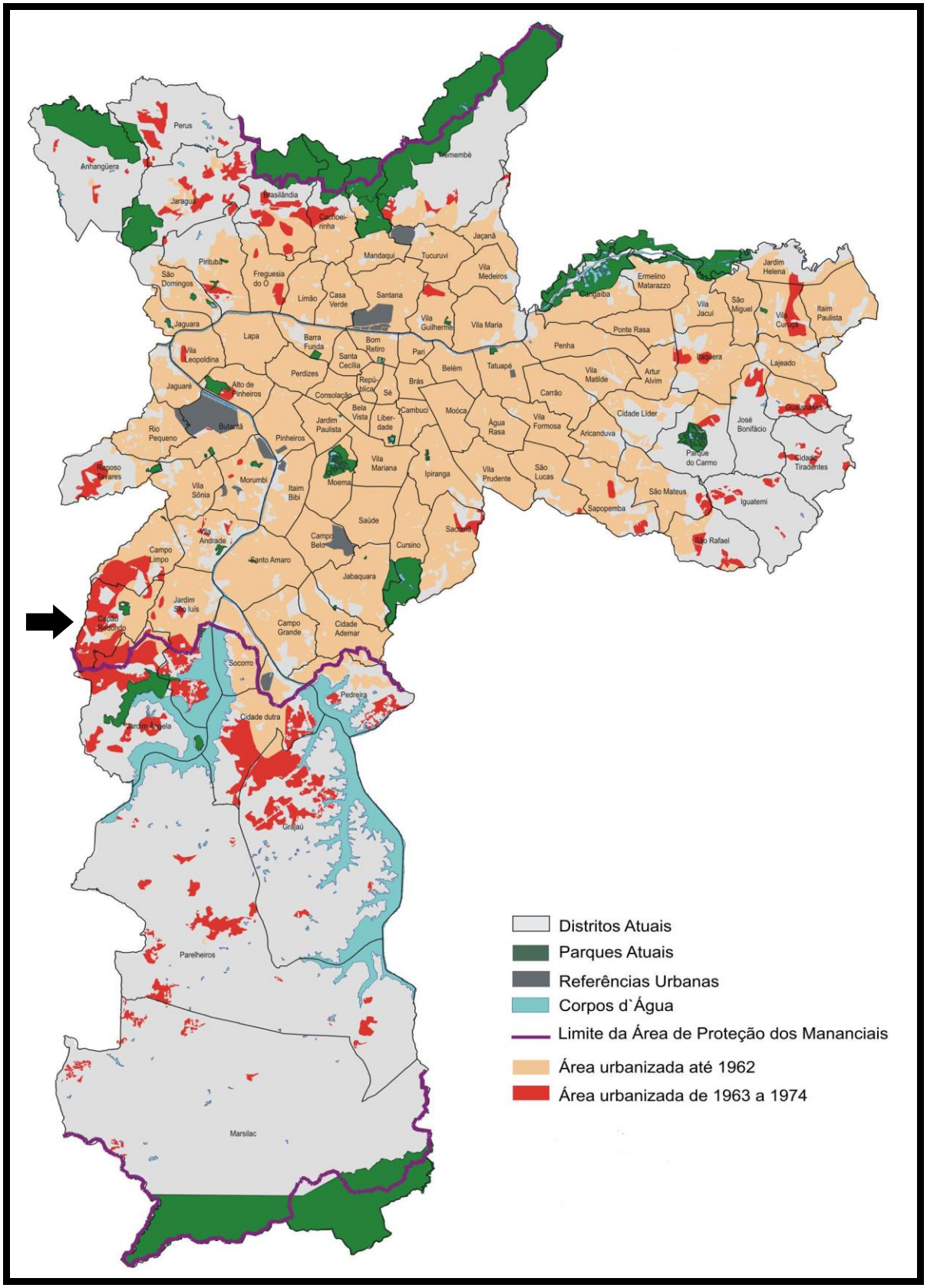
[10] Movimentos pendulares (também conhecidos como deslocamentos ou fluxos pendulares) caracterizam-se quando o morador de um município informa que o seu local de residência é diferente do local de trabalho ou estudo. Estes fluxos são diários e não se configuram como movimento migratório, pois não envolvem uma mudança definitiva de município e os períodos de permanência em outro município são curtos. (ROSA, BRANCO e FIRKOWSKI, 2005; OJIMA, SILVA, e PEREIRA, 2016)

[11] Davidovich e Lima (1975) utilizaram o movimento pendular como um dos critérios para definir a integração entre municípios de uma mesma região urbana. Os autores tomaram como base o percentual de pessoas que trabalham fora do município de residência que deveria ser de pelo menos 10% em relação ao total da população economicamente ativa.

Mesmo com todo o processo de urbanização, a quantidade de indústrias instaladas no município é pouco significativa. O Cadastro Central de Empresas do IBGE aponta que no ano de 2013 o município possuía 4.114 empresas com CNPJ atuantes (eram 3.475 em 2001), ocupando 46.355 pessoas, o que significa um decréscimo em relação ao ano de 2001, quando estavam empregadas 49.880 pessoas. A maior parte da população em idade ativa não trabalha no próprio município, o que se confirma com o fato de que as 95 linhas de ônibus que servem a cidade são intermunicipais (eram 32 em 2004). Apenas 28 linhas são municipais (eram 6 em 2004), conforme informações da Prefeitura de Embu das Artes (2016) e pelo sitio da Empresa Municipal de Transportes Urbanos (2016).

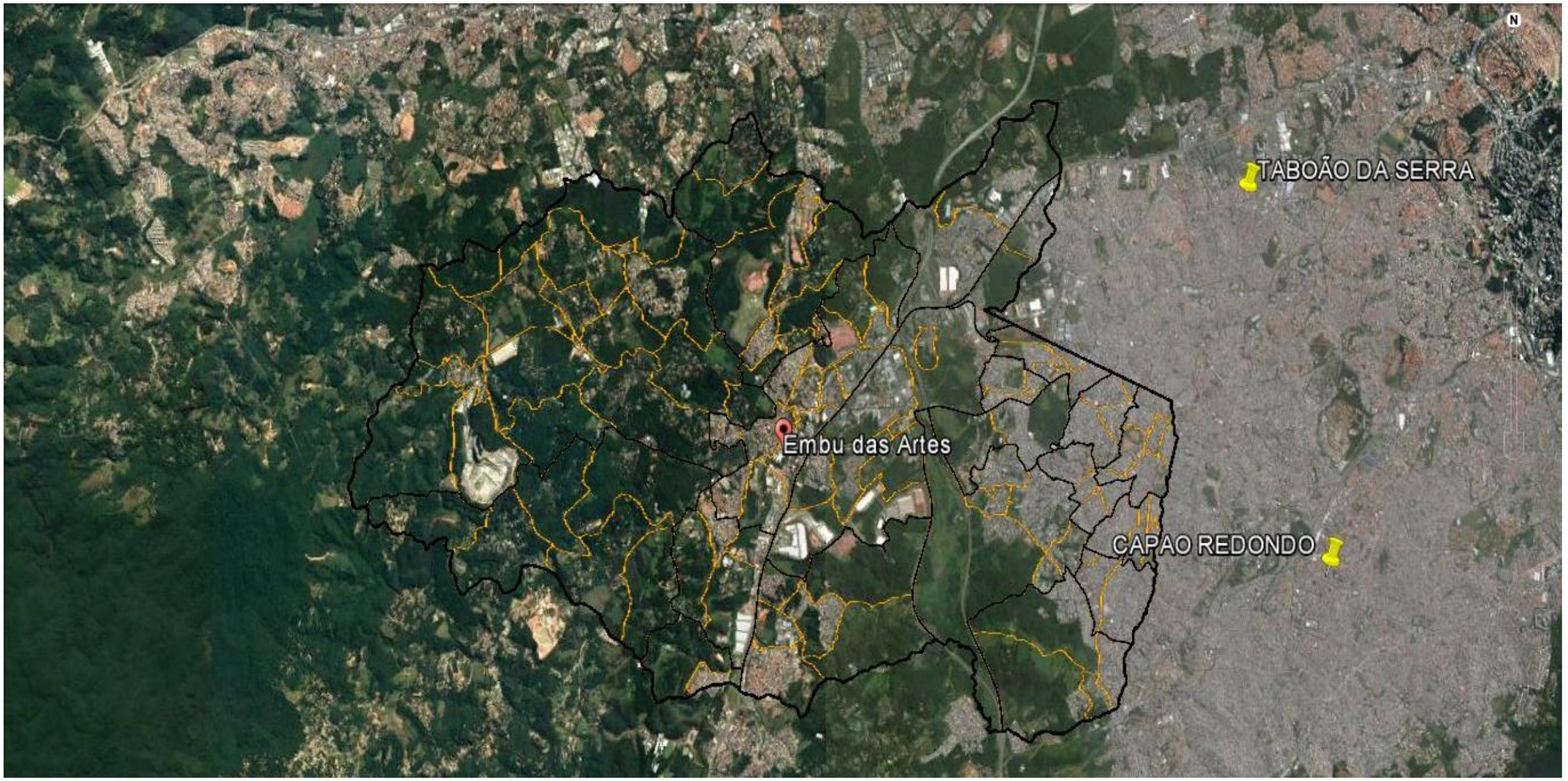
Existe uma forte centralidade de Embu das Artes em relação a São Paulo. Segundo George (2004), centralidade, com um sentido de centro comercial, pode ser definida como um núcleo de negócios e de mediação econômica importante e que exerce influência em um entorno mais ou menos amplo que pode ser denominado periferia. O mesmo autor ainda define centro como lugar onde se exerce o poder que decide e domina, que atrai atividades qualificadas, que influencia o seu entorno, que constitui sua periferia. Villaça (1998) e Sposito (1991) complementam que para definir centro e centralidade nem sempre é necessário remeter ao contexto de ponto geográfico. Para os autores, centro pode ser um produto das delimitações iniciais onde surgiu a cidade e o fator da centralidade se dá pelo fator de deslocamento. Uma área central não precisa estar no centro geográfico e pode ser caracterizada como ponto de convergência e divergência de pessoas e atividades urbanas, inseridas no processo de circulação.

Figura 10 – Expansão da área urbanizada de São Paulo de 1963 a 1974



Fonte: Fonte: PMSP – O Município em Mapas

Figura 11 – A mancha urbana e Embu das Artes



Fonte: Google Earth

O deslocamento da população do município em direção a São Paulo continua praticamente igual ao apontado por Oliveira (1972). A pesquisa origem-destino, desenvolvida pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, no ano de 2007, mostra que 28,1% da população de Embu das Artes desloca-se diariamente para fora do município, para fins de trabalho ou estudo. A pesquisa origem-destino de 2012 não foi considerada, pois o processo de coleta de dados deste ano inseriu o município de Embu das Artes em conjunto com outros municípios, como Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Taboão da Serra, o que inviabiliza o uso dos dados apresentados. Para poder comparar dados de períodos distintos, utilizou-se os obtidos pela pesquisa efetuada pelo NEPO/UNICAMP- EMPLASA (2013) sobre mobilidade pendular na macrometrópole de São Paulo. Esse estudo difere-se da pesquisa origem-destino da Companhia do Metropolitano de São Paulo, pois utiliza o conceito de População em Idade Ativa (PIA) e seu deslocamento. Os dados apontam que, no ano 2000, o percentual de deslocamentos era de 22,7% da PIA e, em 2010, este percentual passou para 35,1%. A título de comparação, o crescimento da população, entre 2000 e 2010, foi de 1,5% e percebe-se um aumento do percentual de habitantes em idade ativa que devem se deslocar do município para obter renda.

São pequenas as ligações com os municípios de Cotia, Itapecerica da Serra e a integração com Taboão da Serra, muito embora não possa ser comparada a São Paulo, Embu das Artes é maior, pois o município possui um centro comercial mais estruturado que os anteriores e faz com que seus moradores, principalmente os residentes da região do Pirajussara, tenham ali suas relações de trabalho, comércio e serviços. Outro centro polarizador de São Paulo é Santo Amaro, onde os moradores de Embu das Artes mantêm relações de trabalho, comércio e serviços populares. O município de Taboão da Serra, por estar localizado entre Embu das Artes e o bairro de Pinheiros, em São Paulo, polariza vários municípios da região sudoeste, fato evidenciado pela quantidade de ônibus intermunicipais que saem de Pinheiros

para Cotia, Osasco, Itapecerica da Serra, Taboão da Serra e Embu das Artes. (MORATO, 2004)

Este movimento pendular e centralidade relacionada a São Paulo podem ser explicadas pelo tamanho e força da economia do município de Embu das Artes, que não gera empregos suficientes e que, portanto, não atende às necessidades da população. É comum municípios enfrentarem problemas de pouca competitividade e fraquezas econômicas, que podem ser avaliadas por perda da população, alto índice de desemprego, queda na receita e nos investimentos. Frequentemente, o sucesso ou fracasso de um município transcende medidas fiscais e econômicas, afinal, ela é mais do que apenas orçamento e negócios, abrange pessoas, culturas, herança histórica, patrimônio físico e oportunidades. Municípios são classificados e avaliados ao considerar algumas dimensões: onde iniciar ou sediar um negócio, onde criar uma família, onde passar as férias, onde realizar uma convenção, qualidade de vida, charme, cultura, ambientação etc. Municípios podem se desenvolver, apesar de períodos ruins, mediante a descoberta de suas potencialidades turísticas, capazes de trazer vantagem competitiva. (KOTLER, 1994). Desta forma, municípios buscam na reinvenção e reestruturação de seu espaço urbano uma maneira de obterem essa vantagem competitiva e uma das formas será através de recursos oriundos do capital, quando se apoiará no Estado para aprovar suas iniciativas. Como resultado, tem-se o permanente processo de remodelar o espaço urbano, com o objetivo de acumulação de capital, que conduz a um afastamento cada vez maior das distâncias sociais e espaciais entre os lugares valorizados e as periferias urbanas, situações, infelizmente, corriqueiras no capitalismo brasileiro e mundial. (SANTOS, 1990)

São Paulo é um exemplo deste processo. A cidade que polariza e atrai o capital e a força de trabalho, conhece a força da terceira onda do processo que a tornou cidade mundial, nos anos 70. Das atividades comerciais, no início, para as atividades de produção até o final dos anos 60, o que se tem agora é uma nova realidade que tem como base as anteriores: uma metrópole global que, para desempenhar suas atividades, se utiliza da informação como

apoio para o seu domínio. Essas mudanças e o processo de globalização da economia tiveram como consequência uma nova divisão internacional do trabalho, que favoreceu a área da cidade de São Paulo e sua região metropolitana. A acumulação de atividades modernas assegurou para a cidade a criação de atividades de ponta e garantiu sua hegemonia em relação a outras cidades e o reforço à centralidade. (SANTOS, 1990)

A metrópole transforma-se lentamente e para que a acumulação ocorra impõe-se uma nova relação estado-espaço. O custo do solo urbano torna-se proibitivo quando comparado a outras regiões, onde podem-se conseguir subsídios para a instalação de indústrias, o que provoca o deslocamento das indústrias num fenômeno de centralização do capital financeiro e desconcentração do setor produtivo. O capital industrial, embora ainda importante, não é mais o que determina o processo da dinâmica espacial e são as atividades quaternárias que criam e controlam os fluxos de informação que moldam a hierarquia do sistema urbano. O comando provém de formas superiores de produção não material, consequência da integração do país às condições internacionais. São Paulo passa a ser uma metrópole de serviços, um centro das decisões, uma fábrica de ideias que refletiu, sensivelmente, no aumento da geração de empregos e oportunidades, especificamente, em atividades técnicas, científicas, artísticas e afins na região metropolitana. (SANTOS, 1990; CARLOS, 2004)

O sistema urbano do território deixa de ser estruturado pelo fluxo de matéria e passa e a ser estruturado pelo fluxo de transações. A infovia[12] da informação, uma transição de uma economia de bens para uma economia de funções, com o surgimento de empresas de pesquisa, seguros, publicidade e transportes que desenvolvem atividades, muitas vezes, interdependentes, o que exige fluxos de informação especializados. Temos agora a metrópole do

[12] As infovias são redes de banda larga que utilizam ou modems digitais via linha telefônica, ou modems via cabo, ou conexões wireless via rádio, via celular, via satélite ou quaisquer outras modalidades que a Convergência Tecnológica ofereça. A multiplicidade de redes hoje existente permite que se possa disponibilizar o acesso à banda larga nas mais diferentes regiões de um país de dimensões continentais. (NETTO, 2009)

setor terciário ou setor transacional que, segundo Harper (1982, apud CORDEIRO, 1987), é aquele que no conjunto dos serviços desenvolvidos utiliza matérias-primas diversas, como papéis, ideias, gestão e decisão. (CORDEIRO, 1987; LENCIONI, 1998)

A nova economia definida por estes setores transacionais é comandada por poucas, mas grandes empresas públicas e privadas que privilegiam regiões metropolitanas e cidades nodais, que funcionam como centros de controle transacionais. Dos escritórios destas empresas partem as determinações sobre como deve ser produzido e estruturado o espaço urbano das cidades. Esta nova produção do espaço urbano, fruto de um processo de desconcentração-centralização, que fez migrar o capital para novos ramos de atividade, resulta em desigualdade espacial, segregação e pobreza. (SANTOS, 1990; CARLOS, 2004).

O processo de urbanização faz do espaço um produto raro em áreas específicas da metrópole. Essa raridade emerge por meio da associação de três elementos: a propriedade particular do solo urbano, a centralidade do capital com as novas atividades econômicas e o índice de construção da área. Quanto mais ao centro ou próximas a ele, maior o grau de raridade, o que transforma este espaço em mercadoria com alto valor de troca. A escassez implica novas formas de padrão de construção e de locais específicos que, devem ser criados por mecanismos que viabilizem o crescimento sem, contudo, colocar em risco a propriedade privada. Neste momento surge Estado que intervém e usa políticas urbanas para redefinir usos e transformar as áreas públicas por meio do direcionamento dos investimentos e provimento de infraestrutura. (CARLOS, 2004)

As rápidas transformações na economia em razão do processo de globalização exigiram ajustes às novas formas de internacionalização do capital. Não se trata mais de aumentar o produto interno bruto, a busca de novas tecnologias, investimentos em saúde para melhoria das condições de vida da população. O que diferencia os estados é a rapidez com que responderão aos novos desafios, com investimentos em pesquisa e

desenvolvimento, educação e novas condições gerais de produção, não apenas a redefinir sua infraestrutura, mas, sim, a criar outras que possibilitem a execução dos fluxos imateriais. A desconcentração metropolitana de São Paulo não é específica, decorre da reestruturação do capital e tem como produto as novas funções urbanas. A gestão do Estado potencializa este processo de desconcentração e, como resultado da reprodução do espaço, ocorre a aceleração nos processos de compra de propriedades e o surgimento de novas formas arquitetônicas, que intensificam os processos de exclusão e, consequentemente, conflitos e lutas. (CARLOS, 2004; LENCIONI, 1998)

O processo de desconcentrar[13] e o direcionamento seletivo dos investimentos feitos pelo Estado potencializam as desigualdades, excluem a maioria abandonada e, é correto afirmar que, o investimento público acentua a segregação espacial. Surge uma estrutura que na sua essência busca apenas solucionar solicitações de grandes empresas, enquanto trata as demais questões como meros detalhes. Esta estrutura é a metrópole corporativa. (SANTOS, 1990; BRANT, 1989)

[13] Desconcentrar é o processo que se caracteriza pelo aumento do número de empresas que preferem transferir suas atividades, instalar novas unidades de produção em cidades menores, geralmente localizadas no interior, em função da super concentração do capital nas enormes manchas urbanas, que gerou forte elevação no preço dos imóveis, congestionamento das redes de transporte e comunicações, esgotamento de reservas de matérias primas e energia e a elevação do custo de mão de obra. Esses fatores fazem com que ocorra uma reorganização na distribuição geográfica das empresas que buscam outras cidades com melhor infraestrutura urbana, área disponível para a expansão de suas atividades e onde o estado conceda incentivos fiscais. Esses padrões de organização e as especificidades inserem-se no processo de mundialização com ênfase financeira, novas estratégias empresariais, re-espacialização com desconcentração empresarial e estruturação em rede. (MOTIM; FIRKOWSKI; ARAÚJO, 2002)

3.1 O retrato espacial de Embu das Artes

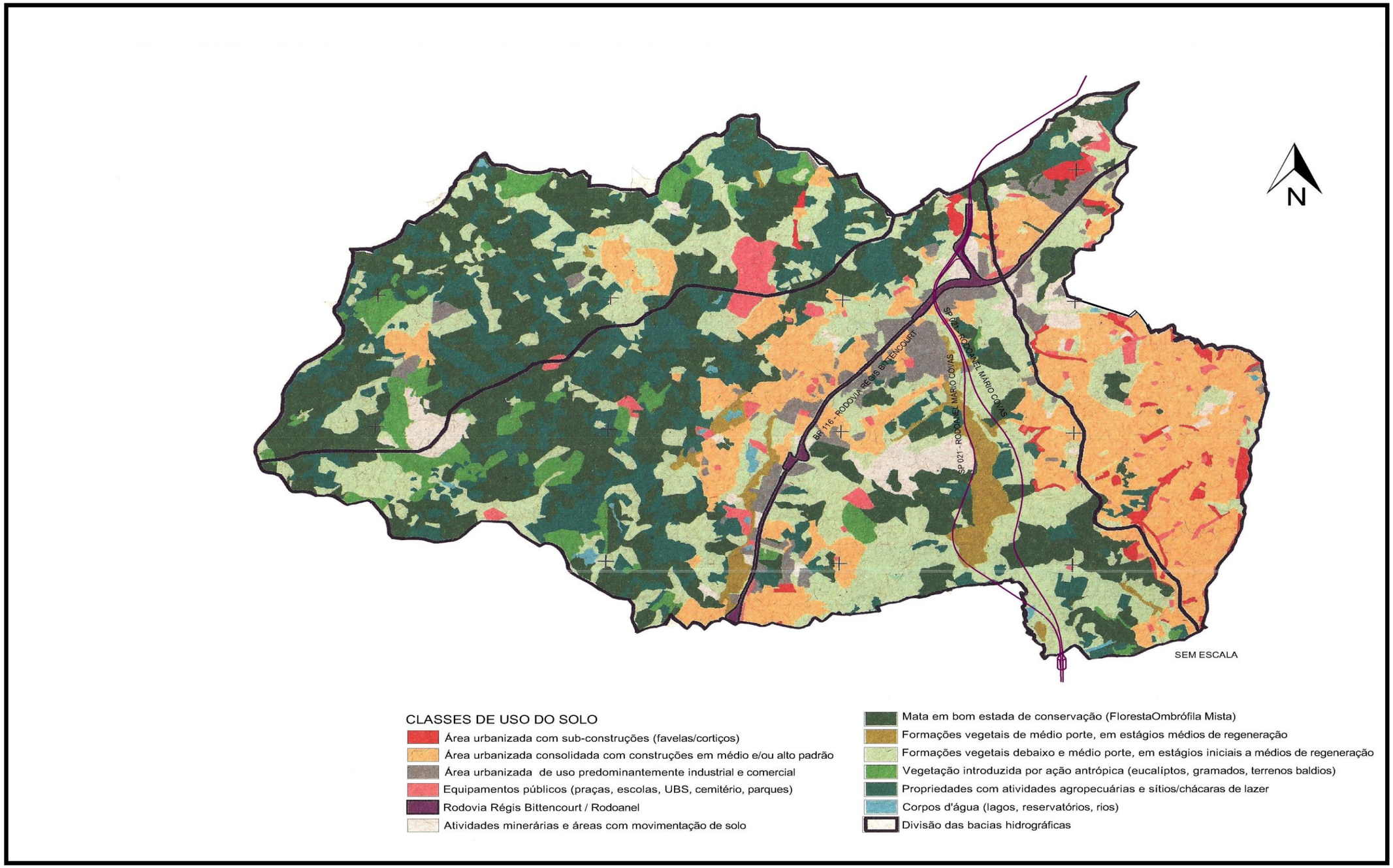
Embu das Artes teve seu espaço ocupado sem respeito aos limites físicos que as bacias hidrográficas impunham com suas nascentes, cursos d´água e planícies de inundação. Melo e Franco (2008) apontam para: processos de ocupação marcados pela inoperância do Estado, ações agressivas dos agentes produtores do espaço, com processos de assentamento, planejamento urbano e ordenamento territorial, realizados com vista apenas ao lucro financeiro. A consequência foi a produção de um processo de urbanização caótico com os mais diversos tipos de utilização do solo e os problemas inerentes a isto. (Figura 12)

Esta extensa rede hidrográfica do município tem aproximadamente 11,7km² de Áreas de Preservação Permanente (APP's) definidas pela legislação (o Código Florestal Brasileiro) como:

> Áreas de mananciais, encostas com mais de 45 graus de declividade, manguezais, restingas e as matas ciliares. Estas áreas correspondem a locais com funções ambientais de assegurar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, a fauna e a flora, e a integridade dos solos (MELO e FRANCO, 2008, p.55).

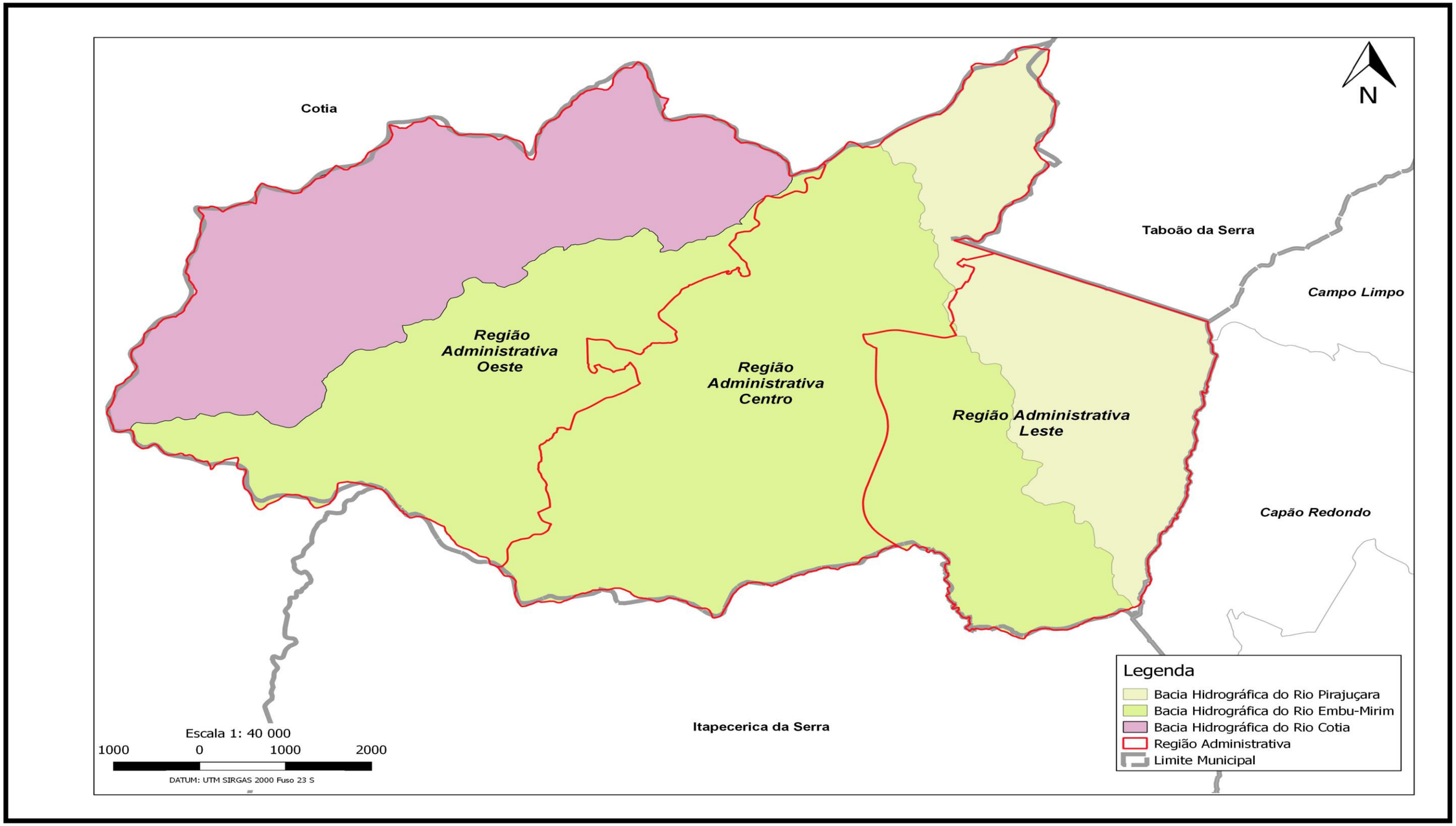
A legislação impõe ao município o cuidado com ambientes legalmente protegidos, como: rios que não ultrapassam a largura de 10 metros devem ter uma faixa longitudinal de 30 metros ao longo deles e de 50 metros ao redor de nascentes, sem qualquer tipo de intervenção (MELO e FRANCO, 2008). A realidade é outra: APP´s ocupadas por áreas urbanizadas (residencial, industrial, equipamentos urbanos, etc.), e áreas assentadas sob enclaves de vegetação de variados tipos. Administrativamente, o município é composto por três regiões administrativas, compostas por unidades administrativas e estas compostas pelos bairros. Geograficamente, são três sub-bacias. (Figura13)

Figura 12 – Mapa de uso de solo em Embu das Artes



Fonte: adaptado de Melo e Franco (2008, p.53)

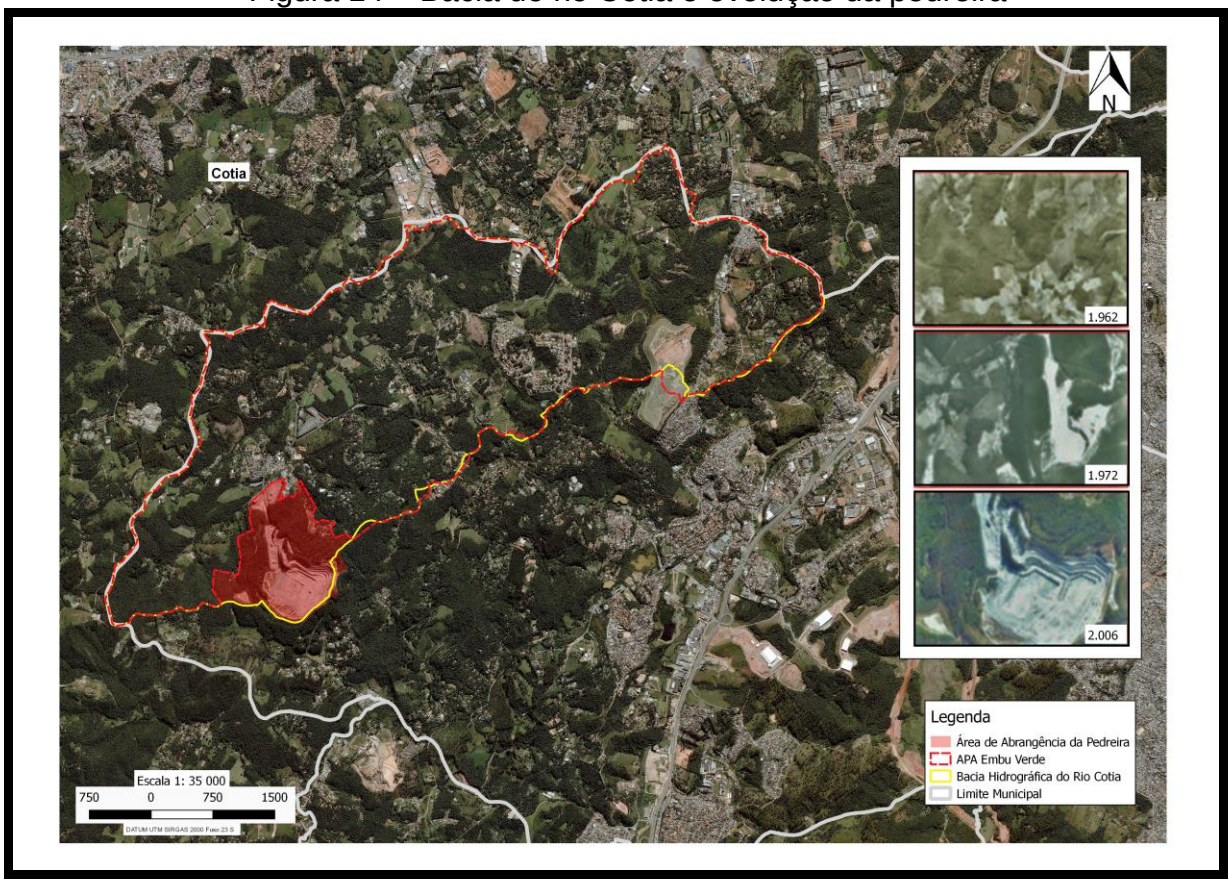
Figura 13: Regiões administrativas e bacias hidrográficas de Embu das Artes



Fonte: Adaptado pelo autor de Prefeitura Municipal de São Paulo (GeoSampa) e Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

3.1.1 Região Administrativa Oeste

Figura 14 – Bacia do rio Cotia e evolução da pedreira



Fonte: Melo e Franco (2008, p. 58 e 60)

Esta região comporta a sub-bacia do rio Cotia, com 16,7km². Essa bacia (Figura 14) corresponde, em grande parte, à Reserva Florestal do Morro Grande, onde se encontra o sistema produtor de água que abastece a Grande São Paulo. Esta área apresenta significativos enclaves de vegetação remanescente e, cerca de 80% da área é constituída por matas e muitas nascentes de rios. A região tem uma estrutura de rochas predominantemente granitoides e, assim, na década de 1960 instala-se ali uma pedreira, cujo ritmo de escavações e explosões teve uma grande aceleração nos anos 80. A região é ocupada por condomínios de alto e médio padrão, que se estendem por cerca de 20% da área com urbanização concentrada, pontualmente nos

bairros Capuava-Itatuba, por estarem localizados na divisa com o município de Cotia e pela proximidade com o Rodoanel. Apresenta alto potencial para adensamento futuro. (MELO e FRANCO, 2008).

Ainda na bacia do rio Cotia encontramos a Área de Proteção Ambiental (APA) Embu Verde (Figura 14), que ocupa 15,7km² do município. A APA abriga importantes fragmentos da Mata Atlântica e faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo, com potencial de desenvolvimento social e econômico sustentável, desde que sua gestão esteja associada à conservação de recursos naturais. (MELO e FRANCO, 2008).

Administrativamente, a região é composta por três unidades: Capuava-Itatuba, Ressacada e Tomé. Essas unidades comportam 33 bairros (Apêndice B). A Tabela 1 apresenta os dados demográficos desta região:

Tabela 1 – Dados demográficos região administrativa oeste

SETOR	POPULAÇÃO (1)	DOMICÍLIOS (1)	ÁREA TOTAL (1)	HABITANTES / DOMICÍLIO	HABITANTES / KM²	DOMICÍLIOS / KM²
OESTE	15.009	4.372	30,91	3,43	486	141
% / MUNICÍPIO	6,25%	6,4%	43,9%	-2,9%	-85,8%	-85,5%
TOTAL MUNICÍPIO	240.230	68.225	70,37	3,52	3.414	970

Fonte: IBGE censo populacional 2010 e dados da prefeitura de Embu das Artes

A região administrativa oeste ocupa a maior área do município e é a que menos sofreu, até o momento, com o seu processo de urbanização. Esta preservação ocorre em função da existência da APA Embu Verde, mas pode estar sob risco, conforme será visto adiante, quando tratarmos do Plano Diretor de 2012. Chama a atenção, a existência da pedreira, instalada na região. Na Figura 14 pode-se perceber a transformação daa área, do início dos anos 60 até o ano de 2006. O fato curioso em relação à pedreira é que ela deveria estar inserida dentro da área da APA Embu Verde, mas acabou considerada fora desta quando foram definidos os limites.

Figura 15 – Vista aérea e de rua do bairro Jardim Colibri

Fonte: acervo do autor e Google Maps acessado em 14/02/16

Os bons níveis de preservação, no entanto, não impedem a ocorrência de grandes contradições, evidentes quando analisamos o processo de ocupação e uso do solo urbano. Na unidade administrativa do Tomé, encontramos dois bons exemplos desta contradição. De um lado temos o bairro Jardim Colibri (Figura 15), conhecido por condomínio de casas, mas que legalmente trata-se de um bolsão residencial. Com uma área total de 0,69 km² e densidade

populacional de 512 hab. / km², suas ruas, ainda de terra, são bastante arborizadas. Suas casas podem atingir o valor de R$ 1milhão e os seus moradores contam com serviço de segurança e portarias, que controlam o acesso de não moradores.

Figura 16 – Vista aérea e rua do bairro Jardim Tomé

Fonte: Google Maps acessado em 14/02/16

Não mais do que dois quilômetros separam o bairro Jardim Colibri do bairro Jardim Tomé (Figura 16). Com uma área total de 0,10 km² e uma densidade

populacional de 10.210 hab. / km², o conjunto de elementos visuais é diferente e pode-se observar a existência de casas de boa qualidade na construção e casas construídas por regime de mutirão, já que muitos moradores, segundo relatos, foram para a região do Tomé em busca de local para moradia, pois não encontravam nas outras duas regiões do município. O bairro sofre com a precariedade dos serviços públicos básicos, principalmente esgoto e transporte púbico. Em algumas áreas, pode-se observar o processo de urbanização patológica que Martins (2001, p.78) chama de periferia e que, segundo o autor, é o fruto da expansão da Região Metropolitana de São Paulo e também, neste caso, fruto da expansão do próprio município. O Jardim Tomé pode ser caracterizado como periferia de Embu das Artes.

3.1.2 Região Administrativa Centro

Esta região comporta a sub-bacia do rio Embu-Mrim, com 40,8 km². A bacia do rio Embu-Mirim corresponde à denominada área de proteção dos mananciais, definida por Lei Estadual nº 1.172 de 1976 e revisada pela Lei nº 12.233 de 2006 (Lei de Proteção aos Mananciais também conhecida como Lei da Guarapiranga) que definiu a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga. Estas leis declararam a as regiões de manancial como de interesse regional para o abastecimento público. Além da importância ambiental, esta bacia foi o núcleo inicial do povoamento da região. No entanto, a região foi ocupada das mais variadas formas, nem sempre harmoniosas. A área tem um solo bastante frágil e a ocupação deste teve características preocupantes. (MELO e FRANCO, 2008)

A bacia do Embu-Mirim demonstra em seus aspectos físicos (o relevo) e em seus aspectos antrópicos (o uso do solo) uma forte dicotomia. A divisão da região pela rodovia Régis Bittencourt (Figura 17) demonstra as mudanças no uso do solo, ocorridas no período de 1962 até o ano de 1994. As fotos à

esquerda destacam o bairro Pinheirinho, que fica às margens da rodovia Régis Bittencourt, área que conheceu um acelerado processo de urbanização, quando da pavimentação da rodovia, e gerou evidentes mudanças no espaço com a construção de plantas industriais. Às fotos à direita destacam uma segunda área, também próxima à rodovia, que é considerada como um vetor do desenvolvimento e urbanização de Embu das Artes e de toda a região. Esta segunda é a área de ocupação mais antiga e a atividade turística do centro histórico foi responsável por um processo de valorização do espaço, que teve como consequência a atração de uma população economicamente rica, que exigia uma maior e melhor infraestrutura urbana. (MELO e FRANCO, 2008).

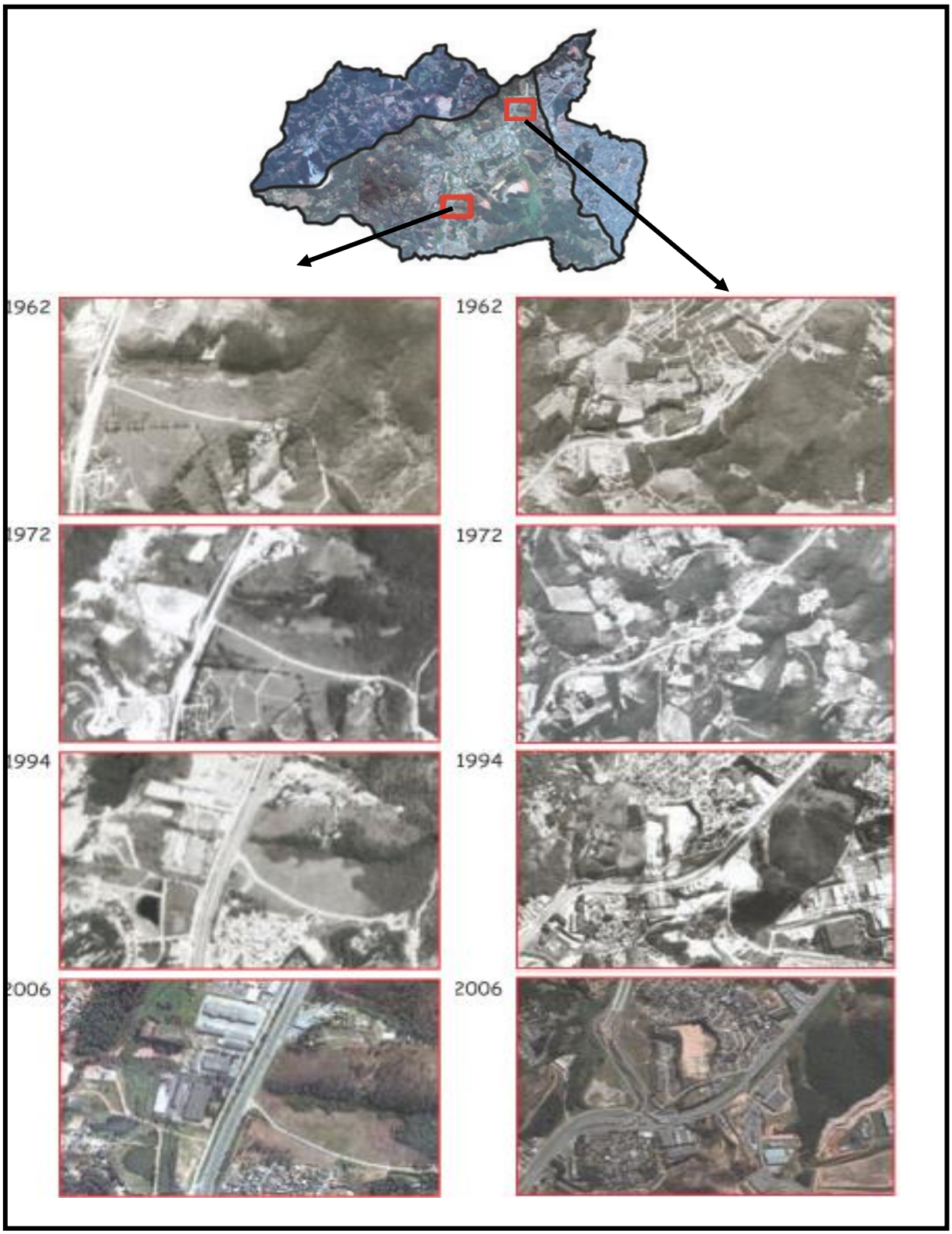
Administrativamente, a região é composta por sete unidades administrativas: o Centro, Parque Industrial, Engenho Velho, Oliveiras, Pinheirinho, Santa Clara e Vista Alegre. Estas unidades comportam 38 bairros (Apêndice C). Na Tabela 2 apresentam-se os dados demográficos desta região:

Tabela 2 – Dados demográficos região administrativa centro

SETOR	POPULAÇÃO (1)	DOMICÍLIOS (1)	ÁREA TOTAL (1)	HABITANTES / DOMICÍLIO	HABITANTES / KM²	DOMICÍLIOS / KM²
CENTRO	58.686	16.682	23,21	3,52	2.528	719
% / MUNICÍPIO	24,43%	24,5%	33,0%	-0,1%	-25,9%	-25,9%
TOTAL MUNICÍPIO	240.230	68.225	70,37	3,52	3.414	970

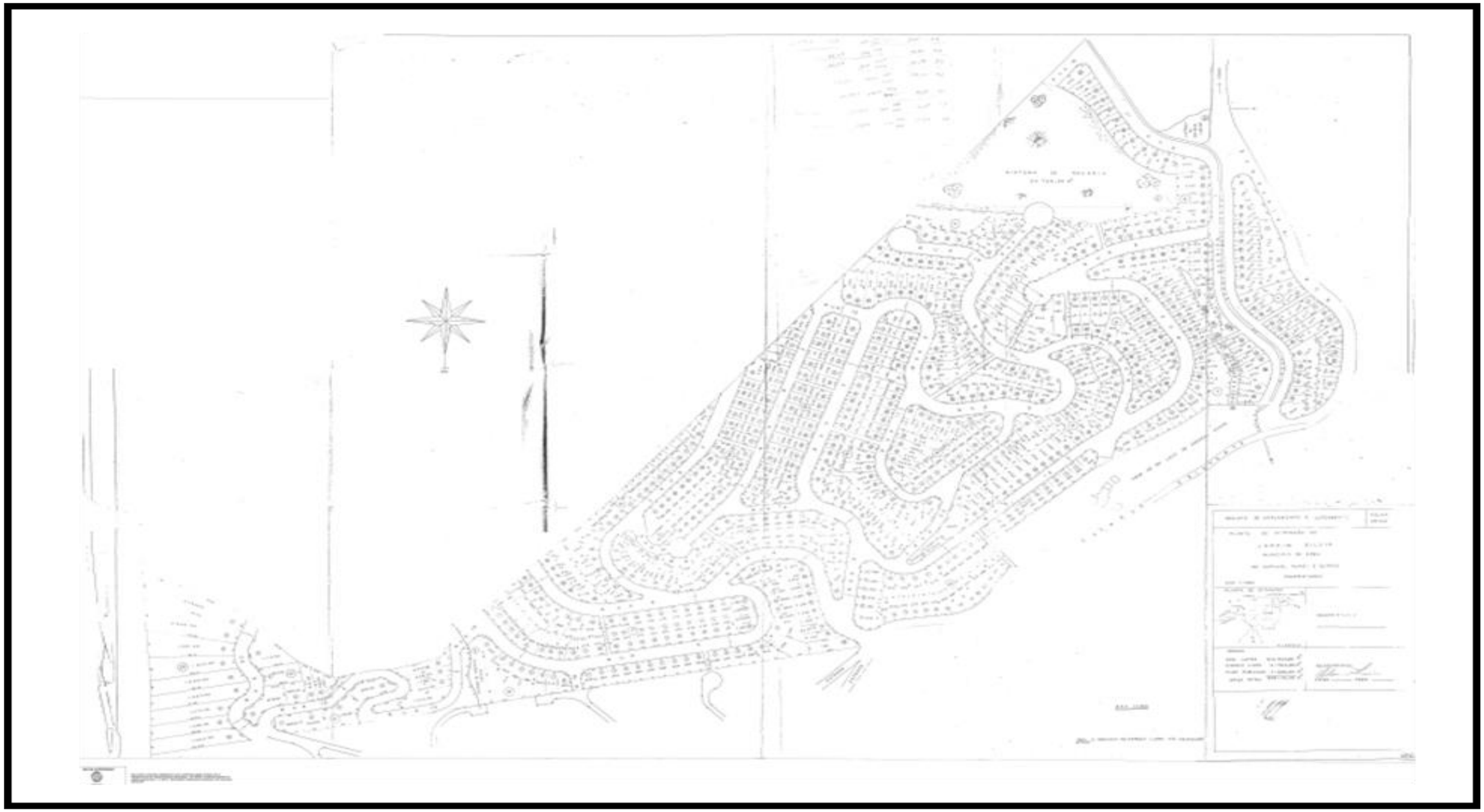
Fonte: IBGE censo populacional 2010 e dados da prefeitura de Embu das Artes

Figura 17 – Bacia do rio Embu Mirim e as mudanças no uso do espaço



Fonte: Melo e Franco (2008)

Figura 18 – Proposta de loteamento inicial do bairro Jardim Sílvia



Fonte: acervo pessoal de Márcio Amêndola

Figura 19 – Bairro Jardim Sílvia (vista aérea e moradias)

Fonte: Google Maps

A região não está isenta de contra censo no uso do solo, com conjuntos de elementos visuais dispares, com casas de alto padrão mais próximas do centro histórico e ocupações irregulares. O bairro Jardim Sílvia foi um dos primeiros a serem loteados, em meados dos anos 60 (Figura 18). A produção e venda de loteamentos seguia a lógica do lucro para quem vendia e para o poder municipal, que arrecadava impostos sem que houvesse uma legislação que fornecesse diretrizes mínimas. Apenas no final dos anos 70 o governo federal publica a Lei nº 6.766, que passaria a definir os parâmetros para o uso e parcelamento do solo urbano. O que se teve então, em muitos casos, foi a

oferta de lotes sem amparo legal, com efeitos até os dias de hoje, pois muitos moradores não possuem seus títulos de propriedade.

A proposta de loteamento inicial previa uma área total de 0,21km² para residências em uma área total de 0,39km², incluindo ruas e áreas de lazer para os moradores. O cenário inicial foi bastante modificado, evidenciado por uma da realidade de periferia com ocupação irregular de áreas que deveriam ter sido protegidas, conforme a legislação ambiental, como demonstrado na Figura 19. Hoje o bairro Jardim Sílvia tem, segundo o censo populacional do IBGE de 2010, 4.402 moradores, distribuídos em uma área de 0,31km², o que significa uma ocupação de 14.348 hab./km².

3.1.3 Região Administrativa Leste

Esta região comporta a sub-bacia do rio Pirajuçara[14] com 12,5km². Administrativamente, a região é composta por dez unidades administrativas: Ângela-Batista, Castilho, Colégio-São Marcos, Dom José-Santo Eduardo, Independência-Casa Branca, Nossa Senhora de Fátima, Pirajussara, Santa Emília, Santa Tereza e Vazame. Estas unidades comportam 43 bairros (Apêndice D). Na Tabela 3 apresentam-se os dados demográficos desta região:

Tabela 3 – Dados demográficos região administrativa leste

SETOR	POPULAÇÃO (1)	DOMICÍLIOS (1)	ÁREA TOTAL (1)	HABITANTES / DOMICÍLIO	HABITANTES / KM²	DOMICÍLIOS / KM²
LESTE	166.535	47.171	16,25	3,53	10.245	2.902
% / MUNICÍPIO	69,32%	69,1%	23,1%	0,3%	200,10%	199,4%
TOTAL MUNICÍPIO	240.230	68.225	70,37	3,52	3.414	970

Fonte: IBGE censo populacional 2010 e dados da prefeitura de Embu das Artes

[14] No texto encontramos grafias Pirajussara e Pirajuçara. A primeira refere-se ao bairro Pirajussara e a segunda refere-se ao rio Pirajuçara e sua sub-bacia.

O município, estância turística, que se vê em grande parte das regiões oeste e centro, contrasta com o que se vê nesta região de aspectos distintos e contraditórios: de um lado temos belas casas, ruas arborizadas, galerias e restaurantes variados; de outro lado escancaram-se os problemas comuns às grandes cidades e seus espaços urbanos densamente povoados, ocupações irregulares nos mais variados estágios, um reflexo de diferentes condições econômicas e sociais. (MELO e FRANCO, 2008; MORATO, 2004)

A região é marcada pela presença de bairros populares, de ocupação majoritariamente horizontal, fruto de processo de adensamento continuo. À medida que as famílias crescem, os filhos se casam, as moradias são ampliadas por meio do processo de autoconstrução, com terrenos aproveitados ao máximo. Há, também, a construção de outras moradias no terreno para a locação, o que representa um importante complemento da renda familiar, essencial no presente e segurança para o futuro. Com perspectivas de aposentadorias muito baixas, a população encontra este tipo de solução para melhorar os rendimentos. (MORATO, 2004)

O crescimento urbano da região tem impulso em meados dos anos 70, com o processo especulativo de oferta e procura de terras, o mesmo observado e mencionado na região administrativa centro. Grande parte dos compradores era de moradores da metrópole paulistana, que corriam à região em busca de terras mais baratas, em virtude do aumento do preço da terra onde então viviam, aumento este, fruto da Lei de Zoneamento em São Paulo que impunha uma série de exigências para futuras construções e que fez disparar os preços da terra (OLIVEIRA, 1972). As exigências da nova lei afugentaram os moradores de São Paulo que são, então, atraídos por proprietários de extensos lotes de terras em Embu das Artes, que passam a produzir e a vender loteamentos com anuência do poder executivo municipal.

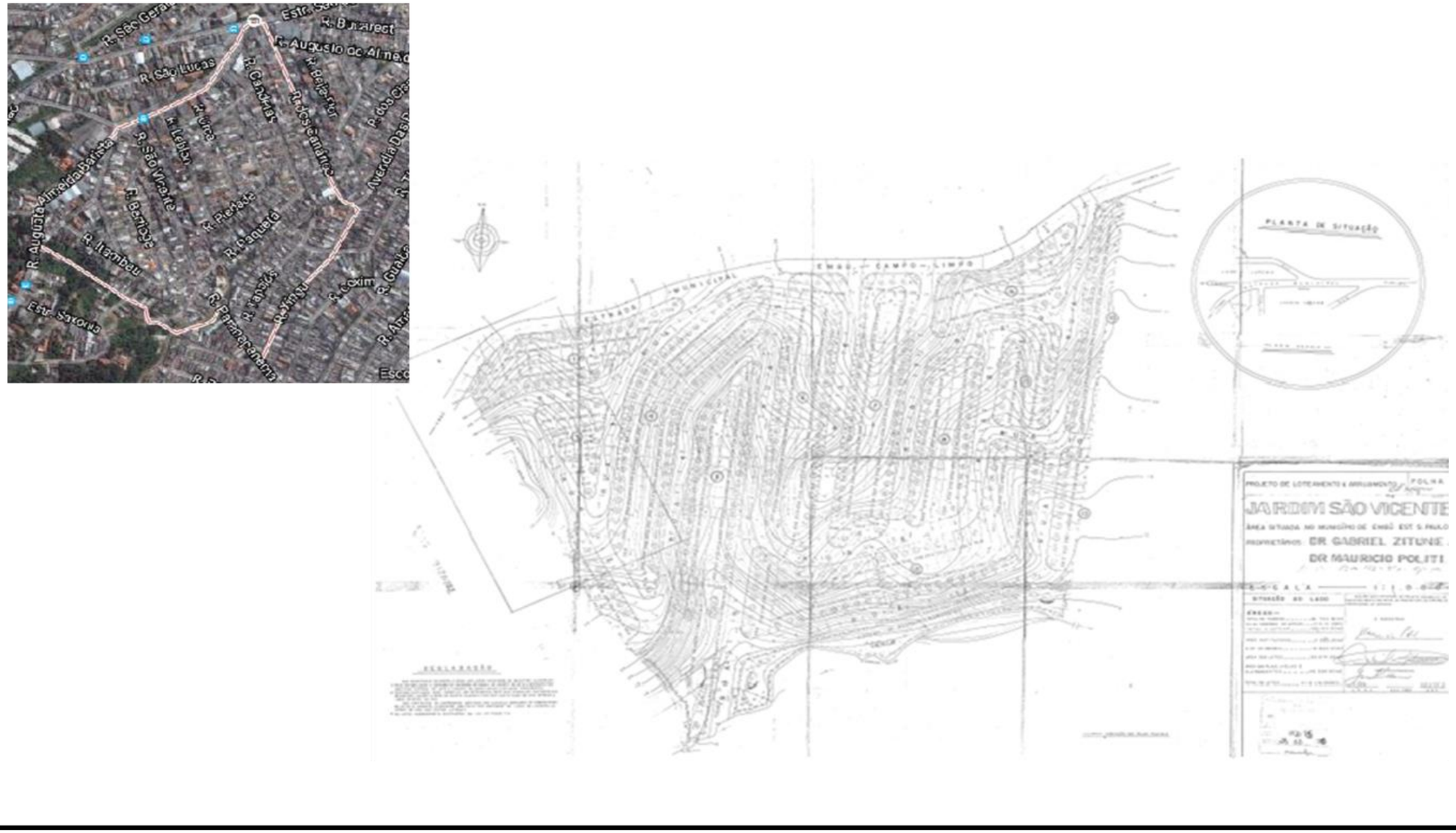
O bairro Jardim São Vicente surge como um loteamento fruto deste processo especulativo que se instalou na região em meados dos anos 70 (Figuras 20 e 21). O processo inicia-se em 1976 e observa-se o mesmo efeito encontrado com loteamentos da região centro: loteamentos aprovados pelo

poder público municipal, mas sem amparo legal, com efeitos até os dias de hoje, com moradores sem títulos de propriedade. A proposta de loteamento inicial previa um total de 416 lotes, distribuídos em uma área de 0,09km², que permitiria lotes com área de aproximadamente 240m². Este cenário inicial não se confirmou e o que se tem hoje é uma população de 3.999 habitantes que residem em 1.134 moradias, distribuídas em uma área de 0,20km², o que significa moradias instaladas em terrenos de 176m², em média.

Face ao processo desordenado de ocupação, a região é afetada, com frequência, por enchentes e deslizamentos que ocasionam perdas materiais e, por vezes, humanas. Os cursos d'água poluídos exalam mau cheiro, atraem ratos e insetos vetores de doenças. No bairro Jardim da Luz, com cerca de 7.900 moradores sobre uma área de 1,4 km², o que significa uma densidade populacional de 5.600 hab./km², moradias foram construídas sobre o leito do rio Pirajuçara (Figura 22).

O processo de transformação e o uso de solo são evidentes. Um dos primeiros bairros que surgiram nesta região, decorrentes do transbordo de moradores da capital paulistana, sobretudo do bairro Capão Redondo, foi o Jardim Santo Eduardo (Figura 23). Comparando imagens nota-se ele foi afetado pelos fenômenos típicos de centros urbanos, como a impermeabilização do solo. Melo e Franco (2008), apontam para um grande conglomerado de casas e ruas, fazedo a bacia do Pirajuçara seja a mais problemática, do ponto de vista ambiental, e a que oferece o pior nível de qualidade de vida para os seus habitantes. O censo populacional de 2010 do IBGE aponta que o bairro Jardim Santo Eduardo conta com uma população de 11.881 habitantes distribuídos em 0,69km² de área, o que significa uma densidade populacional de 17.219 hab./km². A título de comparação, o vizinho Capão Redondo, em São Paulo, tem 268.729 habitantes, distribuídos por 13,60km² de área e densidade populacional de 19.759 hab./km², conforme informação do censo populacional do IBGE de 2010.

Figura 20 – Proposta de loteamento inicial do bairro Jardim Vicente e foto aérea da configuração atual do bairro



Fonte: acervo pessoal de Márcio Amêndola e Google Maps acessado em 14/03/15

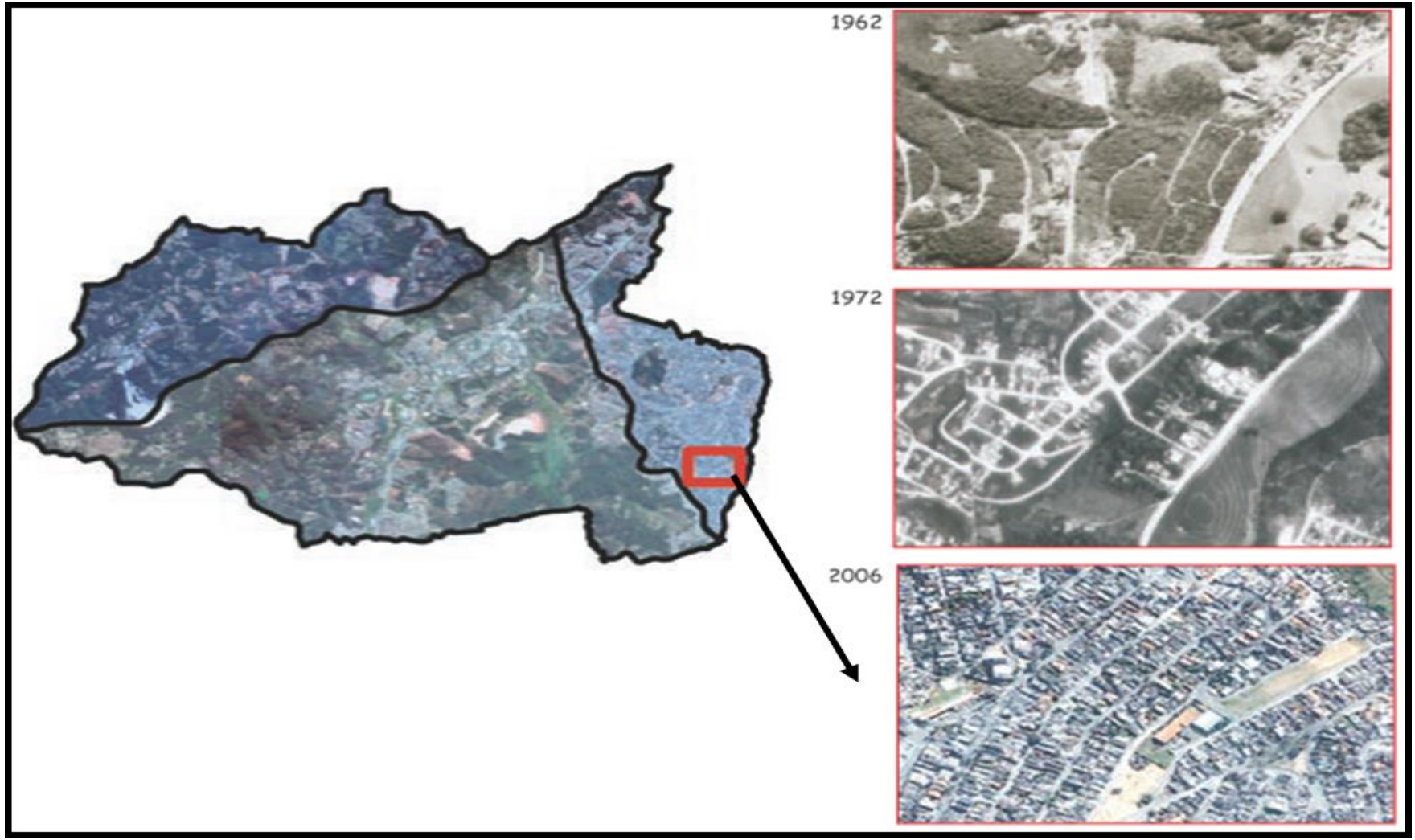
Figura 21 – Mudanças espaciais no bairro Jardim São Vicente

Fonte: acervo pessoal de Márcio Amêndola e Google Maps

Figura 22 – Casa do bairro Jardim da Luz construída sobre leito de rio

Fonte: acervo pessoal de Sílvia Vieira Martins

Figura 23 – Mudanças no bairro Jardim Santo Eduardo



Fonte: Melo e Franco (2008)

O conjunto de elementos visuais encontrados nesta região tem uniformidade e pode-se afirmar que “existe ordem neste caos”. Podemos observar casas de boa qualidade na construção, mas a maioria delas são construídas em regime de mutirão. Os bairros sofrem com a precariedade dos serviços públicos básicos, principalmente esgoto e transporte púbico. Da mesma forma que em algumas áreas da região oeste, aqui também podemos observar em um grau maior o processo de urbanização patológica, definido por Martins (2001). Pela a definição de Martins (2001) podemos falar em periferia e é desta forma que a região leste é tratada pela maioria dos respondentes da pesquisa e que ali residem. Foi comum ouvir algo muito próximo a “moramos na periferia e quando necessitamos de algo vamos ao centro” em referência clara a região do centro histórico. Notam-se, em alguns discursos, um certo descolamento da região com o município e a impressão que passam é a de que falam de um outro município e que não residem em Embu das Artes. Este sentimento é o que chama de “dualidade das duas Embus”, com o centro e oeste ricos e o leste pobre.

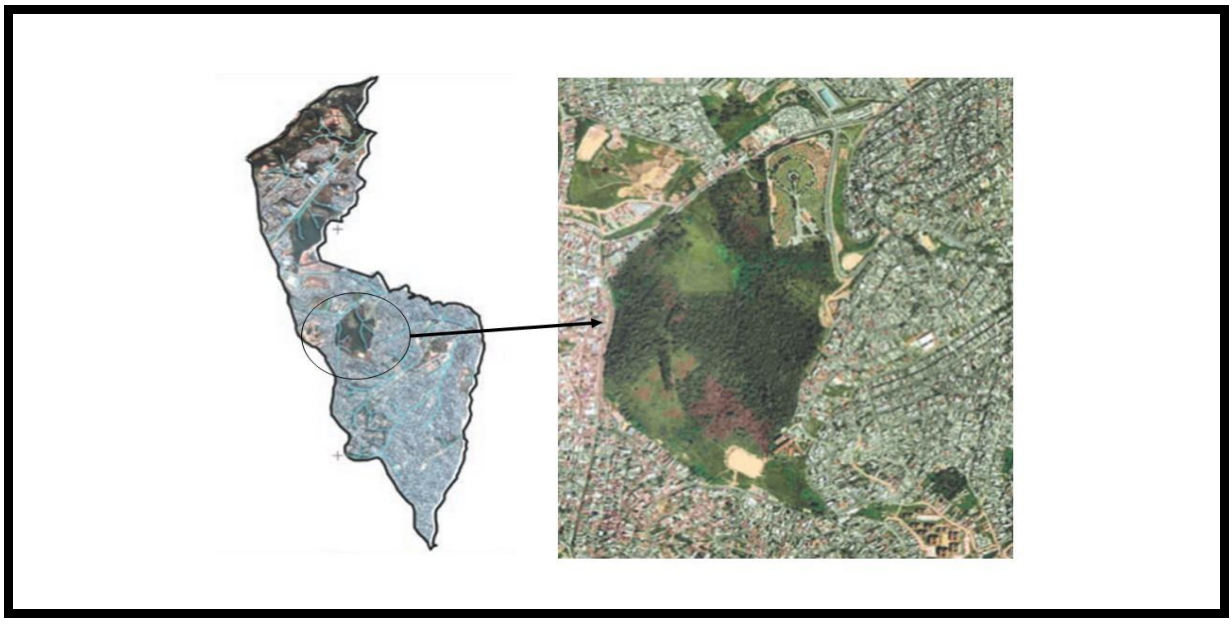
Este sentimento quase provocou a divisão do município, no final dos anos 1990, quando Embu das Artes passou a ser conhecido como “Terra dos Crimes”, um local violento. Os casos de violência estavam distribuídos por todas as regiões, mas afirmava-se que os responsáveis partiam da região do Pirajuçara. A escalada da violência causava apreensão nos moradores das demais regiões, principalmente da central, em função da Feira de Artes e Artesanato, pois a imagem de município violento colocava em risco as atividades turísticas. Era necessário eliminar a dicotomia oeste e centro ricos e leste que já era pobre agora se tornara também violento.

Em conversa informal com um respondente da pesquisa foi mencionado que por iniciativa de um vereador do município apresentou-se projeto de lei para criação do Distrito do Pirajussara com, segundo o parlamentar, intenção de colaborar para o desenvolvimento da região e não de um processo de descarte. Pela proposta apresentada, o município seria cortado em duas

partes, com a BR-116 como referência: uma parte composta pela periferia seria mantida totalmente no distrito do Pirajussara; na outra parte permaneceria a sede de Embu das Artes, especificamente o centro histórico. Um curioso detalhe chamava a atenção na proposta: o Parque Industrial Ramos de Freitas, mesmo localizado do lado esquerdo da BR-116, no sentido de Curitiba, permaneceria como parte da sede, portanto, fora do novo distrito proposto. A ideia era que no, futuro, o novo distrito fosse emancipado para tornar-se o município do Pirajussara e que, pela proposta apresentada, nasceria com pouca infraestrutura e serviços públicos. Depois de receber uma avalanche de críticas, o próprio vereador retirou a proposta.

Em meio à região, encontram-se áreas que possuem cobertura vegetal em bom estado de conservação. Uma delas, declarada e regulamentada como APA, no ano de 2002, situada próximo ao Parque do Pirajussara, é a Mata do Roque (Figura 24), um enclave de 520 mil m² no meio da selva urbana. (MELO e FRANCO, 2008). No ano de 2014, uma parceria entre os governos municipal e estadual determinou que uma parte de área degradada será destinada à construção de 1.200 moradias populares.

Figura 24 – APA Mata do Roque na bacia do Pirajuçara



Fonte: Melo e Franco (2008)

4. Plano diretor 2012: o novo espaço em produção

A Constituição Federal de 1988 elevou os municípios à categoria de membros autônomos da Federação, para o mesmo nível que os estados e o Distrito Federal. Desta forma, as funções de administração das políticas econômicas, provisão e gestão de bens e serviços públicos, de interesse local e regional, são atribuições dos governos estadual e municipal. Municípios ganharam maior autonomia política e administrativa, devido a transferência de grande parte das políticas públicas para a sua esfera, principalmente as ligadas à política urbana. Este processo de descentralização traz inúmeros desafios e, por consequência, uma busca por novos modelos e estratégias de ação. (BRAGA, 2005)

O aumento da independência municipal é um benefício dessa descentralização, mas outros aspectos podem ser observados: as políticas de repasse de recursos estabelecidas pelo governo central, aliadas a fatores de descontrole de gastos de custeio, geram a escassez desses recursos financeiros e problemas para enfrentar as atribuições adquiridas com a autonomia. Outra questão importante, a ser destacada, é que muitos dos problemas têm uma dimensão que está além do controle municipal e não podem ser resolvidos com intervenções localizadas, como os transportes metropolitanos, a gestão dos recursos hídricos e os temas ambientais. Faz-se, portanto, necessária uma mudança de foco: da gestão meramente territorial para uma gestão urbano-regional e planejamento intermunicipal. (BRAGA, 2005)

A aprovação do Estatuto das Cidades (2001), por meio da Lei Federal nº 10.257/01, dá força a este processo de gestão urbano-regional e de planejamento intermunicipal. O ponto que confirma isto encontra-se no artigo 39, que trata da elaboração do Plano Diretor pelos municípios. Neste artigo consta expressamente que:

> A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Embu das Artes teve seu primeiro Plano Diretor aprovado no ano de 2003, mediante Lei Municipal nº 72. Apesar da existência deste documento, o único instrumento que regulava o desenvolvimento da cidade era o de zoneamento, que tinha apenas a função de determinar os usos de cada região da cidade. As principais preocupações levantadas à época eram: a preservação das matas e rios do município, o avanço da mancha urbana de São Paulo sobre a natureza, e a piora da qualidade de vida das pessoas, que viviam nesta cidade que construía e reconstruía.

Conforme as determinações do Estatuto da Cidade, Embu das Artes inicia, em junho de 2010, o processo de revisão da Lei Municipal Complementar 72/2003. A etapa inicial tratou das oficinas de capacitação, cujo objetivo era apresentar e debater o conceito de Plano Diretor. Também foram analisados os principais conflitos então apontados no plano anterior. Após as oficinas, iniciou-se um processo de diagnóstico do município para coleta e análise de dados sociais, econômicos e ambientais, referentes ao território municipal e parte de seu entorno.

Em março de 2011, foram realizadas as primeiras audiências públicas temáticas. O município foi organizado em 20 Unidades Administrativas, sobre as quais se debateram questões específicas de cada unidade e sua relação o Plano Diretor e a cidade. Posteriormente, seguiram-se as etapas de elaboração do projeto de lei; envio à Câmara Municipal para análise e realização de audiência pública, para apresentar o projeto; votação da proposta final pela Câmara Municipal. O novo Plano Diretor foi sancionado pela Lei Complementar nº 186, em abril de 2012. A forma de condução do processo foi criticada pela população conforme aponta um relato:

> O processo de discussão e montagem do Plano Diretor foi estranho. Não vou falar viciado, mas....Ele inventou 40 plenárias regionais e tal, Só pra você ter uma ideia, a plenária aqui do nosso bairro, o que é que ele fez? Ele veio aqui *prá* escola. Tem uma escola aqui na frente que chama Paulo Freire. Aí ele mandou todos os alunos descerem da aula *prá* assistir uma palestra e disse que aquilo foi uma plenária participativa. Foi dessa forma aqui, né... Então por aí você pode ver mais ou menos como é que foi feito no resto da cidade.

O diagnóstico que norteou este processo de revisão do Plano Diretor de Embu das Artes aponta o grande aumento populacional, desde a data da emancipação, em 1959, até a primeira década dos anos 2000. O município se diversificou e seus habitantes podem optar por trabalhar em alguns setores disponíveis no município, além de outras cidades da região. Em 50 anos, Embu das Artes apresentou um dos maiores crescimentos populacionais do Brasil mas este crescimento não foi acompanhado pela oferta do mercado de trabalho. O município cresceu de forma marcante, influenciado pelo crescimento de São Paulo, e incorporou algumas indústrias com novas tecnologias e expandiu sua mancha urbana, que não foi, no entanto, igualmente ocupada. A densidade de pessoas (habitantes por área), a renda mensal destas pessoas, o tamanho dos lotes, o uso predominante e o grau de escolaridade da população variam muito. Apesar do crescimento da industrialização, a maioria dos trabalhadores atuava no setor terciário, isto é, em comércios e serviços.

O crescimento populacional decorreu, em maior parte, conforme diagnóstico do processo de espraiamento e crescimento de São Paulo. O item do plano Desenvolvimento Sócio e Econômico aponta como consequências:

a) urbanização desenvolvida – 95% das empresas são dos setores de serviços ou comércio e empregam 58% da população economicamente ativa;

b) favelização – a concentração de habitantes por quilômetro quadrado é especialmente alta na região leste, devido ao tipo de urbanização

(pequenos lotes, ruas estreitas, ausência de calçadas e praças) e à composição socioeconômica desta população (baixa escolaridade, pouca especialização profissional, baixos rendimentos).

O diagnóstico aponta como pontos estratégicos para o desenvolvimento do município: a qualificação da mão obra; a melhoria da escolaridade da população; a ordenação dos setores produtivos e seus investimentos; a preservação ambiental; o aumento de postos de trabalho e o fortalecimento das relações sociais e institucionais. Como fatores que poderiam colaborar com o desenvolvimento social e econômico do município destacam-se:

a) os processos metropolitanos e nacionais que apontam para o crescimento e a estabilidade econômica;

b) a expansão da rede de ensino superior;

c) a consagração da preservação ambiental;

d) a disponibilidade de créditos públicos e privados, tanto para investir em produção quanto em infraestrutura;

e) a proximidade do centro da metrópole e o crescimento do setor da construção civil;

f) a imagem pública / tradições artísticas conferem ao município grande potencial nos setores de comércio e serviço, devido sua proximidade da metrópole e características urbanas, como patrimônio ambiental, cultural e histórico relativamente preservadas;

g) a localização estratégica na região metropolitana não apenas favorece o município para receber consumidores ou exportar produtos locais, mas também para cumprir um papel de abastecimento de toda a região, devido ao sistema rodoviário de grande porte que se presta ao setor de logística metropolitano e inter-regional.

Como fatores limitantes ao desenvolvimento do Plano Diretor, o diagnóstico aponta:

a) o alto investimento necessário para a melhoria da infraestrutura municipal (saneamento, habitação, transporte, educação, saúde);

b) o baixo orçamento municipal;

c) o baixo investimento privado em setores como comércio e serviços voltados ao turismo e às atividades artísticas;

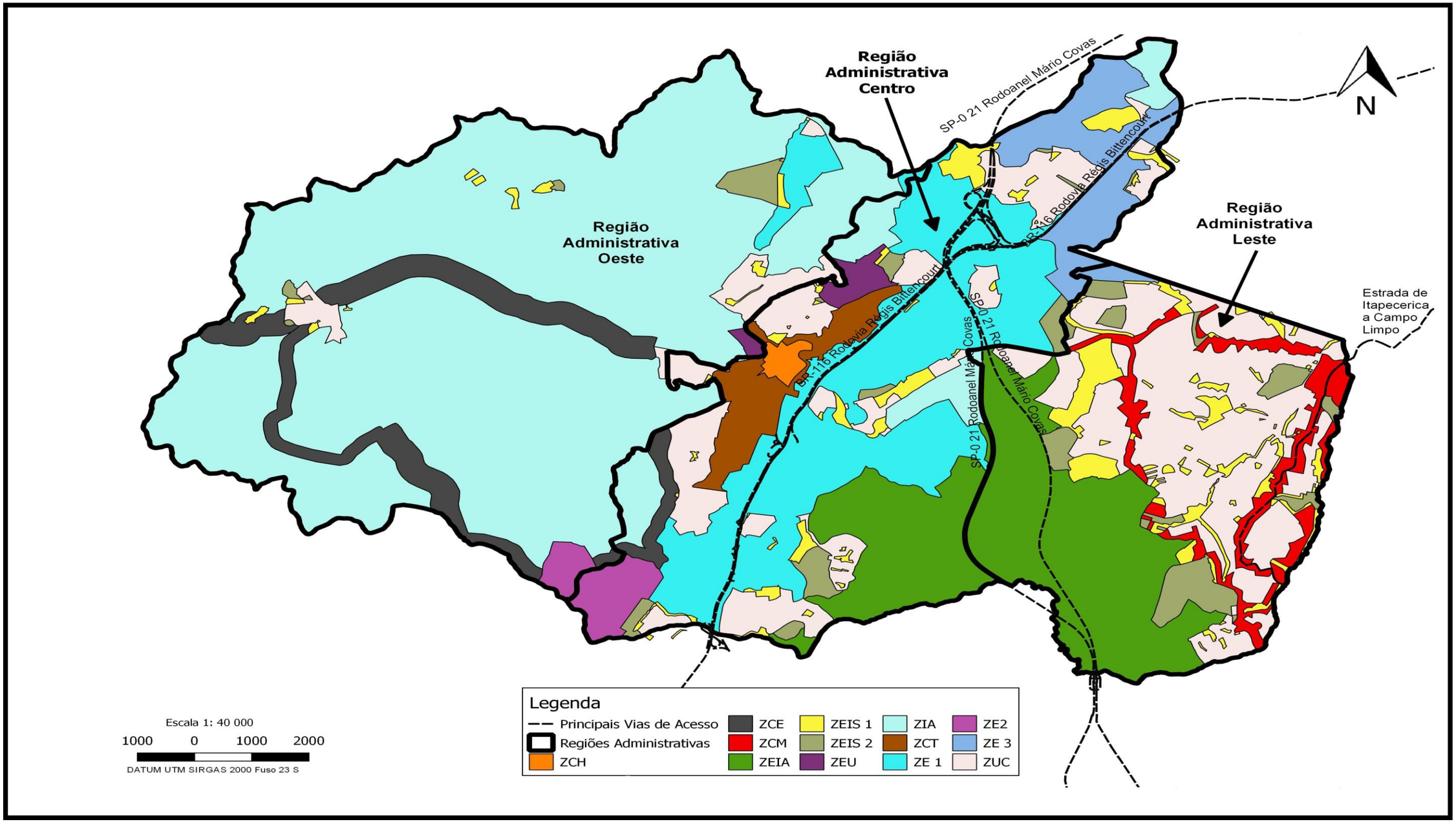
d) os baixos rendimentos dos trabalhadores empregados.

Quanto às questões ambientais no município o diagnóstico do plano diretor destacou que:

> A pressão de crescimento da mancha urbana sobre os maciços de vegetação, que juntamente ao déficit de moradias adequadas e à baixa renda da população, estimula a ocorrência de assentamentos precários, a degradação ambiental, a ocupação e o desmatamento em Áreas de Preservação Permanente (APPs).
>
> Podemos também constatar um baixo índice de vegetação nas áreas urbanizadas mais adensadas. Outros problemas enfrentados pelo município são a carência de estudos e diagnósticos focados na questão ambiental, a legislação ambiental municipal defasada, a dificuldade de fiscalização ambiental, a falta de detalhamento do zoneamento das Áreas de Proteção Ambiental (APAs), a ausência de mapeamento, cadastro e delimitação territorial dos agricultores e de áreas de cultivo no município.

A proposta do plano alterou o zoneamento e uso e ocupação do solo, objetivando o crescimento direcionado e regulamentação de situações já existentes, considerando: demanda por mais área para a construção de novos imóveis, construção de novas residências em áreas de interesse ambiental, o que garante a preservação dessas mesmas áreas, organização das atividades econômicas dentro do município e produção de moradias de interesse social. O plano, em seu Título III – Da ordenação do solo, Capítulo I - Do Zoneamento, Artigo 61, parágrafo 2º, determina que o município de Embu das Artes será dividido em dez zonas (Figura 25). Os artigos de número 63 a 93 descrevem cada uma dessas zonas e seus objetivos:

Figura 25 – Plano Diretor 2012



Fonte: Prefeitura Da Estância Turística de Embu das Artes

1º) **Zona Urbana Consolidada (ZUC):** parcelas do território ocupadas por uso predominantemente residencial, providas de infraestrutura básica ou próximas à rede existente, sendo caracterizadas por alta densidade populacional e infraestrutura urbana insuficiente ou saturada. Na ZUC, as ações e atividades são destinadas, prioritariamente, a viabilizar condições adequadas de moradia e de qualidade de vida urbana e ambiental. Seu uso predominante é habitacional, sendo permitidos os usos não residenciais que não representem incomodidade, conforme parâmetros definidos, incomodidades que sejam mitigáveis a partir dos respectivos Estudos Prévios de Impacto de Vizinhança.

Os objetivos da ZUC são: promover a reabilitação urbana dos bairros, a partir de ações voltadas para a adequação de infraestrutura urbana, limpeza de rios e córregos, destinação adequada dos resíduos sólidos, a requalificação dos espaços públicos e de lazer existentes; ampliar a oferta de espaços públicos e de lazer na malha urbana; melhorar as condições habitacionais e impedir a expansão urbana para o interior da Zona de Especial Interesse Ambiental, localizada dentro da APRM-G.

2º) **Zona Empresarial (ZE):** partes do território destinadas ao uso e atividades industriais, comerciais e de serviços, visando o desenvolvimento econômico do Município. Esta zona comporta três subzonas: ZE1, ZE2 e ZE3, sendo permitidas atividades industriais, comerciais, e de serviços, observados os parâmetros legais. O uso residencial e residencial misto serão permitidos desde que aprovados.

Os objetivos principais da Zona Empresarial são: induzir a ocupação ordenada das glebas desse zoneamento, estruturando uma área urbana preferencialmente contínua, de uso diversificado; promover a ampliação da base de auto sustentação econômica do Município, aumentando a oferta de empregos e garantindo renda para a população local.

3º) **Zona Corredor Empresarial (ZCE):** parcela do território, cujas áreas são destinadas ao uso e atividades residenciais, industriais, agropecuárias, comerciais e de serviços, visando o desenvolvimento econômico do Município.

Os objetivos da ZCE são: induzir a ocupação ordenada das glebas e lotes desse zoneamento, estruturando um corredor de uso diversificado; promover a ampliação da base de auto sustentação econômica do Município, aumentando a oferta de empregos e garantindo renda para a população local; promover e garantir a implantação de um corredor, cujas autorizações para usos futuros sejam concedidas para áreas desprovidas de vegetação significativa ou qualquer outro atributo protegido pela legislação ambiental e estimular e desenvolver o uso das atividades empresariais de comércios e serviços de baixo e médio risco, assim definidos pelos respectivos estudos de impactos exigíveis por esta Lei e Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente.

4º) **Zona Corredor Misto (ZCM):** parcela de território incluída na ZUC (Zona Urbana Consolidada) onde são admitidos padrões urbanísticos diferenciados em razão da infraestrutura instalada ou potencial para a implantação de empreendimentos voltados ao uso cotidiano urbano. São permitidos os usos comerciais, de serviços, industriais de baixo risco e residenciais.

Os objetivos da ZCM são: requalificar o espaço urbano existente por meio da reconstrução do parque imobiliário e do redimensionamento do sistema viário incentivando-se a reunificação de lotes; aglutinar e promover usos que são essenciais à sustentabilidade local e minimizar os deslocamentos da população para outros bairros em busca desses serviços, comércio e pequenas atividades industriais que não acarretem risco à população e a malha urbana e gerar recursos, a partir da venda de potencial construtivo, para que o governo municipal possa reinvestir na melhoria da infraestrutura urbana da própria zona e suas e regiões lindeiras.

5º) **Zona de Interesse Ambiental (ZIA):** parte do território que tem como principal característica a baixa densidade populacional, propriedades com grandes extensões de terra com matas nativas. Esta zona se destina à ocupação urbana com baixa densidade populacional associada à preservação ambiental, cuja utilização e atividades são pequenas áreas com atividades agropecuárias, loteamentos e condomínios residenciais horizontais, condomínios verticais (desde que mantidos os mesmos padrões de densidade), empreendimentos de comércios e serviços, voltados ao uso cotidiano urbano dos bairros e empreendimentos industriais de baixo risco, estabelecidos e fiscalizados pelo governo municipal.

Os objetivos da ZIA são: manter a ocupação do solo com baixa densidade populacional e construída, preservando os recursos naturais e paisagísticos existentes e estimular e desenvolver o uso habitacional, bem como atividades empresariais de comércio e serviços de baixo risco.

6º) **Zona de Especial Interesse Ambiental (ZEIA):** partes do território situadas em Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais. São destinadas à preservação de áreas com vegetação significativa, áreas de reflorestamento e conservação, em especial da planície aluvial do Rio Embu-Mirim. Tem como diretriz principal de uso e ocupação do solo a criação do Parque da Várzea do Rio Embu-Mirim, inscrito nos limites de toda a planície aluvial do rio Embu-Mirim. O uso e a ocupação do solo serão voltados para minimizar os efeitos da degradação ambiental.

Os objetivos da ZEIA são: preservação dos recursos naturais, especialmente os hídricos, o estímulo às atividades econômicas que não prejudiquem o meio ambiente, a contenção da expansão urbana para o interior da Área de Proteção aos Mananciais de interesse metropolitano e a formação de maciços vegetais em áreas privadas, através do incentivo à compra de área para preservação e/ou recuperação da vegetação nativa.

7º) **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):** são partes do território que se destinam à recuperação urbanística, à regularização fundiária, à produção de habitações de interesse social e de mercado popular (ex: Minha Casa, Minha Vida). Para esta zona incluem-se atividades de recuperação de imóveis degradados, construção de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos para esportes e lazer, serviço e comércio de caráter local, áreas para atividade agrícola urbana e familiar. Esta zona subdivide-se em duas outras:

ZEIS 1: áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo comunidades carentes, loteamentos precários, irregulares em que haja interesse público em promover a recuperação urbanística e a regularização fundiária.

ZEIS 2: áreas com predominância de terrenos vazios situados próximos a áreas dotadas de infraestrutura, serviços urbanos e oferta de empregos, ou que estejam recebendo investimentos desta natureza, onde haja interesse público desenvolver planos de construção de habitações de interesse social e de mercado popular.

8º) Zona Central Histórica (ZCH): refere-se ao perímetro envoltório da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa - imóveis tombados pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

Os objetivos da Zona Central Histórica são: revalorizar o patrimônio histórico e seu entorno, com a aplicação de incentivos para manutenção e recuperação, potencializar a atratividade turística já existente em função da Feira de Arte e Artesanato e aproveitar a boa qualidade do conjunto arquitetônico de interesse histórico e cultural existente, promovendo a recuperação das fachadas descaracterizadas.

9º) **Zona do Centro Turístico (ZCT):** é a parcela envoltória da ZCH (Zona Central Histórica) configurando-se como um centro expandido do município, onde encontram-se atividades de uso diversos, como residências, comércio e serviços e compreende o principal trajeto turístico no município.

Os objetivos da ZCT são: potencializar a atratividade turística já existente em função do centro histórico e da Feira de Arte e Artesanato, incentivar os usos que sejam de suporte ao turismo e ao uso residencial que ali existem, adequar e dotar essa zona com equipamentos sociais, sinalização viária e informações gerais para atendimento ao turista, minimizar os conflitos existentes no sistema viário, devido aos múltiplos usos instalados, preservar, recuperar e qualificar as paisagens naturais e urbanas da região e melhorar a qualidade urbanística e ambiental no entorno do centro histórico.

10º) **Zona de Expansão Urbana (ZEU):** parcelas do território destinadas ao crescimento da mancha urbana, com padrão de uso predominantemente residencial, com a implantação de infraestrutura básica, ligando-a à rede existente.

A ZEU tem por objetivos: promover a conexão urbana entre bairros, a partir de ações voltadas para a preservação de rios e córregos, a destinação adequada dos resíduos sólidos, a criação de espaços públicos e de lazer de boa qualidade e a ampliação de oferta de moradias, de espaços públicos e de lazer na malha urbana.

O Plano Diretor (2012) destaca que para a região leste da cidade (a região administrativa leste) pretende-se garantir um estoque de áreas para o crescimento do mercado imobiliário na cidade, ao buscar a união da atividade econômica com uma melhoria da infraestrutura urbana. Assim, a proposta é de aumento do potencial construtivo ao longo das principais ruas e avenidas da região. Pretende-se estimular, desta maneira, a renovação dos imóveis existentes, permitir a construção de edifícios residenciais, comerciais e de uso misto, de acordo com parâmetros urbanísticos que facilitem futuras

adequações da infraestrutura e permitam a construção de uma cidade mais bonita e organizada.

Para a região oeste, onde está localizada a Área de Proteção Ambiental (APA) Embu Verde, o Plano Diretor (2012) destaca que existem diversas áreas de interesse ambiental, ainda com maciços da Mata Atlântica em estágio secundário de regeneração, alguns corredores de fauna e inúmeras nascentes, riachos e ribeirões. O Plano aponta, ainda, que nesta região a ocupação humana ocorre em grandes lotes com baixo coeficiente de aproveitamento. Este processo de ocupação, no entanto, não foi bem coordenado e acarretou o surgimento de áreas de mata intercaladas com áreas onde foi retirada a vegetação, o que quebrou a continuidade necessária para a manutenção da fauna e da flora nativas. A revisão do zoneamento, proposta pelo Plano, pretende criar um mecanismo que venha organizar os novos loteamentos, garantir a preservação ambiental, por meio da proteção dos maciços vegetais ainda existentes e recuperação dos corredores de fauna que atravessam os limites do município.

Para as atividades econômicas desenvolvidas hoje pelo município, o Plano Diretor pretendia apontar, de forma clara, quais atividades de serviços e indústrias são permitidas, em relação à Lei Específica da Bacia da Guarapiranga, além de determinar, com maior precisão, quais as áreas onde são permitidas tais atividades. Foram determinados novos locais para a expansão da atividade econômica do município, sempre de acordo com as exigências para a preservação ambiental. As áreas determinadas estão no bairro Santa Clara, junto ao acesso à rodovia Régis Bittencourt, e na região em torno do Jardim Mimás, única zona empresarial do município fora da área de proteção de mananciais.

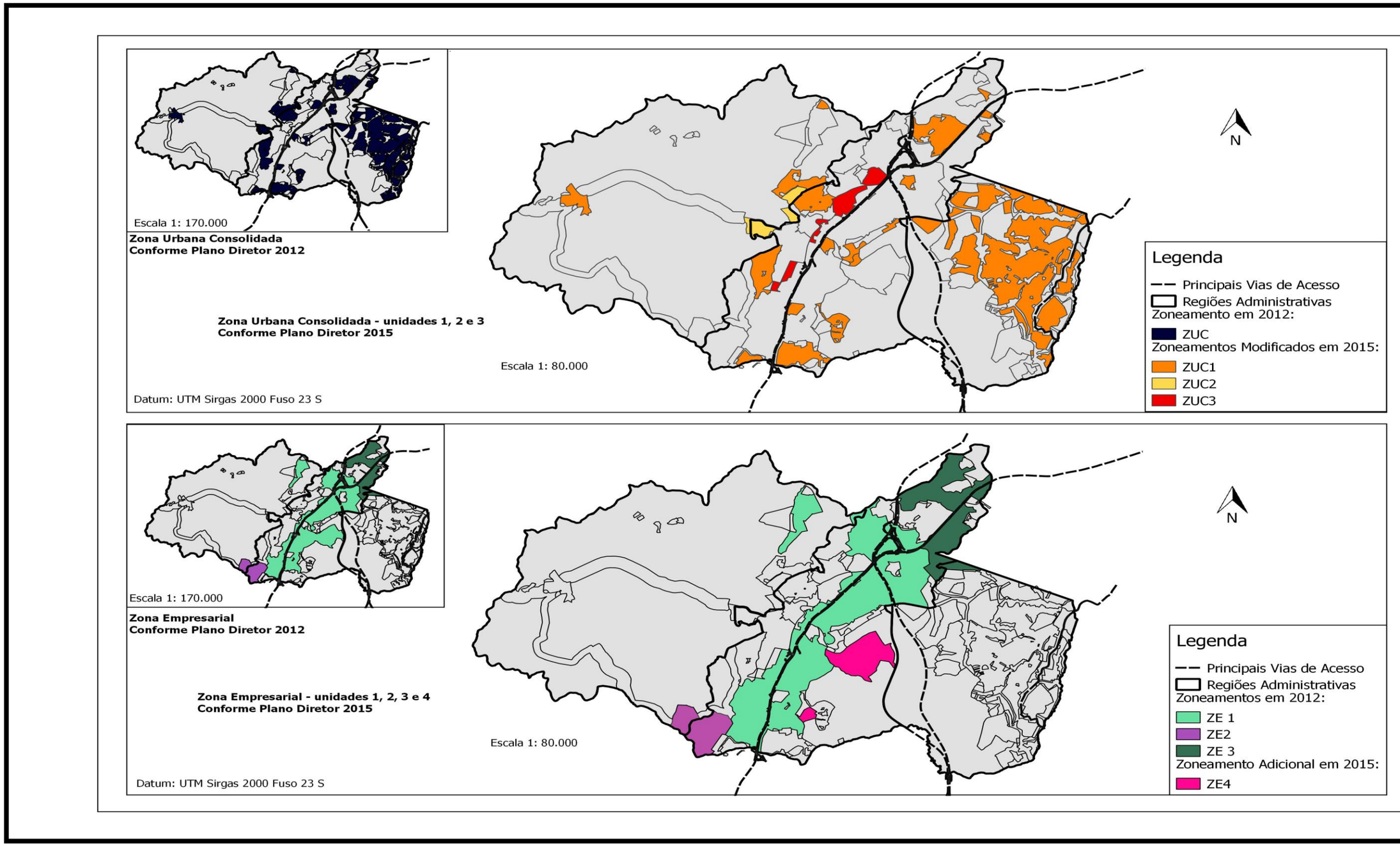
A proposta contida no Plano Diretor, que autorizou a instalação de um corredor industrial que corta a APA Embu Verde e a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Guarapiranga foi contestada por parte da sociedade civil, especialmente por ambientalistas. Relato de artigo publicado

no sitio do jornal O Estado de São Paulo (2012) aponta impactos ambientais e o processo de especulação imobiliária como efeitos deste novo Plano:

> O projeto permite ainda a verticalização, com prédios de até dez andares, em bairros que hoje só têm casas. ...Além de uma área verde importante, a APA serve de hábitat para vários animais em ameaça de extinção, como onça-parda e jaguatirica. Por ela também passará uma nova estrada, para ligar esse corredor de indústrias à Rodovia Régis Bittencourt, criando uma rota para caminhões. ...O novo "corredor empresarial" - onde poderão se instalar indústrias de "baixo e médio impacto" - compromete uma área de 2,4 milhões de m² dentro da APA, que tem 15,7 milhões de m² no total e faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo.
>
> Principalmente por causa do Rodoanel Oeste, que passa no meio de Embu das Artes, a especulação parece já ter alcançado o município: o metro quadrado em bairros como o Jardim Santa Tereza, que com a aprovação do Plano Diretor poderá ter prédios, já chega aos R$ 4 mil - antes, custava menos de R$ 100.

Em dezembro de 2015, a prefeitura propôs alterações ao Plano anterior para adequá-lo às diretrizes, objetivos e finalidades da Lei da Guarapiranga. Foram efetuadas alterações do zoneamento urbanístico anterior e criadas novas zonas urbanas. (Figura 26). O poder público justificou as alterações, pois, segundo ele, 90% do território do município estaria irregular em relação à Lei da Guarapiranga, e o legislador teria redigido o Plano sem conhecer a realidade do município. Óbvia constatação, não percebida no Plano Diretor 2012. Destacam-se as seguintes propostas de alterações:

Figura 26- Plano Diretor revisão 2015



Fonte: Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

a) Adequação do município à Lei Estadual da Guarapiranga, que visa proteger os mananciais da represa por meio da restrição de ocupação do solo e adensamento populacional. Para tal, nas áreas abrangidas pela Lei haverá ampliação de lotes mínimos para 1.000 m², quando na proposta de 2012 alguns chegavam a menos de 300m²;
b) Ajustes nas Zonas de Interesse Social – ZEIS 1 e 2: a primeira relativa ao solo já ocupado e a segunda referente à terrenos vazios;
c) Organização dos artigos do Plano Diretor relacionados aos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV);
d) Criação de Zoneamento Urbano Consolidado – ZUC, para a área central da cidade.

A proposta foi recebida com ceticismo pela sociedade civil, pois não atendeu aos seus objetivos e finalidades e, mesmo com as alterações realizadas, o Plano Diretor continua em conflito com a Lei da Guarapiranga. Pode-se notar dualidade em alguns pontos. É importante tornar obrigatório o processo de compensação ambiental para a obtenção de licenciamento para obras que excederem o limite máximo permitido, mas o Plano não tornou obrigatório que a compensação ocorra dentro do município de Embu das Artes e sim em qualquer área contemplada pela Lei da Guarapiranga.

Também duvidoso foi o aumento do tamanho mínimo de lotes em determinadas regiões, pois se por um lado irá fortalecer a proteção aos mananciais, por outro lado aumentará o coeficiente de aproveitamento dos terrenos, o que poderá contribuir para uma diminuição do total de área que deve ser preservada, infringindo a Lei da Guarapiranga.

Um ponto negativo que se pode apontar é o aumento do potencial construtivo da área ZUC 3, que engloba o entorno do centro histórico da cidade. O Plano prevê que a área poderá receber construções de grandes empreendimentos para residência, comércio ou logística, o que pode contribuir para descaracterização da área turística do município. Um aspecto

positivo foi a destinação de loteamentos para uso social, ZEIS, pois pode contribuir para redução dos custos dos terrenos e, consequentemente, combater a especulação imobiliária. Relatos dão conta da visão da população sobre o processo:

> Um ponto negativo da revisão do plano diretor em 2015 a meu ver, foi a velocidade, foi um relâmpago e ele retrocedendo o plano de 2012. Teve retrocesso. Se em 2012 teve muita disputa, teve tentativas de favorecer a especulação ... a gente conseguiu reverter, né?...
>
> A Estrada da Ressaca, em 2012 ficou preservada *prá* que eles pudessem, né, viver melhor naquela região... Aí vem o interesse... O outro interesse, né, dos galpões. Desmatou muito e eu acho que teve perda aí. E até, né... O outro lado conseguiu ter unanimidade dentro da Câmara. E aí, quando você tem, né, unanimidade, não tem ninguém pressionando do outro lado, fica muito fácil de barrar

Em setembro de 2016, a prefeitura retornou ao processo de ajuste do Plano Diretor, com novas propostas que também seriam questionáveis, pois atingiriam zonas anteriormente classificadas como de interesse social e ambiental e que passam a serem zonas de expansão urbana (para construção de residências) ou zonas empresariais. Estas alterações, aparentemente, podem favorecer a iniciativa privada. Dois exemplos destas mudanças:

a) região da avenida Rotary / Vaquejada, que passa de uma zona de especial interesse social (destinadas à recuperação urbanística, regularização fundiária e produção de habitações de interesse social e de mercado popular) e passa a ser uma zona empresarial (destinada ao uso e atividade industrial, comercial e de serviço). A região da avenida Rotary já foi bastante afetada quando da construção de galpões industriais e logísticos, como demonstrada na Figura 27. As figuras 28 e

29 demonstram o momento da construção dos galpões e os mesmos concluídos;

b) região do bairro Itatuba (área preservada com mata nativa – Figuras 30 e 31) que passa de uma zona interesse ambiental (destinada a ocupação urbana, com baixa densidade populacional, associada à preservação ambiental) para Zona de Expansão Urbana (destinada ao crescimento da mancha urbana, com padrão de uso predominantemente residencial, com a implantação de infraestrutura básica, ligando-a à rede existente). Neste caso, o que se percebe é a intenção de urbanizar a região, que é vizinha do urbanizado bairro do Jardim São Leonardo.

Figura 27- Região da avenida Rotary / Vaquejada

Fonte: Google Earth

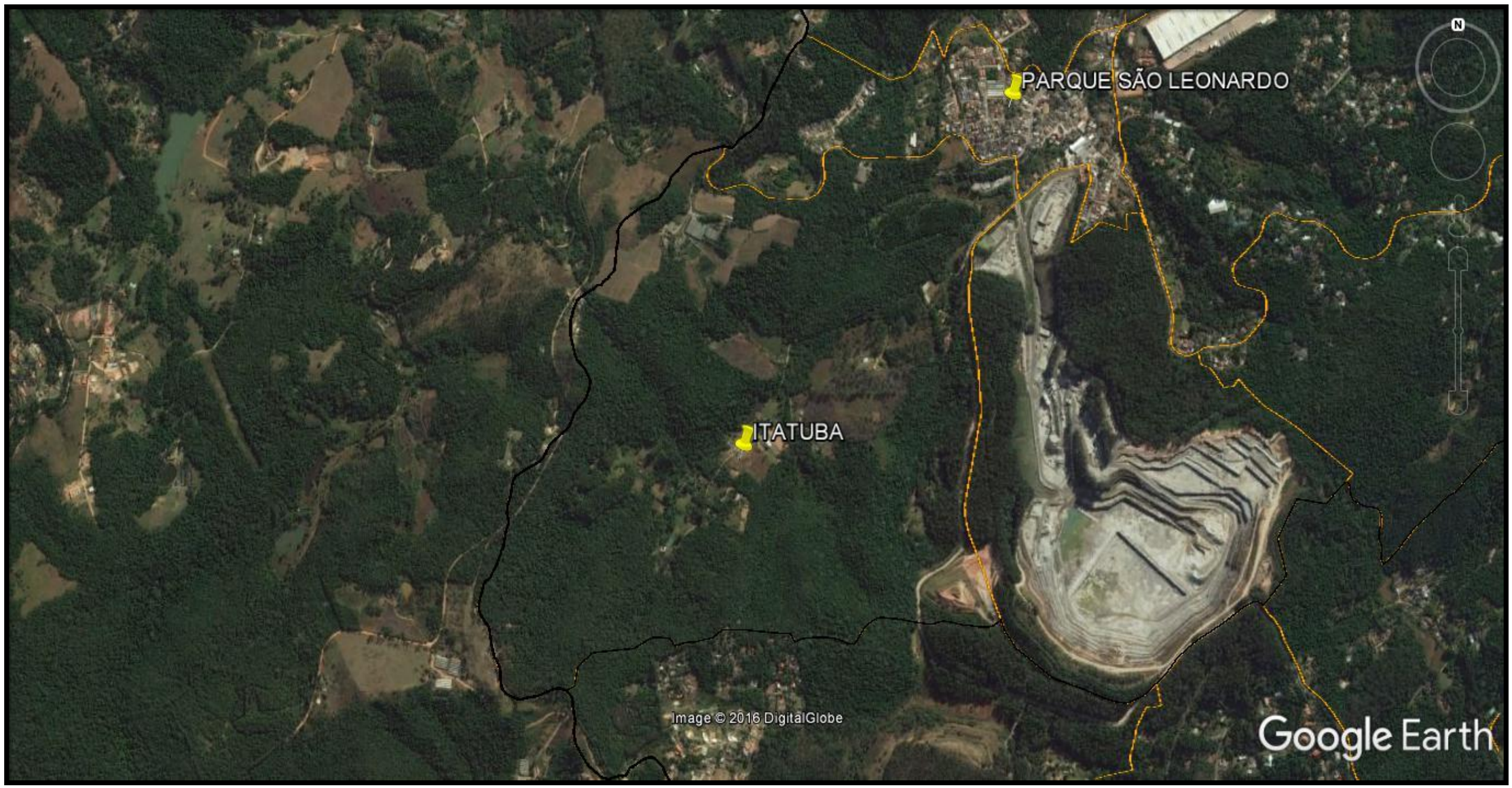
Figura 28- Avenida Rotary e construção de galpões industriais e logísticos

Fonte: Google Earth

Figura 29- Avenida Rotary e galpão construído

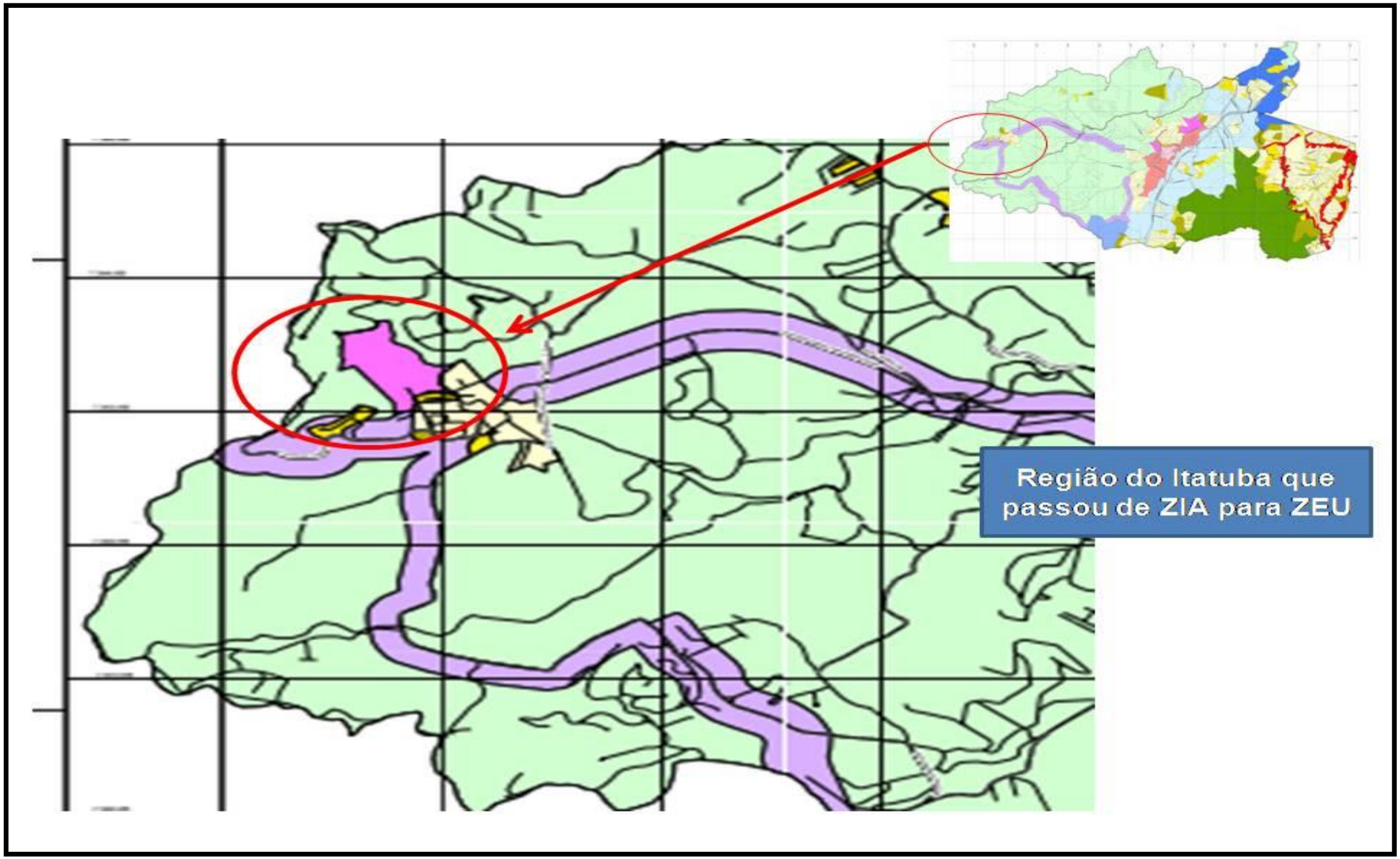
Fonte: acervo do autor

Figura 30- Região dos bairros Itatuba e São Leonardo



Fonte: Google Earth

Figura 31 – Alteração plano diretror 2016



Fonte: Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

5. Reflexões e considerações finais

São Paulo passou por um grande processo de transformação, desde o início do século XX até os dias atuais. A cidade, que tinha como papel principal o comércio, sobretudo o café, passa por uma mudança em suas funções e se transforma em importante polo industrial. Esta nova função acelerou o processo de crescimento e, como consequência, provocou um aumento de sua população. Nos anos 70, surgiu a figura da região metropolitana e a mancha urbana continuou a crescer de forma exponencial. Com a globalização dos anos 90, São Paulo se reinventa e surge um novo papel: a metrópole de serviços ou transacional. O processo de crescimento e urbanização de São Paulo deu-se, principalmente, em direção ao setor sudoeste da região metropolitana. (LENCIONI, 1998; CORDEIRO,1987; SANTOS, 1990; CARLOS, 2004, MORATO, 2004)

A expansão de São Paulo provocou efeitos nos municípios que compõem a Grande São Paulo. No início dos anos 70, Oliveira (1972) apontou que o ritmo da especulação imobiliária em Embu das Artes poderia se agravar e que deveriam ser adotadas medidas que garantissem a melhoria das condições de moradia em partes do município.

Passados mais de 40 anos, foi possível refletir sobre as transformações sócio-territoriais no município de Embu das Artes e como se desenvolveu o processo de interação do município com a dinâmica da metropolização de São Paulo. Este estudo, como reflexão para análise e guardadas as devidas proporções e considerações, pretendeu ser uma continuação do trabalho de Oliveira (1972) e teve como foco: os impactos sociais e econômicos, as transformações no espaço geográfico urbano, os processos de apropriação do espaço, os impactos no perfil da Feira de Artes e Artesanato e o surgimento de novas funções no município de Embu das Artes. Os resultados

obtidos por meio da leitura dos autores e das informações das pesquisas de campo permitiram algumas constatações.

Oliveira (1972) apontava como um risco para Embu das Artes a aprovação, à época, da Lei de Zoneamento para o município de São Paulo, que impunha inúmeras exigências às futuras construções. Afirmava a autora, que tal fato poderia fazer com que grupos dedicados ao comércio imobiliário, cujos objetivos eram meramente lucrativos, dirigissem para municípios periféricos seu foco de busca de oportunidade de novos espaços que pudessem comercializar. A especulação imobiliária em São Paulo fez com que moradores do município saíssem dos bairros onde habitavam e fossem à procura de moradia onde os custos eram menores, conforme confirmado pelo relato:

> A *galera* veio *prá* cá porque o terreno era barato, só que aqui não tinha infraestrutura nenhuma, saneamento, luz, a ônibus, entendeu?

Os custos para a moradia em Embu das Artes eram menores e a cidade se incluía no rol de oportunidades dos especuladores. A Região Metropolitana de São Paulo, portanto, se expande principalmente na direção do extremo oeste, o que provoca a conurbação (GEDDES, 1994) de Embu das Artes com o bairro paulista Capão Redondo. Como resultado, os espaços geográficos e urbanos sofreram forte impacto, inicialmente no setor leste e posteriormente em algumas regiões nos setores centro e oeste. Não existe diferença de paisagem entre o Capão Redondo e bairros da região leste de Embu das Artes, questão reforçada pelo relato:

> Na Estrada de Itapecerica, na região do piscinão do bairro Casa Branca. Se você pega uma pessoa que não conhece essa região, e você *tá* passando de carro, aí você passa ali, já *tá* ali na região do Macedônia e você pergunta pra pessoa “mudou a paisagem?” “Não”. “Pois é, nós já estamos em São

> Paulo”. Ali é o que chamamos de a tríplice fronteira, Embu, Taboão e São Paulo, tudo uma coisa só...

Em decorrência do patológico processo de expansão da capital paulista (MARTINS, 2001), ocorreu uma ocupação desenfreada em várias regiões no município. O município não foi considerado como parte de um processo maior de urbanização, de gestão urbano-regional e planejamento intermunicipal (BRAGA, 2005). O Plano Diretor (2012) em seu item Desenvolvimento Sócio e Econômico aponta, como consequências do crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, o brutal processo de urbanização e a favelização. O processo de urbanização foi caótico e sem planejamento, conforme se pode atestar pelos relatos:

> Completamente clandestino, sem controle do Estado, desordenadamente... os loteamentos eram assim, o dono da terra pegava uma cartolina, riscava na cartolina o projeto de loteamento da cabeça dele, falava para as pessoas que vinham comprar que estava aprovado na prefeitura, que *tava* tudo direitinho, mas ledo engano...
>
> Então, praticamente todos os loteamentos feitos nessa região, todos, eram clandestinos. Só o Jardim Nayara que foi feito dentro do que reza a lei 6766. O efeito foi este desastre, culpa da falta de ordenamento nenhum, cada morador construía do seu jeito...

As funções do antigo aldeamento sofreram alterações. De um espaço que servia como passagem e apoio aos antigos bandeirantes, Embu das Artes se transformou em município fornecedor de produtos agrícolas, um local aprazível para recreação e, no final dos anos 60, um importante local para turismo de compras com a Feira de Arte e Artesanato. Atualmente, se Embu das Artes fosse um bairro de São Paulo, ele poderia ser classificado como uma periferia (MARTINS, 2001; SOTO, 2008). O município também tem a sua periferia, como o bairro Jardim da Luz, localizado na região leste, onde casas foram construídas sobre leitos de rios. Nos contrastes da cidade, também

podem ser encontradas áreas com características de município de interior de São Paulo (SOTO, 2008), como o bairro Jardim Colibri, onde moradores de classe média de renda alta desfrutam de espaço confortável e ambientes saudáveis mas que fazem divisa com áreas de extrema pobreza.

Podemos, também, dizer que Embu das Artes continua com a função de município-dormitório (MIGLIORANZA, 2005; JARDIM & BARCELLOS, 2006; CAIADO, 2005; ARANHA, 2005) para atender São Paulo e isto se comprova pelo movimento pendular diário de trabalhadores e estudantes em direção à capital do estado. Também pode-se classificar Embu das Artes como um município-subúrbio e não um município do interior, conforme definição de Villaça (1980). Embu das Artes é hoje uma cidade com 75% da população classificada como de classe baixa e média baixa, segundo dados do IBGE, 2010.

É forte o processo de interação socioeconômica intermunicipal e centralidade com São Paulo. Bairros como Santo Amaro e Pinheiros, funcionam como centros regionais e polarizam áreas definidas. O município está longe de ter autossuficiência para atender os seus cidadãos, tanto por serviços públicos, como privados. Sua população, então, se desloca para São Paulo, em busca de produtos e serviços, bem como para trabalho e lazer (SANTOS, 2009), conforme confirmado por alguns relatos:

> É o costume, *pra* mim é isso, sabe? Eu convivo pra São Paulo, meu emprego está lá, meus amigos estão lá, então eu fico por lá. Aí vai comprar em Santo Amaro, que tem lojas baratas, vai comprar no Brás, vai comprar no centro de São Paulo...
>
> Quer comprar roupa em promoção? Agora tem os *outlets*, você vai até lá, mas tem loja que é muito mais cara do que a própria loja do shopping de São Paulo sabe? Então é uma ilusão...

O centro do município ainda representa uma centralidade importante. Ao comentar estudos realizados na década de 50, sobre o centro da cidade de São Paulo, Alves (2006) aponta que diferenciar centro e cidade era algo que

só existia na academia, pois a população entendia que a cidade era a centralidade, pois concentrava atividades, serviços, pessoas, riqueza e possibilidades. O centro de Embu das Artes, a região do centro histórico, atende a este tipo de concentração e está geograficamente situada no centro do município. Ele foi produzido, socialmente, como resultante das relações sociais de produção. Ao mesmo tempo, produto e condicionante das relações sociais (LEFEBRVE, 1999).

O Plano Diretor (2012) deve provocar um desdobramento, no sentido sudoeste do município e, provavelmente, criar nova centralidade. Este desdobramento, no entanto, a exemplo do que ocorreu no município de São Paulo, pode ser problemático, pois a nova estruturação estará vinculada a interesses contraditórios, principalmente no setor imobiliário e irá requerer consideráveis parcelas do orçamento público, o que provocará concentração espacial de renda e poder, em detrimento do desenvolvimento de outras regiões do município (SILVA, 2001; ROLNIK et. al., 1990). Esta nova centralidade surge, em especial, na região leste do município, e os interesses contraditórios já estão instalados conforme relato de pesquisa:

> Trouxemos uma agência do correio, depois a gente conseguiu instalar uma agência da Caixa. Aí explodiu o bairro economicamente porque começou a crescer o comércio local...
>
> Aí começou a instalação de lojas de pequeno porte, depois de médio, e agora já tem lojas de grande porte, grandes grifes aí. Todas instaladas aqui na avenida. E começou a virem outros bancos privados...
>
> Você teve uma elitização do bairro e ela não estava prevista. Ninguém imaginou que isto iria expulsar os moradores daqui, pelo contrário, o objetivo era fazer os serviços chegarem até os moradores. Só que a dinâmica do capital acabou elitizando o bairro...

Sobre a vida em Embu das Artes, não existe consenso sobre a qualidade de vida ter melhorado ou piorado nos últimos anos, em função do crescimento

do município e da sua proximidade com São Paulo. Os relatos confirmam esta divisão:

> Os aluguéis subiram muito, uma casa, há 5 anos atrás custava 600, 700 reais. Aí a pessoa fala “nossa, mas se for pagar esse preço morando aqui, prefiro ir para um lugar que tenha uma vida melhor, uma estrutura melhor”. A cidade está supervalorizada e você poderia ter com o mesmo valor, ou um pouquinho só de diferença, uma localização melhor.
>
> Era muito difícil e se você pensar, *pra* muita gente hoje a qualidade de vida é melhor do que antes. Porque hoje tem asfalto, luz, esgoto, você tem um ônibus que passa na porta, você tem bancos, um acesso a bens e serviços que há vinte anos atrás você não tinha.
>
> Diferente de um cara que mora numa chácara lá no centro, que *pra* ele a qualidade de vida é poder ouvir o canto do passarinho e tal. Ele quer ter uma paisagem de árvores e de viver com uma mata no entorno, numa outra condição do pessoal do leste. É curioso que *pra* esse cara, a qualidade de vida piorou, na visão dele, porque agora tem muita gente, muito carro, muito não sei o que, coisa que não tinha antes.

Relatos da pesquisa apontam para um processo de dicotomia existente entre as regiões oeste e centro e a região leste, o que muitos tratam como “as duas Embu’s”. O que se percebe é que pesa contra o setor leste uma ligação mais efetiva com São Paulo, o que causa questionamentos, pois o município emprega parte dos recursos para melhorar uma porção do território para moradores que não geram receitas para o município, pois mantém relações de trabalho e consumo maiores com São Paulo. Um dos respondentes afirmou que “não acha justo investir ali, eles não agregam nada do ponto de vista econômico, deviam separar como tentaram antes”. A questão que se coloca como contraponto é: existem empregos, serviços e infraestrutura do município em quantidade suficiente para manter o morador dentro do município? Um dos respondentes apontou que hoje “está desempregado, já trabalhou no Cinemark de Interlagos, em pizzarias de São Paulo, mas nunca procurou emprego *pra* cá, mais pra lá mesmo, aqui não tem emprego *pra* ele”.

Esta caracterização dicotômica, no entanto, não é verdadeira e não reflete a realidade, pois as regiões não são homogêneas e apresentam diferenciações internas. Não é difícil encontrar comunidades pobres no setor oeste, como no caso do Jardim Tomé, ou mesmo moradias de boa qualidade em áreas da região leste. Embu das Artes é um mosaico de processos de ocupação distintos e em diferentes estágios de desenvolvimento, com pobreza manifestada, especialmente, em diferentes graus, o que confirma a afirmativa de Santos (2009) para quem a pobreza é fruto do modelo socioeconômico e espacial vigente e isto se confirma por um relato obtido:

> Eu acho que primeiro... Que a diversidade... Primeiro esse negócio do “de lá e o de cá”. Tem uma falsa ideia de que... É... Assim, existe uma elite, de fato, uma elite... É... Não uma elite econômica, mas uma elite intelectual do centro, até muitas vezes pedante, e que tem essa, essa relação.

Para poder sobreviver, o sistema capitalista adota uma palavra de ordem: mudar. Novas estratégias capitalistas requerem nova paisagem social e física, que será à imagem do capital e que atenderá suas necessidades em um determinado ponto, em um determinado tempo. O espaço será transformado em mercadoria. Esta necessidade do capital, especialmente o imobiliário, conta com a colaboração do Estado, que confecciona as políticas governamentais, como os planos diretores, que objetivam a atração de empresas. (HARVEY, 1992; Harvey, 2009 apud SOJA, 1993; FRÚGOLI, 2000; SCOTT, 1988; CORDEIRO, 1987; LENCIONI, 1998).

Surgem convergências de interesses e o capital passa a pleitear, junto ao poder público, tratamento privilegiado, em relação às suas prioridades, em termos de política urbana. Como resultado, percebe-se o vale tudo em termos de uso do espaço e dos recursos públicos, o que pode parecer legítimo quando se trata da disputa por investimentos privados. O sistema capitalista não se apoia mais na forma clássica do capitalismo industrial e ocorre uma transição da economia de bens para a economia transacional, que tem como

função principal os serviços. (HARVEY, 1992; Harvey, 2009 apud SOJA, 1993; FRÚGOLI, 2000; SCOTT, 1988; CORDEIRO, 1987; LENCIONI, 1998). Alguns relatos confirmam os autores:

> Existem pessoas no governo atual que são proprietárias de imobiliárias. Os bancos não compram terrenos, não constroem prédios, eles alugam com contratos de 30, 40 anos. Todos os prédios alugados pelos bancos são de políticos ligados do governo atual...
>
> Se você for *pro* Santo Eduardo, que é um bairro periférico, com 300 mil reais numa mala, você não compra um bom imóvel com esse dinheiro. Nas avenidas, qualquer pequeno lote está 1 milhão de reais, *pra* uso comercial, né...

As propostas do Plano Diretor e suas recentes mudanças remetem ao tradicional modelo brasileiro de urbanização, onde os proprietários de terra e os capitalistas são os grupos reais de poder, que definem as realizações orçamentárias e a realização de obras de infraestrutura urbana, que são responsabilidade do poder local. Este modelo alimenta a especulação fundiária e não democratiza o acesso a terra para moradia. A valorização das propriedades imobiliárias é o motor que orienta a localização dos investimentos públicos e o poder público acaba por priorizar os interesses privados, grandes construtoras e agentes do mercado imobiliário, em vez dos interesses públicos. (MARICATO, 2002). Alguns relatos confirmam os autores:

> O processo do plano diretor foi viciado e ficou escancarado na revisão agora de 2015. Um escândalo. Flexibilizou a ZUC que virou ZUC 3 para construção de prédios na área do Parque Francisco Rizzo. Qual é o empreendimento que vai ser construído nessa área flexibilizada do dia pra noite, sem discussão com a sociedade? Uma área onde vai ter um empreendimento da maior Imobiliária da cidade! Quem é uma das proprietárias? A mulher de um político influente da cidade!

O Plano Diretor 2012 e suas alterações significam transformações no espaço e transferência de posse. Percebe-se, em Embu das Artes, um irrequieto processo de remodelagem espacial, de aumento nos custos de moradia, de expulsão de moradores, de transferência de posse e do surgimento de novos donos do poder. A forma como foram aprovadas as alterações, sinalizam para a convergência de interesses do poder público. Uma situação que chama a atenção: as pesquisas apontaram que vozes contra o Plano Diretor partiram menos de camadas da população consideradas como de média e baixa renda. Segundo Villaça (1998), em municípios-subúrbio a questão do zoneamento é menos importante e conflituosa. Foram colhidos seguintes relatos:

> Pelo estatuto da cidade, quem decide isso é o prefeito, né? Ele determina, ele é o Estado... Mas a partir de quais interesses? Olá só o que fizeram com a ZUC 3, mudaram por qual motivo? Político dono de imobiliária e cuidando do plano diretor? Uma das áreas de expansão, de adensamento é justamente a avenida que *tá* a imobiliária dele. O dono do poder é a especulação imobiliária

Nem todas as vozes discordam do Plano Diretor, como podemos ver por alguns relatos:

> São muitos os benefícios do plano. Ele vai organizar de forma constante o uso e ocupação do solo, vai corrigir invasões irregulares dando destinação a elas além de garantir criação de empregos na cidade,
>
> A qualidade de vida irá melhorar e isto será sustentável. É um processo de adequação a uma situação existente e que não é boa para a cidade, pois impede o desenvolvimento. Os impactos são imediatos e já estamos vendo o desenvolvimento.
>
> Temos a possibilidade de vir a ser um polo para abastecer São Paulo, o que vai gerar muitos emprego e renda além de aumentar a arrecadação de impostos.

O Plano Diretor de 2012 apontava especificamente que as zonas de tipo Empresarial (ZE), Corredor Empresarial (ZCE) e Especial de Interesse Social tipo 2 (ZEIS 2) seriam fundamentais para *"promover a ampliação da base de auto sustentação econômica do Município, aumentando a oferta de empregos e garantindo renda para a população local"*. No entanto a realidade dos números não permite outra constatação que seria: o aumento do emprego e renda não se concretizou até o ano de 2014 e que não foram gerados novos empregos em quantidade suficiente para manter o morador dentro do município, o que pode ser constatado pelos relatos de alguns respondentes e pela quantidade de galpões construídos para atender serviços de logística e que se encontram disponíveis para venda ou locação. Analisando dados do IBGE, verifica-se que o número de empresas atuantes no município, em 2012, era de 4.510 unidades, que empregavam 49.110 pessoas. Em 2014, o número de empresas atuantes era de 4.109 unidades (redução de 8,9%), que empregavam 50.805 pessoas (aumento de 3,5%). Por outro lado, o aumento no valor venal dos imóveis pode ser comprovado pelo aumento na arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Dados obtidos junto ao portal de transparência da prefeitura municipal indicam que o IPTU correspondia a 32,8% da arrecadação total, em 2012 e 47,5% em 2015, que correspondem a 50% da arrecadação do município. No período 2012/2015 o IPTU teve um aumento de arrecadação de 59,3%. O aumento no valor dos imóveis já reflete nos custos da moradia conforme relatos:

> A minha irmã *tá* morando lá em Cotia, porque o aluguel ficou tão proibitivo aqui no centro. Ela foi morar mais longe *pra* conseguir recompor o orçamento familiar dela. Minha irmã! Ela é uma pessoa de nível superior, imagina o impacto numa família que tem renda de salário mínimo...
>
> No Dom José uma casa de 4 cômodos, sem garagem, *tá* 900 reais o aluguel. Com garagem *tá* 1.100, 1.200. A mesma casa, há 5 anos atrás custava 600, 700 reais.

> O poder público empurra o povo 'mais *pro* fundo', o aluguel está empurrando o pessoal *prá* morar em bairros mais afastados...uma casa com quatro cômodos na cidade tem o valor médio de aluguel entre R$ 800 e R$ 1.200 e estava em R$ 600 há três anos...

O Plano Diretor (2012) reconhece a importância do turismo, ao apontar que a imagem pública e a tradição artística, que conferem ao município grande potencial nos setores de comércio e serviços, devido à sua proximidade da metrópole e às suas características urbanas com patrimônio ambiental, cultural e histórico relativamente preservadas, favorecem o município para receber consumidores ou exportar produtos locais.

O grande incentivo ao turismo é a Feira de Arte e Artesanato, que ocorre há mais de 40 anos e atrai visitantes da capital do estado, de todo o Brasil e do mundo. O Plano Diretor reconhece a importância das tradições, mas entende que não deve empreender no setor de turismo, pois seria competência da iniciativa privada. A função turística não foi tratada como atividade prioritária, como podemos ver por alguns relatos:

> Temos uma vocação, identidade: o turismo e ela é histórica. Desde o século XVI, quando de sua fundação, o município convive com a natureza e com a arte – e, como uma consequência direta, com o turismo. Vocação é uma tendência, predestinação e ela vem de sua história. São quase cinco séculos de percurso, no Embu das Artes...

> O poder público afirma que turismo é de responsabilidade da iniciativa privada não cabendo, portanto, atrair a atividade... Mas indústria e logística também são iniciativas privada e as propostas do plano estão atraindo e incentivando empreendimentos neste sentido...

Mas há também aqueles que entendem que o turismo não deveria ser prioritário, segundo os relatos:

> Em nenhum momento o turismo deixou de ser considerado, o próprio corredor empresarial, contemplou essa possibilidade.
>
> O que falta, são interessados privados para investir no turismo. Existe uma distância muito grande, entre nossas expectativas e darmos viabilidade econômica aos futuros investidores, mas a possibilidade existe.
>
> Não podemos confundir, vocação com uma competência pela qual uma cidade ficou conhecida. Os protagonistas de cultura, arte, turismo e gastronomia, representam uma parcela pouco representativa, dentre os 240.000 habitantes existentes no município.

A nova função priorizada pelo Plano Diretor é a de serviços logísticos, para atender à demanda de São Paulo. No entanto, questiona-se a quantidade de riqueza que a logística pode gerar, quando comparada com o setor de turismo. Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) apontam para a importância do turismo e seu impacto social, com aumento de emprego e renda: a cada US$ 7 mil gastos, por ano, por um turista estrangeiro, mantém-se um emprego direto. Nas indústrias de ponta são necessários cerca de US$ 350 mil para a geração de um emprego direto, enquanto que no setor hoteleiro bastam US$ 15 mil. O turismo provoca aumento dos investimentos e modifica, de forma positiva, o uso da terra e a estrutura econômica das áreas de destino (CARVALHO, 2001). Munford (1982) aponta que o quase provável abandono de uma função antiga (vocação antiga nas palavras do autor) é parte do processo de evolução do sistema capitalista, quando a principal condição para o sucesso pecuniário é o desprezo pelo passado, por ser fato consumado e adoção do novo, pois ele é uma oportunidade de empreendimento e, sobretudo, lucro.

O turismo cultural e de compras proporciona que inúmeros excursionistas visitem o município a cada final de semana. A atividade do turismo tem um peso importante na arrecadação de impostos do município, especificamente o Imposto Sobre Serviços (ISS). Os números da prefeitura não apontam, separadamente, o total de ISS arrecadado apenas pelo turismo, mas estima-

se que em 2015 a receita auferida tenha se aproximado de R$ 10 milhões, quase 20% do total da arrecadação do ISS. Esta estimativa, conservadora, baseou-se em dados reais de municípios do mesmo porte de Embu das Artes e que também tem no turismo uma importante fonte de receita, mas que não contam com o atrativo de uma Feira de Artes e Artesanato.

> Por que atrair logística, que gera poucos empregos, ao invés da “indústria do turismo”? A resposta do governo é que haverá o aumento na arrecadação de IPTU e geração de emprego, mas o que não se diz é que muitos ganharão com o processo de especulação imobiliária e com as contribuições para futuras campanhas eleitorais.
>
> Turismo, serviço e comércio geram, eu garanto, 70 e 80% dos empregos na cidade. Não são as fábricas que geram empregos. Quem *tá* gerando muito emprego na cidade tá sendo jogado às traças.

A Feira de Artes e Artesanato representa uma função importante para o município, mas esta importância não se reflete no total da sua população. Um sentimento de não pertencimento é uma realidade para parte dos moradores de Embu das Artes, principalmente os que habitam a região leste do município. Alguns relatos:

> E aí, por exemplo, a questão da Feirinha... por que que você vai na Feirinha? A Feirinha é um lugar de turista, então os preços são caros, não são acessíveis pra quem trabalha e ganha um salário mínimo...
>
> Quem pega ônibus, raramente vai até a feirinha *pra* ficar olhando e poder gastar. Quem tem carro já tá trabalhando num trabalho melhor, já tem melhor condição, já pode chegar lá e falar “eu vou comer nesse restaurante caro mesmo”...

A Feira é alimentada por São Paulo e de lá provêm a maioria dos visitantes, segundo informações extraoficiais, recebidas do sindicado dos artesãos. Uma mudança refere-se à modificação no perfil dos visitantes que a frequentam, mas que é encarada como uma decorrência de mudanças na sociedade e na

melhora do poder aquisitivo. Esta mudança de perfil permitiu que, além da venda da produção artesanal, aumenta a procura por produtos industrializados, que muitos artistas chamam de *industrianato*. No entanto, relatos sinalizam que a prática da revenda é inerente das feiras de artesanato, mas que o processo de revenda ganhou força nos últimos anos, no caso de Embu das Artes, por conta da mudança no perfil do visitante. Alguns relatos dão conta da situação:

> Antigamente, começo de 80, as pessoas chegavam de carro, sempre teve ônibus, mas era impossível, ninguém vinha de ônibus. Quem tinha carro era rico e consumia arte. A sociedade era outra. Quem vem agora, também consome, mas não arte. *Tá* misturado...

> Feira de artesanato pura? Não existe... se você vê uma Feira nascendo, seja na rua, sempre tem revenda. Aqui, nos anos 80 não era tão descarado, 80, 70 por cento era artesanato. Tinha o que chamam hoje de *industrianato*, mas tinha menos, depois com o crescimento foi se desvirtuando. Hoje em dia, não sei talvez quem produza deve ser menos da metade...sabe como é, mudou o perfil do turista...

Relatos de pesquisa revelaram que a origem da Feira se deu por uma necessidade do município, que não tinha fábricas e necessitava gerar riqueza. A Feira foi uma forma de atrair turistas. Em 1964, organizou-se o primeiro Salão de Artes Plásticas de Embu das Artes. Em 1969, a prefeitura estabeleceu, oficialmente, a Feira, com testes de qualidade dos artesãos e para que não fossem comercializados produtos industrializados. Durante todos estes anos, a Feira atendeu às expectativas e movimentou a economia local, mas em 2009, segundo relatos, a prefeitura tentou acabar com a Feira na praça, onde permaneceriam apenas os ateliês e os restaurantes.

A atuação dos artistas e comerciantes foi importante para impedir o encerramento, pois entenderam que sem a Feira o movimento cairia muito e afetaria toda a economia local. Relatos apontam para um futuro incerto da

Feira e que investimentos em seu setor seriam melhor para o município do que a proposta do Plano Diretor por uma nova função:

> Sou cético quanto ao futuro. A sociedade, o artesão tem muita força, que é o que mantém essa feira no Embu...isto acontece em todos os lugares, artesãos chegam, descobrem o lugar e o fazem comercialmente viável e aí vem um cara e diz que o evento cultural já não serve mais...e aí se apropria do espaço...talvez venha acabar a feira, eu tenho essa sensação...
>
> Tem altos e baixos, mas eu acho que, em média, a qualidade do artesanato do Embu, ela é boa...No Recife tem uma praça lá famosa pelo artesanato, mas não chega nem a 10% do que é o Embu num fim de semana. E muita repetição, muito material igual, pega turista. No Embu não tem só pega turista...

Embu das Artes não ficou imune ao crescimento de São Paulo e tem-se como efeitos o crescimento populacional e a ocupação de terrenos, por parte da população menos favorecida, dentro de um processo caótico de especulação imobiliária. Esta ocupação ocorreu, em grande parte dos casos, sem respaldo técnico e sem políticas públicas adequadas, o que agravou o adensamento populacional que fez com que o município compartilhasse características comuns às grandes periferias das cidades brasileiras: transporte público deficiente e localização distante dos postos de trabalho. A cidade se tornou um local longínquo, um local de forte segregação socioespacial.

A produção do espaço local segue os mesmos moldes aplicados em São Paulo que, por sua vez, seguiu fórmulas aplicadas ao redor do mundo, onde a estratégia básica é a existência da propriedade privada do solo. O estado e o capital trabalhando em parceria. A propriedade privada do solo é um dos fundamentos da desigualdade socioespacial verificada em Embu das Artes, pois é ela quem dita o processo de transformação urbana (ALVES, 2011), conforme alguns relatos:

> Se você pega toda a região lá de Itatuba, do Ressaca que está sendo atingida para instalação de galpões de logística, quem é a principal imobiliária que atua naquela região? Imobiliária Porta Nova. Ou seja, todo o processo de flexibilização do meio ambiente, né... Pra instalação de galpões de Logística, pra instalação exatamente... Pra fazer o anel, né... Que liga aqui com a BR 116 e tal, ele montou um corredor aqui, né...
>
> Existem pessoas no governo atual que são proprietárias de imobiliárias. Os bancos não compram terrenos, não constroem prédios, eles alugam com contratos de 30, 40 anos. Todos os prédios alugados pelos bancos são de políticos ligados do governo atual.

O crescimento populacional de Embu das Artes se arrefeceu até o ano de 2010, muito embora ainda tenha sido superior ao de São Paulo. Segundo o IBGE, a taxa de crescimento populacional, que foi de 34,01% no período dos anos 50 até os anos 70, caiu para 7,37% do início dos anos 80 até 2010. São Paulo registrou taxa de 2,80%, do início dos anos 80 até 2010. Este menor crescimento populacional pode ser explicado por um processo de reversão da polarização, ocorrido na Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo Lobo et al (2008), a reversão da polarização no estado de São Paulo dava sinais entre 1970 e 1980 e, para os autores, a concentração continuada leva a uma perda da eficiência econômica e a uma deseconomia de aglomeração, que surgem como fruto do aumento da criminalidade e da marginalidade, da elevação no preço médio da terra e do aumento do custo de vida, devido aos valores crescentes de transporte e habitação, explicados em parte pelo aumento do preço da terra. Neste processo, ocorre uma mudança na tendência de polarização espacial, a partir da qual ocorreria a dispersão espacial para fora da região central. Esta reversão de polarização ocorre em etapas.

Na primeira etapa, ocorre o processo de concentração econômica com o estabelecimento de centro e periferia. Na etapa seguinte, surgem transformações estruturais no centro e as áreas adjacentes passam a crescer mais do que o centro. Na terceira etapa, a polarização é invertida, ocorre uma

dispersão nos centros secundários e a área central também começa a perder população. Complementam os autores supra que, à medida que as oportunidades de emprego começam a expandir-se mais rapidamente para fora da principal área metropolitana, a população residencial tenderá a redistribuir-se ao longo de todo o sistema urbano, refletindo as crescentes vantagens comparativas das cidades secundárias.

Os fluxos de capital e de trabalho começam a convergir para fora da metrópole central até cidades secundárias e induzem taxas relativamente mais rápidas de crescimento econômico e demográfico. Ao descreverem o processo de reversão da polarização ocorrida em São Paulo, os autores apontam ser essencial atenção às cidades secundárias, que desempenham papel fundamental na economia e no desenvolvimento de determinadas regiões, e que alguns serviços específicos tendem a se instalar em centros médios (LOBO et al, 2008). Desta maneira pode-se compreender a proposta do plano diretor que incentiva a instalação de serviços de logística no município e que possibilitará o surgimento de uma nova função e desta forma, apontar Embu das Artes como o novo porto seco de São Paulo.

Estudos apontam que existem outras soluções para municípios como Embu das Artes. Analisando o crescimento das cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Lobo et. Al. (1980) constataram sinais positivos quanto aos ganhos de autonomia econômica, principalmente dos municípios que estão mais próximos à capital e que possuem maior peso demográfico.

Estes municípios absorveram maiores parcelas de trabalhadores e crescimento na oferta de postos de trabalho, com maiores requisitos de qualificação e/ou especialização, em especial, nos setores de prestação de serviços e de comércio varejista. No caso de Embu da Artes a proposta dos autores poderá não ter efeito pois, o setor de logística gera poucos empregos em razão de seu elevado grau de automação e empregos, quando gerados, não exigem alta qualificação. (LOBO et al, 1980)

Outra possibilidade para o município é o planejamento intermunicipal, defendido por Bonduki (2011), quando da análise do modelo de desenvolvimento urbano do município de São Paulo. Segundo o autor, é necessário conter o crescimento horizontal do município e proibir o parcelamento, a partir de uma linha limítrofe da área já urbanizada, que envolve os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com o objetivo de consolidar o cinturão verde e impedir a conurbação integral com os municípios.

A linha limítrofe seria o Rodoanel, que deveria ser a barreira de contenção deste crescimento urbano e que o cinturão verde deveria ser ocupado com atividades produtivas e rentáveis, de caráter complementar à metrópole, com atividades compatíveis à preservação ambiental. Uma proposta de pagamento aos municípios que adotassem este cinturão verde deveria ser estudada de forma séria e funcionaria como compensação pela manutenção destas áreas sem ocupação urbana. (BONDUKI, 2011)

O Estado foi omisso quando o olhamos suas áreas verdes que deveriam ser preservadas. O Plano Diretor de Embu das Artes reconheceu problemas quanto à preservação ambiental e da pressão sobre os maciços verdes, em função do crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, mas as propostas do plano diretor de 2012 e as alterações de 2015 e 2016 estão longe de uma preocupação real.

A lei de zoneamento foi alterada para permitir, por exemplo, a verticalização em áreas do centro histórico, quando da alteração zoneamento para ZUC 3, e a construção de uma nova estrada, que liga um corredor de indústrias à Rodovia Régis Bittencourt e forma uma rota para a criação de um corredor empresarial, que ficará dentro da APA Embu Verde. Embu das Artes situa-se na direção do crescimento da metrópole de serviços em que se transformou São Paulo e, neste contexto, as rodovias que cortam o município são importantes, o que faz crescer a concentração de empresas de serviço, como os de atividades logísticas que, para se instalarem, cortam os morros.

Embu das Artes é, portanto, um exemplo vivo do que se entende por produção desordenada de espaço, típica da forma capitalista de produzir espaço. Não se pode classifica-la categoticamente como periferia, subúrbio, município-dormitório e sim que ela é um pouco de tudo dependendo de qual espaço produzido estamos tratando. O Plano Diretor de 2012 e suas alterações posteriores são uma obra de ficção. Todas as plenárias desenvolvidas com a participação da sociedade civil que geraram as propostas que expressavam o desejo popular não são ou não foram atendidas quando da implementação do plano. O que se tem é uma enorme diferença entre o que desejava a sociedade civil e o que desejava o capital. As ações implementadas atendem em sua grande parte aos desejos do capital. Todo este processo ocorre com a benção do Estado que se rende à pressão e interesses do capital.

Harvey (2009 p.9, apud PARK, 1967) destaca que:

> Uma cidade é a tentativa mais consistente do homem e a mais bem-sucedida como um todo, para refazer o mundo em que se vive o mais próximo de seu desejo íntimo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo no qual ele está condenado a viver. Assim indiretamente, e sem qualquer clareza da natureza da sua tarefa, fazendo a cidade o homem refez a si mesmo.

Considerando a assertividade de Park, podemos colocar em pauta o tipo de cidde que queremos construir e as respostas não podem estar dissociadas de algumas questões: que tipo de pessoas nós queremos ser? Que relações sociais e humanas nós queremos desenvolver? Qual será a nossa relação com o mundo natural? Que tipo de vida nós almejamos? Ter direito à cidade não é apenas poder visita-la ou poder retornar, mas sim ter o direito renovado para a vida urbana (LEFEBVRÉ, 2013). Este direito vai além do que já existe, pois é um direito de mudar a cidade, de forma a atender os desejos de seus habitantes e que a eles seja garantido um importante direito humano: a liberdade de fazer e refazer a sua cidade. (HARVEY, 2009)

Referências

ALVES, G.A. *A lógica e os embates na produção da cidade: o caso de São Paulo.* Revista Electrónica de Geografia Y Ciências Sociales, Vol.X, nº. 218 - Universidad de Barcelona, 2006. < disponível em http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-44.htm > .

ALVES, G.A. *A segregação socioespacial na metrópole paulista.* GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 33 - 42, 2011. < disponível em http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74203 , acessado em 13/09/2015>

ARANHA, V. *Mobilidade pendular na metrópole paulista.* Revista São Paulo em Perspectiva, v.19, n.4, p.96-109, out. /dez.2005.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos da metodologia: um guia para a iniciação científica.* São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BONDUKI, N. *O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido*. Revista Estudos Avançados – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BRAGA, R. *Cidades Médias e Aglomerações Urbanas no Estado de São Paulo: Novas Estratégias de Gestão Territorial.* In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina; Universidade de São Paulo; São Paulo; 20 a 26 de março de 2005.

BRANT, V.C. *Morar em São Paulo*. In: BRANT, V.C. (coord.) São Paulo: trabalhar e viver. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz/Brasiliense, 1989.

CAIADO, M.C.S. *Estruturação intraurbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v.22, n.1, p.55-88, jan/jun. 2005.

CARLOS, A.F. *São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro.* In

CARLOS, A.F; OLIVEIRA, A.U. (Org.) Geografias de São Paulo. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, A.F. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, C.L. *O mercado doméstico e o mercado receptivo internacional*. Palestra proferida durante seminário Turismo no Brasil – Rumos e Desafios para o Século 21, promovido pelo jornal Valor Econômico, São Paulo, junho 2001.

CAVALCANTE, R.B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M.M.K. *Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método.* Revista Informação & Sociedade: Estudos, v.24, n.1, p. 13-18. João Pessoa, jan./abr. 2014.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO (METRÔ). *Pesquisa Origem e Destino 2007*. < disponível em http://www.metro.sp.gov.br/metro/numeros-pesquisa/pesquisa-origem-destino-2007.aspx, acessado em 17/08/2014 >.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. *PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado* < disponível em https://www.pdui.sp.gov.br/região metropolitana de Sâo Paulo/ , acessado em 28/11/15 >.

CORDEIRO, H.K. *Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro.* Boletim de Geografia Teorética, anos 16-17, nº 31-34, Rio Claro, 1987 < disponível em http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/tegal1/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/OSPRINCIPAISPONTOSDECONTROLEDAECONOMIA.pdf acessado em 07/07/15 >.

CORRÊA, D.S. *O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVIII a 1828*. Departamento de cultura da prefeitura do município de Itapecerica da Serra, 1999.

CORRÊA, R.L. *Estudos Sobre a Rede Urbana.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAVIDOVICH, F; LIMA, O.M.B. *Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil*. IBGE - Revista Brasileira de Geografia, ano 37, nº 1, p. 3-84, jan./mar. Rio de Janeiro, 1975. <disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n1.pdf , acessado em 26/06/2015 >

ESTATUTO DO MUNICÍPIO. 3ª ed. Brasília, 2010 < disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2444/estatuto_cidade_3ed.pdf?sequence=5 acessado em 25/06/13 >.

EMTU. *Itinerários e tarifas.* < disponível em http://www.emtu.sp.gov.br/sistemas/linha/resultado.htm?pag=buscaempresa.htm&operadora=7373&regiao=256, acessado em 21/05/16 >.

ESTADÃO. *Corredor industrial ameaça reduto de Mata Atlântica no cinturão verde de SP*. Artigo publicado no sítio do jornal O Estado de São Paulo em 17/04/12 < disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,corredor-industrial-ameaca-reduto-de-mata-atlantica-no-cinturao-verde-de-sp,862261,0.htm acessado em 25/06/13 >.

ESTATUTO DAS CIDADES. *Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Câmara dos Deputados < disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-norma-pl.html acessado em 12/12/15 >.

GEDDES, P. *Cidades em evolução*. São Paulo: Papirus, 2006.

GEORGE, P. *Diccionario Akal de Geografía.* Madrid: Akal Ediciones, 2004.
GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar.* Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOUVÊA, R. G. *A questão metropolitana no Brasil*. São Paulo: Editora FGV, 2005.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, *A liberdade da cidade.* Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo nº 26, pp 09-17. São Paulo, 2009

IBGE. *Censo 2010.* < disponível em http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351500&idtema=79&search=sao-paulo%7Cembu-das-artes%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais--, acessado em 07/05/14 >.

IBGE. *Estatísticas do cadastro central de empresas 2013*. < disponível em http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351500&idtema=142&search=sao-paulo|embu-das-artes|estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas-2013, acessado em 23/05/14 >.

JARDIM, M. L.; BARCELLOS, T.M. *Mobilidade populacional na RMPA nos anos 90.* In *São Paulo em perspectiva - Movimentos migratórios nas metrópoles*. v.19/ nº.4. Fundação SEADE. Out-Dez 2005. < disponível em http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v19n4.pdf , acessado em 27/02/16 >.

JORDÃO, M.F. O *Embu na história de São Paulo.* Publicado e patrocinado pela prefeitura de Embu das Artes. 1960.

KOTLER, P. et al. *Marketing Público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países.* São Paulo: Makron Books, 1994.

LANGENBUCH, J.R. *A estruturação da grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica – Rio de janeiro, 1971.

LEFEBVRÉ, H. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRÉ, H. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro Editora, 2013.

LEMOS, A.I.G. *Um exemplo de processo de metropolização recente na periferia da grande São Paulo: o município de Itaquaquecetuba.* Tese de Doutorado Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

LENCIONI, S. *Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais*. Revista do Departamento de Geografia, nº12, p.27-42. São Paulo, 1998. < disponível em http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53733 acessado em 16/10/15 >.

LOBO, C et al. *Acessibilidade e mobilidade espaciais da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte: análise com base no censo demográfico de 2010.* < disponível em http://www.scielo.br/pdf/cm/v15n30/2236-9996-cm-15-30-0513.pdf, acessado em 15/05/16 >.

LUCHIARI, A. *IBGE aponta melhoria da qualidade de vida em Embu das Artes.* Artigo publicado em 28/11/2011 < disponível em http://embudasartes.sp.gov.br/noticia/ver/4272, acessado em 08/06/14 >.

MARICATO, E. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.* In ARANTES, O; VAINER, C e MARICATO E. *O município do pensamento único*. 3ª ed. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

MARTINS, J.S. *Periferia revisitada.* Revista Espaço & Debates. São Paulo, 2001.

MELO, M.A.; FRANCO, M.I. (coord.). *Atlas Socioambiental de Embu*. Embu: Prefeitura da Estância Turística de Embu, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIGLIORANZA, E. *Condomínios fechados: localizações de pendularidade. Um estudo de caso no município de Valinhos, SP.* Dissertação (Mestrado em Demografia) Unicamp. Campinas – 2005.

MORATO, R.G. *Análise da qualidade de vida urbana no município de Embu/SP.* Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

MOTIM, B.M.L.; FIRKOWSKI, O.L.C.F.; ARAÚJO, S.M.P. *Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores - a indústria automobilística no Paraná.* Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (88), 2002. < disponível em http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-88.htm , acessado em 30/04/15 >

MUNFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1982.

NADALIN, V.G.; IGLIORI, D.C. *Evolução urbana e espraiamento na região metropolitana de São Paulo*. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Rio de Janeiro; abril, 2010.

NEPO/UNICAMP-EMPLASA. *O fenômeno da mobilidade pendular da macrometrópole do estado de São Paulo: uma visão a partir das quatro regiões metropolitanas oficiais.* São Paulo, 2013.

NETTO, Alexandre Annenberg. *Infovias.* In Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2008. CGI.br - Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo, 2009. < disponível em http://www.cgi.br/publicacao/infovias/ , acessado em 05/08/2016 >

OJIMA, R.; SILVA, R.B.S.; PEREIRA, R. H. M. *A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira*. < disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/.../comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf, acessado em 04/07/2016 >

OLIVEIRA, M.N.L. *Embu e sua participação no conjunto da faixa periférica da metrópole paulistana.* Dissertação de Mestrado em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo, 1972.

O`NEILL, M.M. *Rede urbana*. In. Redes Geográficas – IBGE < disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47603_cap6_pt1.pdf acessado em 07/07/2015)

PENTEADO, A.R. *Os subúrbios de São Paulo e suas funções.* In AZEVEDO, A (Org.). *A cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana – os subúrbios paulistanos.* Volume IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1958.

PETRONE, P. *Aldeamentos Paulistas.* EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo – São Paulo, 1995.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES. *Plano Diretor 2012*. < disponível em http://www.embudasartes.sp.gov.br/e-gov/paginas/plano_diretor/, acessado em 25/06/13 >.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES. *Plano Diretor* < disponível em http://www.embudasartes.sp.gov.br/secretaria/pagina/meio_ambiente/213 - acessado em 25/06/2014 >.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES. *Cartilha do Plano Diretor de Embu das Artes* – Volume 1. 2011 < disponível em http://www.embudasartes.sp.gov.br/pagina/ver/1159 acessado em 23/08/2014 >.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES. *Portal da transparência – Orçamento.* < disponível em https://embudasartesapx2.giap.com.br/apex/embu03/f?p=648:2:0:::2:P2_VISAO,P0_AREA_ID,P0_SUBA_ID:21,21,22, acessado em 22/06/16 >.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES. *IBGE aponta melhoria da qualidade de vida em Embu das Artes.* < disponível em http://embudasartes.sp.gov.br/imprimir/ver/4272, acessado em 22/05/16 >.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES. *Transporte municipal.* < disponível em http://embudasartes.sp.gov.br/secretaria/pagina/transito_transporte/240, acessado em 21/05/16 >.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *O município em mapas.* < disponível em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/dinamica_urbana/; acessado em 04/04/16 >.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Secretarias e subprefeituras.* < disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=14894 – acessado em 22/05/2015 >.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *São Paulo Turismo* < disponível em http://www.sp-turismo.com/grandesp.htm, acessado em 14/05/16 >.

ROLNIK, R.et al. *São Paulo: crise e mudança.* São Paulo: Brasiliense, 1990

ROSA, M.; BRANCO, M.L.G.; FIRKOWSKI, O.L.C.F. *Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos*. Revista São Paulo em Perspectiva, v.19, nº 4, p.121-123, out.dez.2005 < disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400008, acessado em 04/07/2016 >

SANTOS, M. *Metrópole corporativa e fragmentada. O caso de São Paulo.* São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo. Edusp, 2013.

SANTOS, M. *São Paulo, metrópole internacional do terceiro mundo.* Revistas USP, 1990 < disponível em www.revistas.usp.br/rdg/article/viewFile/53676/57639 acessado em 16/10/15 >.

SCARLATO, F.C. *População e urbanização brasileira*. In ROSS, J.L.S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SCOTT, A.J. *New industrial spaces. Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe*. London: PION, 1988.

SILVA, E.A. *Divisão espacial e diferenciação social no Embu*. Monografia de bacharelado em geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2001

SOTO, W.H.G. *Subúrbio, periferia e vida cotidiana.* Estudos Sociedade e Agricultura, abrIL/2008, vol. 16 no. 1, p. 109-131. < disponível http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/298 , acessado em 07/07/2015 >

SPÖRL, A.; SEABRA, O. C. L. *A Lei de Proteção aos Mananciais versus a Prática de Ocupação na Bacia do Guarapiranga.* Revista do Departamento de Geografia, n.11, p.113-133, 1997

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

YIN, R.K. *Case study research: design and methods.* California: Sage, 1994.

Apêndice A – Roteiro de pesquisa

1º) A dinâmica transformadora em Embu das Artes

a) Como vê / entende a relação do crescimento da metrópole e os impactos no município?
b) Qual foi o grande agente transformador ou fator preponderante que determinou o crescimento de Embu das Artes? Em que período isto ocorreu?
c) Como as dinâmicas do crescimento da RMSP alteraram o município? A metrópole cresceu e afetou o município provocando mudanças na paisagem urbana?
d) Quais os efeitos deste crescimento da metrópole no município?
e) Qual a necessidade de mudar o nome da cidade? Qual o benefício para o município e para seus habitantes?

2º) A questão do uso do espaço em Embu das Artes

a) Quem está no comando quando se trata da forma como se dá o uso do uso do espaço do município? Quais são os sinais disto?
b) Existem movimentos especulativos de compra de terras nos últimos anos? Se sim em que período? Ainda existe movimento especulativo? O novo plano diretor colabora para este movimento especulativo?
c) Como a nova dinâmica na forma de ocupação do espaço alterou o município? É bom ou ruim?
d) Existe algum movimento de expulsão dos moradores?

3º) A vida em Embu das Artes

a) As transformações na paisagem urbana e na vida social - analisar como era a vida social, as tradições, a vida cultural, a relação com as pessoas, a

relação do trabalho com o lugar, a relação das pessoas com o município – importante considerar aqui a visão dos autóctones e dos que vieram chegando depois.

b) As tradições do município? O que aconteceu com elas? Como se deu o diálogo entre Embu das Artes com a metrópole? Como a metrópole absorve/engole o que é tradição? Qual a necessidade do tombamento? Por que isto ocorreu? Para preservar o aldeamento? Foi em função do turismo e do patrimônio histórico?

c) Os habitantes estão satisfeitos com a vida no município atual? Sim ou não por quais motivos? Melhorou ou piorou em relação ao passado?

d) Existe uma divisão entre duas Embus? (a dicotomia) Existe um sentimento de não pertencimento por parte dos moradores do lado leste do município?

e) Existe um sentimento de Embu ser um município com tradições? Existe sentimento de ser um subúrbio ou periferia?

4º) A feira de artesanato

a) O que era a feira de artesanato? O que é a feira hoje? O que será da feira no futuro?

b) O quanto a indústria do artesanato influiu no processo de descaracterização da feira? Como se dá o processo de ingresso de um novo expositor?

c) Quem alimenta a feira de artesanato? Como se dá a articulação desta feira com a metrópole?

5º) O novo Plano Diretor

a) Como foi que transcorreu o processo de aprovação do PD? Como foi a participação da população no processo?

b) Quais são os benefícios que Embu das Artes colherá com a implantação deste plano diretor? Estes benefícios já podem ser sentidos? Que fatos comprovam estes benefícios? Quando estes benefícios poderão ser percebidos?

c) Já podem ser sentidas mudanças no uso de espaço? O que tem acontecido? Quem saiu perdendo e quem saiu ganhando com o novo PD? Quais as principais críticas? Quais os principais ganhos? Quais são os fatos que comprovam mudanças?

d) O PD potencializou a transformação do espaço em mercadoria? Que mudanças isto tem acarretado para a vida das pessoas?

e) Existem críticas quanto às propostas do novo plano diretor especificamente quanto à pouca atenção que ele dá para o turismo. Qual sua opinião sobre estas críticas e porquê?

Apêndice B – Un. Administrativas Oeste (dados demográficos)

Unidade Administrativa	Bairro	População	Domicílios	Área Total	Habitantes / Domicílios	Habitantes / Km2	Domicílios / Km²
CAPUAVA-ITATUBA	PONTA PORA	406	113	0,05	3,59	7.594	2.114
	CHACARAS SAO CRISTOVAO	196	56	0,37	3,50	534	152
	CAMINHO DO INDIO	131	43	1,02	3,05	128	42
	CHACARAS BARTIRA	449	129	1,43	3,48	315	90
	JARDIM INDAIÁ	793	230	1,42	3,45	560	162
	INVERNADA	133	35	0,76	3,80	175	46
	CHACARAS ANA LUCIA	1.153	332	1,90	3,47	608	175
	PEROVÊ	210	58	1,02	3,62	206	57
	CAPUAVA	594	181	1,13	3,28	525	160
	PEDREIRA	6	2	1,21	3,00	5	2
	BOSQUE DO EMBU	158	44	0,34	3,59	459	128
	VALE DO SOL	559	159	1,12	3,52	499	142
	ITATUBA	114	32	2,01	3,56	57	16
	JARDIM DOS IPES	324	106	1,05	3,06	309	101
	PARQUE DOS CAETES	90	27	0,50	3,33	180	54
	MARANHAO	23	8	0,28	2,88	82	29
	BOSQUE CAPUAVA	55	7	1,34	7,86	41	5
	PARQUE SAO LEONARDO-ITATUBA	1.587	472	0,46	3,36	3.450	1.026
		6.981	2.034	17,40	3,43	401	117
RESSACA	CHACARAS AURORA	230	61	1,80	3,77	128	34
	VOTORANTIM	130	40	1,06	3,25	123	38
	PINDORAMA	75	24	1,07	3,13	70	22
	EMBU COLONIAL	498	162	1,47	3,07	339	110
	JARDIM ITATIAIA	215	61	1,19	3,52	181	51
	RESSACA	241	72	1,00	3,35	241	72
		1.389	420	7,59	3,31	183	55
TOME	JARDIM SANTA LUZIA	3.165	883	0,22	3,58	14386	4.014
	PRADO RANGEL	73	19	0,39	3,84	187	49
	ESTANCIA DE EMBUARAMA	342	94	0,18	3,64	1900	522
	VILA REAL	941	262	1,96	3,59	480	134
	JARDIM RECANTO DA FONTE	496	139	0,19	3,57	2611	732
	JARDIM COLIBRI	**353**	**118**	**0,69**	**2,99**	**512**	**171**
	MOINHO REAL	18	5	1,22	3,60	15	4
	JARDIM TOME	1.021	321	0,10	3,18	10210	3.210
	MOINHO VELHO	230	77	0,97	2,99	237	79
		6.639	1.918	5,92	3,46	1121	324
	TOTAL REGIÃO OESTE	15.009	4.372	30,91	3,43	486	141
	TOTAL MUNICÍPIO	240.230	68.225	70,38	3,52		
	% REGIÃO OESTE x MUNICÍPIO	6,2%	6,4%	43,9%	-2,5%		

Fonte: o autor conforme informações obtidas junto à pefeitura de Embu das Artes

Apêndice C – Un. Administrativas Centro (dados demográficos)

Unidade Administrativa	Bairro	População	Domicílios	Área Total	Habitantes / Domicílios	Habitantes / Km2	Domicílios / Km²
CENTRO	PARQUE FRANCISCO RIZZO	23	6	0,51	3,83	45	12
	VILA BONFIM	554	141	0,40	3,93	1.379	351
	JARDIM NOVO EMBU	1.637	468	0,18	3,50	8.884	2.540
	CENTRO	954	318	0,38	3,00	2.535	845
	CERCADO GRANDE	1.283	393	0,24	3,26	5.238	1.604
	EMBUEMA	642	204	0,18	3,15	3.632	1.154
	AGUA MORNA	146	40	0,27	3,65	539	148
	TINGIDOR	180	53	0,52	3,40	343	101
	MARIA AUXILIADORA	2.399	720	0,30	3,33	7.930	2.380
	JARDIM SILVIA	4.402	1.297	0,31	3,39	14.348	4.227
	JARDIM DE LOURDES	1.637	498	0,18	3,29	9.088	2.765
	JARDIM SANTA MARIA	656	188	0,50	3,49	1.308	375
	JARDIM FERREIRA	197	59	0,66	3,34	298	89
		14.710	4.385	4,65	3,35	3.166	944
ENGENHO VELHO	AGUA ESPRAIADA	290	75	0,97	3,87	299	77
	CHACARAS LIDIA	338	104	0,75	3,25	451	139
	ENGENHO VELHO	2.199	668	0,28	3,29	7.734	2.349
	QUINHAU	1	1	0,27	1,00	4	4
		2.828	848	2,27	3,33	1.243	373
OLIVEIRAS	ESPLANADA	4.682	1.087	0,47	4,31	10.012	2.324
	JARDIM DOS OLIVEIRAS	106	33	0,65	3,21	162	50
		4.788	1.120	1,12	4,28	4.269	999
PARQUE INDUSTRIAL	JARDIM LAVORATO	910	277	0,16	3,29	5.734	1.745
	COOPERATIVA	41	13	0,77	3,15	53	17
	JARDIM SADIE	1.638	512	0,47	3,20	3.507	1.096
	GRAMADO	674	206	1,09	3,27	619	189
	JARDIM MAGALY	2.498	713	0,49	3,50	5.064	1.445
	GRANJA N. SENHORA APARECIDA	115	32	0,64	3,59	180	50
	PATAXOS	-	-	0,69	-	-	-
	JARDIM SANTA BARBARA	17	4	1,50	4,25	11	3
	JARDIM ELISA	81	23	0,07	3,52	1.102	313
		5.974	1.780	5,87	3,36	1.018	303
PINHEIRINHO	JARDIM PINHEIROS	1.257	367	0,27	3,43	4.723	1.379
	PQ INDUSTRIAL DO PINHEIRINHO	42	12	0,34	3,50	122	35
	JARDIM SANTO ANTONIO	4.087	1.138	0,57	3,59	7.232	2.014
	JARDIM PINHEIRINHO	6.800	1.884	0,82	3,61	8.316	2.304
	QUINTA DO MORRO	219	50	1,30	4,38	169	39
	EMBU MIRIM	11	2	1,53	5,50	7	1
		12.416	3.453	4,81	3,60	2.579	717
SANTA CLARA	JARDIM SANTA CLARA	2.891	781	0,18	3,70	15.673	4.234
	MARIA IMACULADA	36	11	0,93	3,27	39	12
		2.927	792	1,12	3,70	2.620	709
VISTA ALEGRE	JARDIM VISTA ALEGRE	11.311	3.276	1,69	3,45	6.674	1.933
	JARDIM MIMAS	3.732	1.028	1,67	3,63	2.229	614
		15.043	4.304	3,37	3,50	4.465	1.278
	TOTAL REGIÃO CENTRO	58.686	16.682	23,21	3,52	2.528	719
	TOTAL MUNICÍPIO	240.230	68.225	70,38	3,52		
	% REGIÃO CENTRO x MUNICÍPIO	24,4%	24,5%	33,0%	-0,1%		

Fonte: o autor conforme informações obtidas junto à pefeitura de Embu das Artes

Apêndice D – Un. Administrativas Leste (dados demográficos)

Unidade Administrativa	Bairro	População	Domicílios	Área Total	Habitantes / Domicílios	Habitantes / Km2	Domicílios / Km²
ANGELA-BATISTA	JARDIM DA LUZ	7.899	2.107	1,40	3,75	5.642	1.505
	JARDIM ANGELA	5.732	1.583	0,34	3,62	16.859	4.656
	JARDIM SANTA RITA	846	238	0,18	3,55	4.700	1.322
	JARDIM BATISTA	1.293	345	1,68	3,75	770	205
		15.770	4.273	3,60	3,69	4.381	1.187
CASTILHO	JARDIM SAO LUIZ	4.213	1.244	0,25	3,39	16.537	4.883
	VILA PEREQUE	2.119	563	0,09	3,76	23.025	6.117
	JARDIM CASTILHO	2.895	694	0,24	4,17	12.259	2.939
	JARDIM FLORIDA	4.091	1.198	0,19	3,41	21.652	6.341
		13.318	3.699	0,77	3,60	17.254	4.792
COLEGIO-SAO MARCOS	JARDIM DO COLEGIO	6.705	1.881	0,38	3,56	17.645	4.950
	JARDIM SAO MARCOS	9.246	2.651	0,77	3,49	12.008	3.443
	CHACARAS CAXINGUI	3.002	784	0,26	3,83	11.546	3.015
	PARQUE DAS CHACARAS	1.393	371	0,15	3,75	9.287	2.473
	JARDIM DOS MORAES	1.873	543	0,21	3,45	8.919	2.586
	JARDIM SAO FRANCISCO	3.305	884	3,28	3,74	1.008	270
		25.524	7.114	5,05	3,59	5.054	1.409
DOM JOSE-SANTO EDUARDO	JARDIM DOM JOSE	5.339	1.558	0,32	3,43	16.684	4.869
	JARDIM TAIMA	607	168	0,04	3,61	15.175	4.200
	JARDIM SANTO EDUARDO	11.881	3.393	0,69	3,50	17.219	4.917
		17.827	5.119	1,05	3,48	16.978	4.875
INDEPENDENCIA-CASA BRANCA	JARDIM INDEPENDENCIA	1.616	486	0,11	3,33	14.222	4.277
	JARDIM MARINA	1.704	503	0,07	3,39	23.876	7.048
	JARDIM VITORIA	1.759	514	0,23	3,42	7.487	2.188
	JARDIM CASA BRANCA	6.586	1.962	0,28	3,36	23.521	7.007
	JARDIM FABIANA	2.123	628	0,11	3,38	19.300	5.709
	JARDIM JULIA	5.655	1.655	0,33	3,42	17.136	5.015
		19.443	5.748	1,14	3,38	17.056	5.042
NOSSA SENHORA DE FATIMA	JARDIM NAYARA	1.071	308	0,08	3,48	13.728	3.948
	JARDIM N.SENHORA DE FATIMA	6.557	1.802	0,33	3,64	19.700	5.414
	PARQUE LUIZA	2.426	734	0,12	3,31	20.912	6.327
		10.054	2.844	0,53	3,54	19.082	5.398
PIRAJUSSARA	PARQUE PIRAJUSSARA	8.355	2.368	0,88	3,53	9.517	2.697
	VILA ISIS CRISTINA	2.682	712	0,76	3,77	3.538	939
		11.037	3.080	1,64	3,58	6.746	1.883
SANTA EMILIA	PARANAPANEMA	1.048	301	0,04	3,48	26.200	7.525
	JARDIM SANTA EMILIA	3.174	843	0,13	3,77	24.415	6.485
	JARDIM NOVO CAMPO LIMPO	5.630	1.564	0,22	3,60	25.591	7.109
	JARDIM EMILIO CARLOS	1.877	475	0,11	3,95	17.064	4.318
	JARDIM IRENE	2.332	649	0,08	3,59	29.150	8.113
	JARDIM PRESIDENTE KENNEDY	2.851	853	0,20	3,34	14.255	4.265
		16.912	4.685	0,78	3,61	21.682	6.006
SANTA TEREZA	JARDIM SANTA TEREZA	8.459	2.538	0,38	3,33	22.261	6.679
	JARDIM LAILA	2.085	594	0,09	3,51	23.167	6.600
	VILA REGINA	2.942	822	0,16	3,58	18.388	5.138
	SANTA ROSA	2.000	611	0,05	3,27	40.000	12.220
	VILA OLINDA	4.208	1.209	0,22	3,48	19.127	5.495
		19.694	5.774	0,90	3,41	21.882	6.416
VAZAME	JARDIM JUREMA	1.588	448	0,11	3,54	14.436	4.073
	JARDIM VALO VERDE	8.341	2.403	0,35	3,47	23.831	6.866
	JARDIM SAO VICENTE	3.999	1.134	0,20	3,53	19.995	5.670
	JARDIM VAZAME	3.028	850	0,14	3,56	21.629	6.071
		16.956	4.835	0,80	3,51	21.195	6.044
	TOTAL REGIÃO LESTE	166.535	47.171	16,25	3,53	10.245	2.902
	TOTAL MUNICÍPIO	240.230	68.225	70,38	3,52		
	% REGIÃO LESTE x MUNICÍPIO	69,3%	69,1%	23,1%	0,3%		

Fonte: o autor conforme informações obtidas junto à pefeitura de Embu das Artes